

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E
SISTEMAS PÚBLICOS

ANA PAULA BRITO SILVEIRA OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO
PRONAF INVESTIMENTO E CUSTEIO NO MUNICÍPIO DE PASSOS (MG)**

SÃO CARLOS, SP

2021

ANA PAULA BRITO SILVEIRA OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PRONAF
INVESTIMENTO E CUSTEIO NO MUNICÍPIO DE PASSOS (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Gestão de
Organizações e Sistemas Públicos
(PPGGOSP).

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

SÃO CARLOS, SP

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Ana Paula Brito Silveira Oliveira, realizada em 20/07/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento (UNUARARAS)

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Dedico esse trabalho ao meu pai, que me ensinou o amor pela terra.

AGRADECIMENTOS

O tema desta dissertação surgiu em decorrência de minha história de vida, acadêmica e profissional. Sou filha de produtor rural que iniciou seu aprendizado aos sete anos, no retiro leiteiro, que foi lhe apresentado pelo seu pai, meu avô. Recordo dos leilões, dos laços de fita e purpurina nos pelos das vacas, dos prêmios e dos banhos de leite ao atingir o primeiro lugar na produção leiteira, ao mesmo tempo que acompanhava as dificuldades e alegrias provindas do cultivo da terra.

Dessas lembranças surgiram algumas reflexões sobre a realidade dos que dependem dos recursos obtidos na fazenda para garantir a sobrevivência, como no período anterior aos anos 1990, em que era difícil conseguir crédito rural a juros baixos e acessíveis. Para ter conta em banco era necessário fazer depósitos em quantias significativas de dinheiro, muitas vezes obstáculos a pequenos produtores, que acabavam por recorrer a agiotas e muitas vezes deixavam de obter o crédito, conseqüentemente atrasando o progresso da sua propriedade.

Minha trajetória pessoal foi um dos fatores decisivos para meu percurso acadêmico. Em 1995, aos dezessete anos, ingressei no curso de Administração Rural da Universidade Federal de Lavras, em Lavras, Minas Gerais. Em dezembro de 1994, a antiga Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) tornou-se uma Universidade Federal. Mesmo com nova roupagem ainda conservava as características anteriores – escola voltada a estudos e pesquisas na área rural, e os poucos cursos ali presentes (seis, naquela época) comunicavam-se de forma harmoniosa, construindo uma educação participativa. Era comum assistirmos a aulas de química, com o professor "Nelsão", muito popular, com seu jeito franco e bem-humorado onde todos os alunos, de todos os cursos participavam.

Durante toda a graduação dediquei-me integralmente aos estudos, sempre participando de cursos, projetos de pesquisas e muito estudo. Sempre tive o sonho de fazer um mestrado, mas as dificuldades financeiras foram maiores e a escassez de bolsas ofertadas naquele período se tornaram um obstáculo, motivo pelo qual eu desisti do meu objetivo temporariamente.

Após ingressar no mercado de trabalho – sou bancária há dezenove anos – sempre estudando e aperfeiçoando, busquei uma oportunidade de mestrado *stricto sensu*. À medida que o tempo ia passando, tudo ficava mais difícil. Para quem trabalha, os horários de aulas dos poucos mestrados disponíveis na região sudeste

não são compatíveis com o horário de trabalho. Após muito pesquisar descobri uma Universidade com o mestrado que me interessava e possível de conciliar os horários das aulas ao meu ritmo de trabalho. Estudei exaustivamente e não consegui obter êxito. Após alguns anos, descobri o curso de Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da UFSCar. O curso se alinhava perfeitamente à minha formação em administração e despertou em mim um desejo imenso de cursá-lo. Após aprovação no processo seletivo busquei em meu trabalho – o Banco do Brasil – a condição de bolsista na Universidade Cooperativa do Banco do Brasil (UNIBB) conseguindo assim o direito de folga em um dia da semana para assistir às aulas. Para melhor alinhamento às políticas do banco, aos meus interesses pessoais e à minha experiência estudantil e profissional, escolhi o tema em questão.

Foram essas as motivações principais, construídas acerca da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, salientando-se que este trabalho faz parte e pretende dar continuidade aos estudos iniciados na graduação, para conferir melhor conhecimento do impacto econômico e social do crédito rural familiar em e Passos em Minas Gerais.

E eu só tenho a agradecer...

Agradeço primeiramente à Deus, que me permitiu, entre tantos desvios no caminho, encontrar a UFSCar, e conseguir o tão sonhado mestrado. Agradeço a minha família, meu esposo pela paciência, meus filhos, pela compreensão. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos.

Agradeço ao meu orientador Joelson Gonçalves de Carvalho, por estar sempre presente, disposto a ajudar, pela clareza nas informações, pelo companheirismo, pela confiança e por nunca desistir de mim.

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram, aos gestores do Banco do Brasil e ao Andrey do Sindicato, pela presteza e disponibilidade.

Agradeço aos produtores rurais por me receberam com tanto esmero, sempre dispostos a ajudar.

Enfim, agradeço aos céus e aos bons espíritos, por me guiarem, e por me instruírem nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos; muito obrigada!

Seu José Maia e netos, fazenda Mumbuca, cafezal em flor.



Fonte: Acervo pessoal.

Em meio aos embates, desgastes, semeastes
na incerteza do amanhã e vingastes,
floresceste, renasceste, a esperança de um
novo alvorecer

Ana Paula Brito Silveira Oliveira

RESUMO

O interesse desse trabalho é aprofundar a questão socioeconômica vivenciada pelos produtores rurais, buscando incorporar as complexidades que fazem e podem vir a fazer parte a execução de uma política pública, neste caso, o Pronaf. Para Maes (2006), o acesso aos serviços de crédito é uma forma de fornecer aos pequenos empreendedores meios para executar um papel ativo na economia. As iniciativas de crédito destinadas aos pequenos tomadores vêm sendo incrementadas nos países com o objetivo de ampliar a acessibilidade para pessoas que estão fora do sistema financeiro tradicional. O objetivo da pesquisa foi avaliar a efetividade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir da percepção dos agricultores familiares do município de Passos (MG), na modalidade custeio e investimento. Utilizamos, como estratégia metodológica a pesquisa qualitativa de cunho exploratório descritivo, realizada por meio de uma pesquisa de campo. Após observação das falas emergiram três categorias analíticas: “Caracterização socioprodutiva básica das famílias entrevistadas”, “Impacto do Pronaf na vida dos produtores” e “Cenários possíveis, desafios e expectativas da agricultura familiar em Passos”, por meio das quais analisamos os questionários realizados com os produtores rurais. Para além das categorias analíticas, e pautando-se também nos discursos extraídos dos produtores, foi possível observar, de maneira mais tênue alguns eixos temáticos (nove), que independente de não gerarem uma convergência suficiente para uma análise mais categorizada foram fundamentais para a construção das notas gerais. A história dos agricultores aqui ressaltada não se resume apenas a dados ou a números nos quais se provam ou mostram melhorias ou contribuições que o Pronaf gerou na vida desses produtores, mas reflete também os desafios enfrentados.

Palavras-chave: políticas públicas; Pronaf; desenvolvimento rural; crédito rural; Passos (MG).

ABSTRACT

The interest of this work is to deepen the socioeconomic issue experienced by rural producers, seeking to incorporate the complexities that are and may become part of the execution of a public policy, in this case, Pronaf. For Maes (2006), access to credit services is a way to provide small entrepreneurs with the means to play an active role in the economy. Credit initiatives aimed at small borrowers have been increased in countries with the aim of increasing accessibility for people outside the traditional financial system. The objective of the research was to evaluate the effectiveness of the National Program for Strengthening Family Agriculture, from the perception of family farmers in the municipality of Passos (MG), in the cost and investment modality. We used, as a methodological strategy, qualitative research of descriptive exploratory nature, carried out through field research. After observing the statements, three analytical categories emerged: "Basic socio-productive characterization of the interviewed families", "Impact of Pronaf on the lives of producers" and "Possible scenarios, challenges and expectations of family farming in Passos", through which we analyzed the questionnaires carried out with rural producers. In addition to the analytical categories, and also based on the discourses extracted from the producers, it was possible to observe, in a more tenuous way, some thematic axes (nine), which, regardless of not generating sufficient convergence for a more categorized analysis, were fundamental for the construction of the general notes. The history of the farmers highlighted here is not limited to data or numbers that prove or show improvements or contributions that Pronaf has generated in the lives of these producers, but also reflects the challenges faced.

Keyword: public policy; Pronaf; rural development; rural credit; Passos (MG).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE	62
GRÁFICO 2 – IDADE DOS PRODUTORES RURAIS DETENTORES DO PRONAF	62
GRÁFICO 3 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES PARTICIPANTES DA ENTREVISTA.....	63
GRÁFICO 4 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FILHOS DOS PRODUTORES.....	64
GRÁFICO 5 – FAMILIARES QUE RESIDEM NA PROPRIEDADE RURAL.....	65
GRÁFICO 6 – MOTIVOS PELOS QUAIS OS FAMILIARES RESIDEM NA PROPRIEDADE.....	67
GRÁFICO 7 – DISTÂNCIA DA PROPRIEDADE DA SEDE DO MUNICÍPIO (EM KILOMETROS)..	70
GRÁFICO 8 – ALIMENTOS ADQUIRIDOS NO COMÉRCIO	71
GRÁFICO 9 – AUTOCONSUMO TOTAL.....	72
GRÁFICO 10 – AUTOCONSUMO CEREAIS.....	73
GRÁFICO 11 – AUTOCONSUMO DE CARNE	74
GRÁFICO 12 – AUTOCONSUMO HORTICULTURA.....	74
GRÁFICO 13 – AUTOCONSUMO FRUTAS	75
GRÁFICO 14 – PRINCIPAL FONTE DE RENDA AGRÍCOLA DA FAMÍLIA.....	76
GRÁFICO 15 – TRABALHADORES CONTRATADOS.....	77
GRÁFICO 16 – RENDA AGRÍCOLA	80
GRÁFICO 17 – DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	81
GRÁFICO 18 – BENEFÍCIOS PÚBLICOS E AUXÍLIOS FINANCEIROS.....	82
GRÁFICO 19 – MODALIDADES DE PRONAF	84
GRÁFICO 20 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA APÓS CONTRATAÇÃO DO PRONAF	86
GRÁFICO 21 – MUDANÇAS PRODUTIVAS OCORRIDAS NA PROPRIEDADE APÓS OBTENÇÃO DO PRONAF.....	89
GRÁFICO 22 – PAGAMENTO NA COMERCIALIZAÇÃO.....	91
GRÁFICO 23 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA PROPRIEDADE	96
GRÁFICO 25 – PERCEPÇÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA.....	99
GRÁFICO 26 – ATIVIDADES DE LAZER.....	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PASSOS (ANO AGRÍCOLA 2019).....	76
TABELA 2 – ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE E ÁREA PRODUTIVA.....	79
TABELA 3 – RENDIMENTOS FORA DA PROPRIEDADE ATRAVÉS ATIVIDADE REMUNERADA NÃO AGRÍCOLA.....	81
TABELA 4 – FORMAS DE ESCOAMENTO PRODUÇÃO AGRÍCOLA	90
TABELA 5 – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EXISTENTES NAS PROPRIEDADES.....	96

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO ONOMÁSTICO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.	24
QUADRO 2 – TIPOLOGIA E ESPECIFICIDADES DO PRONAF	52

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DE PASSOS (MG)	57
---	----

LISTA DE SIGLAS

ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
BCB	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional do Pronaf
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CMN	Conselho monetário Nacional
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CPR	Cédula do Produto Rural
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAGRI	Fundo Geral para a Agricultura e Indústria
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAARA	Ministério da Agricultura, Agropecuária e Reforma Agrária

MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR – MAPA	Secretaria de desenvolvimento rural
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Nutricional e Alimentar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNIBB	Universidade do Banco do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. NOTAS SOBRE O FLUXO E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	21
2.1. O PAPEL E O FLUXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	29
3. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS.....	36
3.1. BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL	38
3.2. CRÉDITO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	44
3.3. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	49
4. O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO PRONAF EM PASSOS (MG).....	57
4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA BÁSICA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	61
4.2. IMPACTO DO PRONAF NA VIDA DOS AGRICULTORES.....	83
4.3. CENÁRIOS POSSÍVEIS, DESAFIOS E EXPECTATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PASSOS.....	97
4.4. NOTAS GERAIS SOBRE OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO PRONAF E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM PASSOS.....	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM PRODUTORES RURAIS BENEFICIÁRIOS DE PRONAF	126

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação versa sobre o tema políticas públicas, mas especificamente sobre uma política pública: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e seu impacto na estruturação econômica do município. Nessa perspectiva em que pese o trabalho focar em uma região específica – Passos, no estado de Minas Gerais – importante destacar que as questões tratadas aqui somam-se (acrescentando-se dados inéditos), aos conhecimentos obtidos em estudos prévios de maneira a contribuir significativamente para discussões e análises futuras.

Zani e Costa, F. (2014) relembram que o Pronaf foi instituído em 1996 na sequência de uma série de programas governamentais de apoio ao pequeno produtor rural que tinham como objetivo promover o desenvolvimento rural em regiões de baixa renda. A amplitude atual da política em questão ganha contornos nítidos em face dos mais de 14 milhões de contratos de crédito rural firmados entre 2003 e 2010, que totalizaram aproximadamente 60 bilhões de reais em financiamento, beneficiando agricultores vinculados à reforma agrária, à agroecologia, à agroindústria, mulheres, jovens, dentre outros. A magnitude do Pronaf justifica as sucessivas avaliações de que esse programa tem sido objeto, buscando aferir seus resultados e impactos no contexto do desenvolvimento rural no que concerne à ampliação do acesso ao crédito rural, geração de emprego e renda. As políticas públicas são o produto do governo, mas sua construção é resultado de um complexo jogo social do qual participam inúmeros atores.

Posta essas considerações, recorre-se ao tema e seu escopo mais específico, entendendo-se que a escolha do local de estudo se dá por facilidade de acesso a um amplo conjunto de informações e dados primários e secundários e por interrogações socioantropológicas. Passos, município tradicionalmente agrícola, desperta interesse por reunir em um só local condições importantes para esse estudo. As trajetórias dos pequenos produtores, desde a aquisição do crédito rural até a expansão do negócio rural, suas experiências, vivenciadas, partilhadas estão intimamente conectadas ao planejamento e execução de políticas públicas. Analisar tais situações pressupõe uma aproximação dos produtores que vivem no campo com os setores econômicos e políticos do país.

Outro motivo que me chama atenção pelo tema escolhido é o fato do Pronaf, como política pública, ser um instrumento importante e eficaz de redução da pobreza, proporcionando condições de mudança e desenvolvimento. Para Maes (2006), o acesso aos serviços de crédito é uma forma de fornecer aos pequenos empreendedores meios para executar um papel ativo na economia. As iniciativas de crédito destinadas aos pequenos tomadores vêm sendo incrementadas nos países com o objetivo de ampliar a acessibilidade para pessoas que estão fora do sistema financeiro tradicional. Em Passos, segundo dados do censo agropecuário 2017, do total de 1528 produtores rurais, 890 são agricultores familiares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Quanto a relevância desse tema, parto do princípio que, realizar incentivo ao crédito rural em prol de pequenos agricultores é contribuir para o desenvolvimento e crescimento do país, em consonância a políticas públicas específicas do setor. As contratações das operações de crédito rural da safra 2020/2021 do Brasil aumentaram 19% no período de julho a novembro, para 108,75 bilhões de reais. Os financiamentos de investimento, que aumentaram 46%, para 32,4 bilhões de reais. As operações de créditos de custeio, cujo valor contratado foi de 60,27 bilhões de reais, tiveram alta de 13% (OPERAÇÕES..., 2020).

Para entender o que vem a ser desenvolvimento, primeiramente necessitamos compreender a confluência de fatores envolvidos nesse processo. A diminuição da capacidade econômica da população, a miséria e a desigualdade são frutos de políticas públicas ineficientes que impactam consideravelmente no desenvolvimento de um país, e somente uma boa gestão dessas políticas poderá viabilizar um crescimento sustentado. Para Secchi (2016), a implantação de uma política pública visa o tratamento ou a resolução de um problema público coletivamente relevante.

Mudanças importantes ocorreram no cenário político e social nos últimos 20 anos no Brasil. A promulgação da Constituição caracteriza-se pelo marco inicial dessas transformações. Nesse período, novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação foram criados, atores políticos foram reconhecidos como sujeitos de direito, regras e instrumentos de políticas públicas foram institucionalizados e o Estado pautou-se em novos referenciais globais e setoriais para definição de ações que afetaram as condições socioeconômicas da população e do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Capobiango, Braga, Silveira, S. e Costa, C. (2012) afirmam que, ao disponibilizarem-se recursos para a atividade produtiva, papel de promover o desenvolvimento social e reduzir a pobreza é assumido. O setor agropecuário é responsável pela geração de riquezas no país e, por esta razão, políticas públicas são propostas como ações que possam contribuir para o avanço desse setor na economia. No entanto, para que o crédito possa desempenhar seu papel ante o crescimento e o desenvolvimento de um país, deve ser reconhecida a importância das infraestruturas sociais e econômicas deste país (CAPOBIANGO; BRAGA; SILVEIRA, S.; COSTA, C., 2012).

A agricultura familiar se destaca por sua importância econômica, social e ambiental, além de ser estratégica para a soberania e segurança alimentar de qualquer país. No caso brasileiro, a agricultura familiar se caracteriza pelo elevado número de estabelecimentos agropecuários, ocupação significativa de mão de obra no meio rural, mas ocupa pouca área e, na agenda das políticas públicas, detém menos atenção governamental que o agronegócio, o que, por seu turno, reduz seu potencial no dinamismo do desenvolvimento rural.

Cruz, Jesus, Bacha e Costa, E. (2021), afirma que a agricultura familiar possui importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno, a geração de empregos, de exportações e para a manutenção das pessoas no campo. Possui características distintas da agricultura não familiar, sendo as principais diferenças quanto a área que o produtor está limitado a produzir (de até quatro módulos fiscais), a gestão da propriedade, devendo ela ser realizada pela família, a principal fonte de renda precisa estar relacionada à atividade produtiva da agropecuária e a mão de obra deve pertencer principalmente ao núcleo familiar.

O interesse desse trabalho é aprofundar a questão socioeconômica vivenciada pelos produtores rurais, buscando incorporar as complexidades que fazem e podem vir a fazer parte da execução de uma política pública, neste caso, o Pronaf. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi avaliar a efetividade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir da percepção dos agricultores familiares do município de Passos (MG), na modalidade custeio e investimento, e os objetivos específicos são: i) dimensionar a agricultura familiar, tendo como local de estudo o município de Passos e, ii) analisar a importância do Pronaf na dinâmica

econômica local, investigando de que forma o Pronaf impacta na estruturação da agricultura familiar.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual há um processo investigativo acerca do problema. Neste sentido, para Minayo (2016), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa explicativa, de acordo com Gil (2010, p. 28) “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”. Já quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso. Ainda segundo Gil (2010, p. 37), “envolve um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Postas essas considerações, partimos do pressuposto que estudos de caso precisam romper o caráter meramente empirista, devendo relacionar fatos a conceitos e realidades a hipóteses (NORDER, 2004)

O início do trabalho foi desenvolvido em duas frentes: uma delas foi a revisão de literatura que levantou o material utilizado no embasamento da pesquisa. Por meio dessa revisão, buscamos obter maior rigor e melhores níveis de confiabilidade no tratamento bibliográfico fundamental para a análise dos resultados encontrados (CONFORTO; AMARAL; SILVA, S., 2011). Em paralelo e com a finalidade de obter o contato dos produtores (telefone, endereço), informações sobre rotas de acesso às propriedades e, também a existência de financiamento ativo, foi feita uma pesquisa exploratória e análise documental no Sindicato dos Produtores Rurais de Passos e na principal Instituição Financeira destinada à oferta do crédito rural no Brasil.

Na sequência, este trabalho contou com duas entrevistas abertas (não estruturadas), realizadas respectivamente com um representante do agente financeiro e com um representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos. Ambas foram fundamentais para uma análise de cenário mais amplo e, também mediação e aprofundamento na análise dos dados compilados nas entrevistas com os produtores rurais. De acordo com Portilho (2009), as relações de sociabilidade são determinantes para construção da confiança entre os atores. Assim, como resultado da interação

entre pesquisador, agentes sociais e o contexto, maior ou menor ênfase pode ser dada a determinados aspectos. E, estes diferentes aspectos, percebidos durante as atividades de campo, podem demandar distintas estratégias teórico-metodológicas.

O diálogo com os produtores rurais se deu por meio da aplicação de questionários semiestruturados. As entrevistas foram realizadas após aprovação do comitê de ética da Plataforma Brasil, sob o número do CAAE-37638820.4.0000.5504. A opção pela entrevista semiestruturada foi feita, por apresentar maior liberdade de participação dos entrevistados, partindo de um diálogo no qual é possível obter maior aprofundamento das opiniões e contar com outras contribuições importantes sobre o tema, mas que não foram contempladas ao roteiro, ainda assim possibilitaram uma maior troca de opiniões entre os sujeitos: o entrevistador e o entrevistado. A entrevista foi realizada por meio de um roteiro previamente estabelecido e elaborado após estudo e observação de modelos disponíveis e adaptados às especificidades no objeto de estudo em questão e se encontra no apêndice deste trabalho.

Após uma pesquisa exploratória na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), filtrou-se os produtores familiares detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPs)¹ ativas, totalizando 284 produtores. Aplicou-se então um segundo filtro: possuir Pronaf Custeio e Investimento junto ao Banco do Brasil. Com este segundo filtro, chegou-se a 208 agricultores familiares em Passos.

Sobre o universo de pesquisa, de maneira mais detalhada, de uma amostra de 208 produtores, 196 são homens e 12 mulheres. Entende-se que para a obtenção dos objetivos propostos definimos como procedimento necessário entrevistar, 43 produtores dos 208 produtores, de forma aleatória.

Para cumprir os objetivos propostos, a dissertação estrutura-se em quatro seções, a primeira é esta introdução e o referencial teórico, na seção II é apresentado sob o título de Notas sobre o fluxo e Papel de Políticas Públicas, pautando-se em uma discussão introdutória sobre o que são Políticas Públicas, o papel do Estado, a análise e implementação de Políticas Públicas. Destaca também as políticas públicas brasileiras, todo o contexto histórico e sua importância. A seção III, ainda englobando toda a perspectiva teórica, titulada por Desenvolvimento Rural: conceitos e

¹ Dados obtidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Disponível em: <http://dap.mda.gov.br>.

controvérsias, esmiúça o conceito de desenvolvimento rural e sua importância em um país marcado pela desigualdade no campo. Destaca-se também a importância da agricultura familiar, produtora de alimentos e geradora de ocupações no campo e o Pronaf.

Na quarta seção, sob o título de: O papel do Pronaf na agricultura familiar de Passos é feita a análise do Pronaf, explicando sua efetividade quanto política pública que promove o desenvolvimento, a partir da reprodução social dos agricultores familiares. Essa seção é pautada também pela pesquisa de campo e pelas entrevistas com os produtores rurais, na análise documental e entrevistas realizadas com dois agentes representativos – um sindical e um do setor bancário – e análise de conteúdo. Por fim, na quinta e última seção temos as considerações finais que reúnem os aspectos de destaque da pesquisa e algumas sugestões.

2. NOTAS SOBRE O FLUXO E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivando embasar teoricamente o estudo, essa segunda seção dedica-se a apresentar uma revisão de literatura sobre o tema. A revisão tem por objetivo mostrar os conceitos e definições sobre políticas públicas e desenvolvimento rural. Tem-se o intuito de conhecer o campo de aplicabilidade da pesquisa e assim evoluir para uma análise crítica em relação a parte empírica desse trabalho. Adiantamos que a análise de políticas públicas contribui para vários outros campos, como sociologia, economia, administração, enriquece as pesquisas em vários setores como agricultura, ecologia, etiologia e amplia as perspectivas acadêmicas.

Assim essa seção se divide em dois tópicos. O primeiro tópico discorre sobre o papel e o fluxo de políticas públicas, enfatizando a análise das políticas públicas, diferenciando as três dimensões: *polity*, *politics* e *policy* e discutindo a dicotomia política-administração. O segundo tópico discorre sobre as políticas públicas no Brasil, fazendo uma análise histórica e apontando importantes desafios. Destaca-se aí os principais autores e suas relevantes contribuições.

2.1. O PAPEL E O FLUXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Souza, C. (2013), Estado pode ser definido como instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território e sobre um determinado conjunto demográfico. O Estado é o centro do poder político e da autoridade. O Estado democrático pode ser entendido como aquele fundado em torno de uma barganha política que reflete a relação contraditória entre diferentes forças e interesses contraditórios. É a partir de instituições de Estado que as políticas públicas são negociadas, formuladas, implementadas, revelando-se uma tarefa complexa que requer uma intrincada engenharia institucional. Souza (2003) entende que as análises sobre políticas públicas implicam responder sobre que espaço cabe aos governos na sua definição e implementação.

Souza, C. (2013) afirma ainda que, as instituições clássicas do Estado-Executivo, Legislativo e Judiciário, governos subnacionais, administração pública, burocracia e forças militares têm, nos Estados democráticos, maior ou menor participação no processo decisório das políticas públicas, podendo-se afirmar, portanto que as políticas públicas representam o *Estado em ação*. Em sociedades

democráticas e sistemas capitalistas, grupos de interesses (que representam tanto a sociedade quanto o mercado) exercem influência de veto ou apoio. Enfim, as políticas públicas são condicionadas às interrelações com a economia, sociedade e política.

Peters (1998) entende que apesar de outros segmentos se envolverem na formulação de políticas públicas, e de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido diminuído pela globalização, essa capacidade não está empiricamente comprovada. Já para Souza, C. (2003), as análises sobre políticas públicas buscam responder questões sobre que espaço cabe aos governos na sua definição e implementação. Para Schneider (2010), a análise do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural entende que a formulação da agenda de ações do Estado tem sido menos influenciada pelos demandantes direto das políticas (agricultores e populações rurais) do que pelos estudiosos e mediadores. Entre os exemplos estão as manifestações dos movimentos dos sem-terra, sobretudo as que ocorreram no âmbito do chamado "abril vermelho" e as mobilizações patrocinadas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais (composta por agricultores familiares) através do "grito da terra" um evento preparatório às ações que pressionam pelo "plano safra".

Ainda, segundo o autor, mesmo reconhecendo que a agenda do Estado seja determinada por um misto entre as pressões dos agricultores e as inspirações dos mediadores, percebe-se que, no final, a balança sempre acaba pendendo para um lado. Por isso, sustenta-se que a agenda política de desenvolvimento rural no Brasil tem sido fortemente permeada pelas ideias e propostas colhidas pelos formuladores de políticas (*police makers*), junto a estudiosos e que têm exercido uma influência decisiva. Portanto, torna-se fundamental conhecer quem são os interlocutores do Estado e seus pensamentos.

Dito isso, no que se refere aos conceitos mais gerais de políticas públicas, podemos antecipar que a análise de políticas públicas é o entendimento do campo teórico metodológico voltado para sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos, visando melhorar o processo decisório com o uso de método de análise de problemas (*problem analysis*), para auxiliar na decisão de políticas, leis, programas, campanhas (SECCHI, 2016).

Lynn (1980) a define como um grupo de atitudes do governo que irão repercutir efeitos característicos. Peters (1986) segue o mesmo raciocínio, no qual política

pública é a somatória das ações dos governos, que atuam diretamente ou por meio de delegação e que interferem na vida da população.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) apud Dye (1972, p. 2) descrevem a política pública como "*tudo que o governo decide fazer ou deixar de fazer*". Os autores afirmam que para Dye o agente primário da *policy-making* pública é o governo e que a decisão de fazer ou de não fazer alguma coisa a respeito de um problema é tomada pelos políticos eleitos e outros funcionários oficiais. Sendo assim, a política pública é uma escolha feita no sentido de empreender um determinado curso de ação, uma escolha consciente dos governos. Esses pontos são centrais para o estudo da política pública como um processo aplicado de resolução de problemas.

Diante das várias definições de políticas públicas, Secchi (2013), declara que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. A razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. Segundo Laswell, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, C., 2006).

Ainda segundo Souza, C. (2006), as definições de políticas públicas assumem uma visão holística do tema, na perspectiva de que o todo é mais importante que a soma das partes, e que indivíduos, instituições, ideologias contam, mesmo existindo diferenças entre eles. Pode-se então resumir política pública como campo de conhecimento que busca colocar o "governo em ação", propondo mudanças no rumo dessas ações.

A análise serve, portanto, para formular a política, de maneira eficiente e posteriormente implantá-la. Souza, C. (2002) afirma que a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. A base da área nos EUA é a de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser a) formulado cientificamente b) analisado por pesquisadores independentes. Assim, a trajetória da disciplina abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O

segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que via nas organizações locais a virtude cívica para promover o bom governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência capaz de orientar o governo nas decisões e entender como e porque os governos optam por determinadas ações. A introdução da política como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.

Ainda, segundo a autora, Robert McNamara foi o introdutor das políticas públicas nos EUA, estimulando a criação, em 1948 da RAND corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*. Secchi (2016) complementa que na década de 1970 ocorreu o surgimento de vários programas de pós-graduação em políticas públicas em Universidades e *think tanks* e fundação de sociedades científicas como a *Association for Public Policy Analysis and Management (APPAM)*. Na década de 1980 começou a se formar uma nova abordagem tecno-metodológica de análise de políticas públicas: a abordagem argumentativa. Assim, a análise argumentativa passou a propor alternativas conceituais e metodológicas diferentes da análise racional, positivista e predominantemente quantitativa que vinha se cristalizando no campo (SECCHI, 2016. p. 14). Para o autor, a vantagem da análise argumentativa é a adoção de métodos participativos e deliberativos que absorvem as perspectivas de uma pluralidade de atores.

A área de políticas públicas contou com quatro grandes fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (SOUZA, C., 2006). Partindo desta divisão feita por Souza, C. (2006), podemos sintetizar os respectivos autores e suas contribuições no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro onomástico sobre políticas públicas

Autor e ano da publicação	Síntese da contribuição
Laswell (1936)	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e estabelecer o diálogo entre cientistas sociais.
Simon (1957)	Introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>policy makers</i>), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.
Lindblom (1959; 1979)	Questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração

	entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.
Easton (1965)	Definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Fonte: elaboração própria a partir de Souza, C. (2006).

O analista é o ator técnico político que realiza a análise da política pública, desempenhando as tarefas de delimitação do problema público, criação de alternativas, coleta e tratamento dos dados, organização de reuniões e outros grupos de interesse, estruturação da recomendação de política pública (SECCHI, 2016).

Souza, C. (2006) fala que dentro do campo da política pública alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para entender como e porque o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Theodor Lowi desenvolveu a mais importante tipologia sobre política pública sobre a premissa: "a política pública faz a política". Para ele, cada política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Secchi (2016) complementa o pensamento da autora, afirmando que para Lowi, dependendo do tipo de política que está em jogo, a estruturação dos conflitos, das coalizões e o equilíbrio de poder se modificam. A política pública pode assumir quatro formatos:

- Políticas distributivas: decisões tomadas pelos governos, que desconsideram a questão dos recursos limitados, privilegiando certos grupos ou regiões em detrimentos de outros;
- Políticas regulatórias: são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos, e grupos de interesses;
- Políticas redistributivas: atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuros para outros. São as políticas universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e,
- Políticas constitutivas: lidam com procedimentos.

A intervenção do Estado Brasileiro, a partir da década de 1940, só se consolidou como política pública a partir da Constituição de 1988. A formulação e implementação de políticas públicas, ancoradas nos princípios de justiça social, nem

sempre tem primado pela superação do déficit histórico deixado, principalmente pelo Estado (CASTRO, M., 2018).

Com a contribuição de Lowi, o elemento básico de uma análise de políticas públicas passou a ser a verificação do tipo de política pública que será analisado, enfim, o conteúdo de uma política pode determinar o processo político e por isso merece ser estudado. Esse papel compete ao analista de política pública, que deve ser capaz de entendê-la (SECCHI, 2016).

Souza, C. (2002) explica outros modelos, entre eles, o incrementalismo, desenvolvido por Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992), que acreditam em decisões apenas incrementais e pouco substantivas por parte dos governos. Outro modelo importante é o ciclo de políticas públicas, processo dinâmico e formado por vários estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. O modelo "*garbage can*" ou "*lata de lixo*" desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972) argumenta que as escolhas em políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma lata de lixo. As soluções dependeriam do leque de soluções que os decisores (*policy makers*) possuísem naquele momento.

O modelo de coalizão de defesa de Sabatier Jenkins-Smith (1993), discorda da visão da política pública trazida pelo ciclo da política e *garbage can*, por sua escassa capacidade explicativa sobre porque mudanças ocorrem nas políticas públicas. Já as arenas sociais veem a política pública como uma iniciativa dos empreendedores políticos, é quando os *policy makers* começam a prestar atenção em algumas coisas e ignorar outras. Já o modelo do equilíbrio interrompido, elaborado Baumgartner e Jones (1993), baseado em noções de biologia e computação, permitindo entender por que um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o *status quo*, como passar por fases de mudanças mais radicais nas políticas públicas. E por fim os modelos do novo gerencialismo público e do ajuste fiscal, voltados para a busca pela eficiência².

Para Souza, C. (2003) uma tipologia importante é a modelo *bottom-up* emergente nos anos de 1980 com a pesquisa realizada por Michael Lipsky, que

² Em Farah (2018) há uma competente apresentação de todas as abordagens teóricas do campo das políticas públicas.

chamou atenção pelo fato de que os modelos de análises em políticas públicas eram concentrados em atores (decisores) que elaboram uma política. Sem menosprezar os modelos *top-down* de análises, as pesquisas passaram a usar o modelo *bottom-up*, partindo de três premissas: a) analisar a política pública a partir da ação de seus implementadores, concentrar a análise na natureza do problema que a política pública busca compreender, c) descrever e analisar as redes de implementação. Esses modelos de pesquisa podem ser passíveis de críticas quanto à sua capacidade explicativa.

Dito isso, ressalta-se que nessa dissertação de mestrado, buscou-se realizar uma análise em profundidade de uma política pública em específico – o Pronaf – em um momento dado: a implementação. Assim, importante dizer que na fase de formulação das políticas públicas, os governantes traduzem seus propósitos em programas e ações com vistas a produzir os resultados ou mudanças, posteriormente vem a fase de implementação, ficando as políticas submetidas ao acompanhamento e à avaliação (SOUZA, C., 2006). Secchi (2016) entende que a fase de implementação sucede à tomada de decisão e antecede os esforços avaliativos. Aí são produzidos os resultados concretos da política pública. Em suas palavras: “A fase da implementação é aquela em que a administração pública se reveste da função precípua: executar as políticas públicas” (SECCHI, 2016, p. 57).

Melo e Silva, P. (2000) compreendem que na visão clássica da ação governamental a implementação constitui uma das fases da *policy cycle*. A implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implantadas para obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas. Esse pensamento é complementado por Secchi (2013), ao afirmar que o estabelecimento de objetivos é importante para nortear a construção de alternativas e tomadas de decisão, implementação e avaliação das políticas públicas e que um mesmo objetivo pode ser alcançado de diversas formas, por diversos caminhos. Secchi (2013) entende, ainda, que o *polycymaker* (aquele que faz a política pública) tem à disposição quatro mecanismos de indução de comportamento, a saber: i) Premiação: influenciar o comportamento com estímulos positivos; ii) Coerção: influenciar o comportamento com estímulos negativos, iii) Conscientização: influenciar o comportamento através do apelo e dever moral, iv) Soluções técnicas: aplicar soluções práticas que venham influenciar o comportamento de formas diferentes

Estes mecanismos de indução de comportamento são uma versão sintetizada dos instrumentos de políticas públicas, comumente utilizados na fase de implantação. Sendo assim, o *policy maker* necessita dos instrumentos da política pública, enfim, os meios disponíveis para transformar as intenções em políticas (SECCHI, 2013). Souza, C. (2013) afirma que na formulação e implantação de políticas públicas as instituições (regras) são uma variável crucial, pois são formas de organização social e são compostas por regras formais e informais (rotinas, costumes, normas sociais, cultura) que modelam os resultados da ação dos atores e dos governos.

As instituições geram incentivos e restrições impostos não apenas por fatores externos, mas pelas regras que geram as decisões, definem a estrutura de recompensas e decisões para diferentes estratégias, pautando o comportamento dos atores políticos e apresentam riscos e oportunidades previsíveis. Instituições definem regras que são utilizadas pelos indivíduos para determinar “quem” e “o quê” está incluído em situações de decisão, como se estrutura a informação, quais ações podem ser tomadas e em que sequência, como as ações individuais são agregadas transformadas em ações coletivas, gerando as políticas públicas.

Na visão clássica do *policy cycle* não se considera os aspectos relativos à implementação e seus efeitos retroalimentadores sobre a formulação de política. Sendo assim, a implementação é entendida como um jogo de uma só rodada, na qual a ação governamental, expressa em programas ou projetos de intervenção é implementada de cima para baixo (*top-down*). Numa perspectiva menos simplista, em que o processo de formulação e implementação de políticas é vista como um processo, a implementação também aparece como ponto importante. Essa perspectiva propõe que o monitoramento e avaliação das políticas sejam considerados instrumentos que permitem correções de rota. Os obstáculos e problemas de implementação estão associados, segundo essa perspectiva de análise, a problemas de natureza variada. Em primeiro lugar, resultam de aspectos relacionados à capacidade institucional dos agentes implementadores. Em segundo lugar são gerados por problemas de natureza jurídica na implementação dos programas e em terceiro lugar derivam de boicotes realizados por setores afetados negativamente pela política.

Dentre os instrumentos de política pública citados na literatura, conforme Secchi (2013), um merece destaque por estar de acordo com a pesquisa; a

regulamentação, ou seja, o instrumento regulatório que cria regras ou restrições à liberdade econômica, social e política.

É na etapa da implementação que o papel dos gestores e o desenho institucional da política se tornam críticos, em função dos atores envolvidos, dos instrumentos estabelecidos e do grau de centralização dos processos. Destaca-se, ainda, a alta complexidade do processo de implementação de uma política. No contexto institucional brasileiro isto é especialmente verdadeiro nos municípios de pequeno porte, nos quais se destacam a forte diferenciação funcional e, principalmente, os problemas de coordenação e cooperação intergovernamental (SILVA, P.; MELO, 2000).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O tema das políticas públicas é recente na pesquisa acadêmica do Brasil, sendo incorporado à nossa agenda de pesquisa apenas nos últimos anos, impulsionado, em parte, pela constituição de grupos temáticos em algumas associações científicas (SOUZA, C., 2003).

Na Era Vargas teve início a construção de um Brasil industrial, urbano e “moderno” com a formulação de políticas públicas voltadas para superação dos gargalos infraestruturais que atrapalhavam a consolidação da mão de obra necessárias às atividades industriais e urbanas. Em paralelo, empresas estatais foram criadas para prover os insumos necessários à urbanização e à industrialização, em especial petróleo, siderurgia e energia elétrica. Por fim, foi criado o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). No entanto, esse período foi apenas o início da expansão do setor governo. A estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro em moldes modernos foram, após Vargas, objeto de esforços de diferentes atores políticos, econômicos e sociais e de diferentes regimes políticos. Essas transformações também exigiram a criação de novas instituições para formular e implementar políticas, assim como adaptá-las às novas circunstâncias e ao crescimento das demandas, notadamente a administração pública e a produção de políticas públicas, devido ao papel de liderança do Estado brasileiro nas transformações econômicas e sociais, que exigiram instrumentos e mecanismos cada vez mais abrangentes para coordenar as inúmeras políticas a cargo dos governos (SOUZA, C., 2018).

Ainda, segundo Souza, C. (2018), após Vargas e passando por JK, ocorreram muitas dificuldades de coordenação das políticas públicas. Ao terminar o regime militar não havia nenhum diagnóstico do setor público que não apontasse para a fragmentação da máquina pública, para o seu crescimento acelerado e para problemas de coordenação entre as políticas públicas. Arretche (2015) salienta que as políticas do regime militar beneficiaram principalmente as regiões Sul e Sudeste, onde foi expandido o abastecimento de água e energia elétrica, a cobertura de esgoto apresentou ampliação de cobertura apenas na região Sul e Sudeste. Essa expansão acentua as desigualdades regionais, pois o Norte e o Nordeste apresentam coberturas muito baixas, em comparação ao Sul e Sudeste, já que na década de 1970 grande parte da população que vivia acima do paralelo 20º não contava com rede de acesso a esgoto, água e energia elétrica. Mesmo indivíduos de renda média e até alta não contavam com a oferta pública desses serviços. Altas taxas da pobreza caracterizavam o território nacional, pois a maioria dos municípios era formada por uma população pobre, já a produção da riqueza estava concentrada em um pequeno número de municípios do sul e sudeste. Em 1980 a região Nordeste mantinha uma configuração bastante similar à de 1970, com os mais baixos valores de PIB *per capita* do território nacional, permanecendo semelhante nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Farah (2016), nos faz lembrar que os anos 1980 foram marcados pela democratização do país e pela crise do nacional-desenvolvimentismo, e o regime de políticas públicas sofreu uma alteração profunda com a criação, a partir da Constituição de 1988, de mecanismos de participação da sociedade civil na formulação, na implementação e no controle das políticas. Passaram-se mais de cinquenta anos da iniciativa pioneira de institucionalização do campo de política pública no Brasil, com a criação do primeiro curso de mestrado em Administração Pública da EBAP – FGV, e cerca de trinta anos da embrionária institucionalização do campo ocorrida no contexto da redemocratização (FARAH, 2018). As condições econômicas e políticas, no caso do Chile e do México, parece estar ausentes no Brasil, para que se implemente um ajuste nos moldes do “Consenso de Washington”, pois o Estado brasileiro se encontrava econômica e politicamente fragilizado com a crise dos anos de 1980 (SOARES, 1995).

Souza, C. (2006), afirma que vários fatores contribuíram para uma maior visibilidade no campo das políticas públicas, que ressurgiu nas últimas décadas, assim

como o das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Dentre esses fatores, o primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, surgindo a partir daí um segundo fator: a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. O terceiro fator é relacionado à países em desenvolvimento que ainda não conseguiram formar coalizões políticas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover inclusão social.

Ainda na década de 1980 foram realizados oito planos de estabilização monetária, onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, quatro diferentes moedas (uma a cada 30 meses), quatorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinquenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal. O insucesso dessas tentativas indica que o processo para a estabilização econômica e retomada do crescimento são múltiplas e complexas, transcendendo as medidas apenas da política econômica. O Brasil do início dos 1980 já havia se tornado o caso mais avançado de industrialização da América Latina, pelo porte da sua indústria e por sua inserção internacional. Para essa economia não era possível um ajuste passível, mas um ajuste estratégico, com uma profunda reestruturação produtiva e tecnológica, que parecia estar impedido não pela força do estado brasileiro, mas por sua fragilidade (SOARES, 1995).

A Constituição de 1988 foi um marco na agenda de políticas públicas. Formular políticas públicas após a redemocratização e a Constituição Cidadã foi possível graças a dois fatores: o controle da inflação e a normalidade democrática. E o resultado foi a modificação de parte do modelo econômico da Era Vargas por meio da privatização e da abertura de algumas atividades e serviço ao capital privado, de regular e implementar alguns direitos sociais que foram constitucionalizados, tais como saúde, educação e assistência aos desamparados e regulamentar algumas políticas sociais objeto das competências concorrentes entre os três níveis de governo (SOUZA, C. 2018). No Brasil dos anos 1980 já havia uma produção expressiva sobre políticas, com ênfase nos aspectos substantivos de cada uma delas, mas o campo só começa a se institucionalizar com a busca da compreensão do processo de produção política, no qual a preocupação é entender o processo da política pública (FARAH, 2018). Com o novo desenho da gestão das políticas sociais houve um aumento de

trabalhos acadêmicos sobre as políticas públicas locais, em especial os de gestão petistas, no entanto era pouco o conhecimento sobre como os outros partidos governavam e implementavam suas políticas públicas. Os estudos eram abundantes em algumas áreas, como participação popular, conselhos comunitários, porém havia uma grande lacuna em outros temas importantes, como a burocracia. É necessário superar, o que na literatura chama-se de primeira geração de estudos (SOUZA, C., 2003).

Nos anos 1980, combinou-se a transição política para o primeiro presidente civil, José Sarney, com elevada inflação e econômica, sendo considerada a “década perdida” (ARRETCHE, 2015). Já nos anos de 1990 houve o retorno à ortodoxia, acompanhado da onda neoliberal, que chegou retardatária ao Brasil. As razões do surgimento desse tipo de proposta eram o agravamento da crise econômica em 1989-1990 e o esgotamento do estado Desenvolvimentista brasileiro. Esse esgotamento ocorreu no final do governo Sarney, culminando com o processo de transição democrática, onde, também havia movimentos sociais ativos e propostas alternativas de gestão pública em alguns setores do governo. A erosão da autoridade governamental, uma sociedade carente de consensos e hegemônias, sofrendo os impactos de uma economia destruída pela hiperinflação, levou a insustentabilidade da situação política e econômica e um sentimento de necessidade de mudança radical de rumo (SOARES, 1995). Na década de 1990, manteve-se a desigualdade entre os municípios da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste e aumentaram as discrepâncias entre os municípios das regiões Norte e Nordeste. (ARRETCHE, 2015).

De acordo com Soares (1995), com a eleição de Fernando Collor, em que o eixo central na política econômica era o combate à inflação, para retomada de crescimento e para isso, qualquer meio era justificável, além disso, outras propostas surgiram, como a desregulamentação da economia, o chamado jogo do “livre mercado”. O estabelecimento do “Estado mínimo” era outra ideia desse governo neoliberal, e, por fim, a liberalização do comércio exterior, com o propósito de tornar a economia mais internacionalizada e moderna, possibilitando que as estruturas produtivas internas pudessem competir livremente no mercado internacional. Como consequências a essas políticas neoliberais constataram-se problemas políticos, sociais e econômicos, atingindo a sociedade de modo desigual, verificados através de

uma recessão profunda, recrudescimento da inflação e prevaricação da situação social.

Entender os princípios da Reforma do Estado de 1995 é essencial para que se compreenda uma nova estrutura de Estado que se instaurou no país. Relembrando brevemente os preceitos fundamentais da Reforma, o ponto de partida é a redefinição do papel e das funções do Estado. Diferente do centralizador Estado desenvolvimentista, fortemente questionado entre as décadas de 1970 e 1980, a Reforma proposta em meados dos anos de 1990 parte da percepção de que o Estado não seria capaz de dominar os conflitos sociais de um país com dimensões continentais e com desigualdades sociais e econômicas importantes (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Neste sentido, a defesa do Estado Mínimo se legitima na ideia de limitar qualquer possibilidade de interferência na liberdade dos indivíduos, devendo o Estado proteger fundamentalmente a liberdade e a propriedade individual, com primazia sobretudo da esfera econômica. A esta teoria alia-se ainda a ideia de incapacidade dos governos democráticos em dominarem os conflitos sociais iminentes de uma sociedade desigual e complexa, dando legitimidade à suposta necessidade de limitar a intervenção estatal. É, em meio a toda esta conjuntura que a complexificação das relações entre Estado e Sociedade coloca um novo patamar na discussão político-societária e na elaboração de políticas públicas, sobretudo a partir da emergência de uma perspectiva estratégica que prima pela sustentabilidade do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

A Construção do desenvolvimento passa a ser entendida não por uma questão somente econômica, mais pelos ideais de desenvolvimentos pautados em liberdades e direitos individuais e a consolidação da democracia que precisava ser fortalecida na base. Outra característica importante do período é a questão gerencial: a gestão das políticas públicas. Orientada pela análise técnica e estratégica, a administração pública passa por um reordenamento interno, formando novos quadros, com objetivos que vinculam tanto a questão democrática e cidadã, a questão estratégica e econômica, quanto a questão da descentralização e das relações entre sociedade e Estado: a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Segundo a autora, a Reforma do Estado colaborou para a construção e formação do campo de políticas públicas. A retomada do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo MARE pode ser citada como um exemplo da constituição do campo de políticas públicas no Brasil a partir dos preceitos da Reforma do Estado.

Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, em particular os municípios da região Centro Oeste experimentaram razoável prosperidade em termos de riqueza, redução da taxa de pobreza e aumento das taxas de coberturas de serviços essenciais. O ano de 1990 pode ser interpretado como o legado da presidência de Fernando Henrique Cardoso para distribuição territorial dos serviços de infraestrutura. Os municípios do Norte e Nordeste experimentaram aumento nas taxas de bem-estar -envolvendo renda e serviços- durante o governo Lula. Em 2010 o acesso à energia elétrica era de fato universal no Brasil, como resultado do Programa Nacional de Universalização e uso de Energia Elétrica, lançado em 2003. A prosperidade no país ocorreu em estreita associação com a renda *per capita* e a redução do percentual dos pobres, visto que, a melhora na riqueza das jurisdições foi acompanhada, de modo geral, pela redução na concentração dos pobres e ampliação das taxas de coberturas de serviços. Quando um município experimenta melhoras em outra dimensão, tem grandes chances de progredir nas demais dimensões de bem-estar examinadas. A melhora das coberturas das regiões Sul e Sudeste constitui o primeiro ciclo de expansão para todas as políticas, ainda que em ritmos diferentes para cada política setorial. As políticas do regime militar e mesmo da redemocratização privilegiaram o Sul e o Sudeste (ARRETCHE, 2015).

A descentralização do poder, ao apostar em maior autonomia e responsabilização dos entes federativos, em destaque o ente federado Municipal, unidas a questão de maior democratização, na qual é indicada na Constituição, surgem como ponto importante nos estudos de políticas públicas no Brasil, pós redemocratização. A agenda de pesquisas em políticas públicas nos anos 2000 transformou-se, devido ao processo de descentralização, ao federalismo e às mudanças ocorridas em áreas de grande atenção, como saúde e educação. Entre os anos de 2010 e 2013, o número de teses e dissertações alcançou a marca de setenta e quatro trabalhos, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Dessa forma, a virada para a década de 2010 estabelece uma nova agenda de pesquisas com novas possibilidades de atuação na área das políticas públicas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Para Souza, C. (2003) o avançar em pesquisas em políticas públicas no Brasil enfrenta enormes obstáculos. O grande problema diz respeito ao uso de rótulos que muitos estudos continuam dando, em especial às políticas sociais, por sofrerem

influências de que o Brasil é, por excelência o território de fenômenos como o clientelismo, paroquialismo, patrimonialismo, entre outros, pouco lisonjeiros. Mesmo porque, não há respostas empíricas ou teoricamente embasadas de como esses rótulos, se de fato existem, se manifestam e quais suas consequências para as políticas públicas. A expansão dos estudos sobre políticas públicas no Brasil desenvolveu-se por meio de pesquisas realizadas em diferentes áreas disciplinares e, se por um lado, essa característica permite múltiplos olhares sobre um fenômeno extremamente complexo, por outro pode levar à fragmentação do conhecimento produzido no país. O debate multidisciplinar permite a reflexão e acena para o estabelecimento de um diálogo entre os pesquisadores ligados a diferentes disciplinas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Um dos grandes desafios das políticas públicas é criar meios para que os trabalhadores empobrecidos consigam se inserir no meio agrícola. O êxodo rural e a falta de apoio às políticas no campo geram custos sociais e econômicos muito elevados. Portanto, ainda que as políticas assistenciais e previdenciárias venham conseguindo reduzir a pobreza, é necessário considerar a possibilidade de se expandir o hall de liberdades dos pequenos agricultores, para que eles possam ir além da “inevitável” migração urbana e/ou das políticas de proteção a renda (SILVEIRA, F., ARRUDA; VIEIRA; BATTESTIN; CAMPOS *et al.*, 2016).

3. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS

Através da análise da literatura acadêmica já ampla sobre o assunto, é possível partir do pressuposto que o desenvolvimento é caracterizado pela expansão econômica e melhoria da qualidade de vida em uma determinada comunidade. Como alerta Carvalho, J. (2015a), é verdade que o conceito de desenvolvimento econômico não está pacificado, mas segundo o autor:

[...] há uma convergência teórica em pressupô-lo a partir do: i) crescimento sustentado da economia; ii) avanços tecnológicos e aumento da produtividade do trabalho; iii) democracia e fortalecimento político e institucional e, entre outros fatores, iv) melhora generalizada no padrão de vida da população (CARVALHO, J., 2015a, p. 23).

Neste sentido, para Sen (2010), desenvolvimento pode ser visto como um processo de ampliação das liberdades que as pessoas usufruem. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões restritas, como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização e avanço tecnológico. Mas, as liberdades dependem também de outros fatores, sociais, econômicos, direitos civis.

O autor destaca que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de restrição de liberdade, como tirania, pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos. O mundo atual nega liberdades a muitas pessoas, e essa ausência relaciona-se diretamente com a pobreza econômica e privação dos serviços públicos.

Crescimento e desenvolvimento foram utilizados, por algum tempo, segundo Kunh (2015), como sinônimos na economia, porém, essa relação não é mais direta em termos de realidade social. Crescimento econômico refere-se a aumento de produtividade, ou seja, está ligado na relação capital-trabalho, relacionado ao aumento da eficiência da utilização dos fatores de produção. O crescimento econômico pode ser fortemente influenciado como instrumento de geração de superávits, mas não como instrumento para acabar com a fome no mundo, a exemplo do Brasil, em que o problema não é produzir alimentos, mas fazer com que as pessoas tenham acesso a essa mercadoria. Nesse sentido, Sen (2010) destaca que o objetivo do desenvolvimento se relaciona às liberdades individuais desfrutadas pelas pessoas, e que dependem, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais, políticas.

Segundo afirma Brenneisen (2005), ao se constatar que apenas a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) não redundava em desenvolvimento, após vários debates e contribuições de cientistas sociais diversos, o conceito de desenvolvimento passa por um processo de complexificação. Nas palavras de Carvalho, J. (2015a, p. 16):

O crescimento, entendido como o aumento da riqueza material de uma sociedade, é então, condição fundamental, mas não suficiente, para a concretude do desenvolvimento, isto é, não elimina a necessidade premente da melhora, de maneira ampla, do padrão de vida da coletividade.

Para Kunh (2015), o conceito de desenvolvimento pode estar associado à várias questões: econômicas, de sustentabilidade, agrárias, agrícolas, industriais, locais, regionais, territoriais. Nesse sentido, a palavra rural, vem, desde 1950, associada à produção agrícola, que ocorre em determinado ambiente. Assim, de acordo com Navarro (2001), durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e de organizações internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola por meio de substituição de fatores de produção considerados atrasados.

A identificação de ações de intervenção do Estado com o tema desenvolvimento rural acabou afastando muitos pesquisadores que o consideravam excessivamente político e normativo. Segundo Schneider (2010), isto fez com que os estudos rurais brasileiros, especialmente os acadêmicos, deixassem de lado esse assunto e somente a partir da década de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento, o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens.

Navarro (2001) afirma que o conceito de desenvolvimento rural, altera-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais.

Ainda, segundo o autor, desenvolvimento rural refere-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) com o objetivo de alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos, mas pode se referir também à elaboração de uma "ação prática" para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro.

Navarro (2001), preconiza uma importante diferenciação entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário. O autor define desenvolvimento agrícola como a base material da produção agropecuária, suas facetas e evolução, como exemplo a área plantada, uso do trabalho como fator de produção, etc. A outra expressão, mais ambiciosa é o desenvolvimento agrário, que se refere às relações entre o mundo rural e à sociedade, em todas as suas dimensões ao longo de um período de tempo. Isso inclui políticas, mudanças nas relações de trabalho, conflitos sociais, entre outros.

Não há dúvidas, ao pesquisar os caminhos do desenvolvimento rural na história brasileira, que o processo se difere em muito de outros países. Conforme afirma Veiga (2002), aqui, a agropecuária é parte decisiva da economia rural, tanto no que se refere a ocupação, como geração de riquezas.

A heterogeneidade está presente em agriculturas de outros países, a desigualdade, porém, é marca da agricultura brasileira. O reconhecimento dessas diferenças no campo e a adaptação de programas para as variadas realidades é o caminho mais seguro para a promoção do desenvolvimento rural (BELIK, 2015).

No caso específico do Brasil, a heterogeneidade não pode se caracterizar como um evento extraordinário a ser enfrentado no meio das políticas públicas. Essa diversidade na agricultura brasileira sempre esteve presente, mesmo durante os "ciclos econômicos" baseados em monoculturas de exportação (BELIK, 2015).

A questão agrária brasileira, todos os seus contextos e discussões estão estritamente ligados ao processo histórico de colonização do país, pois, ao observarmos o modelo de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo, verificamos que, "em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, houve concentração fundiária, violência no campo e, entre outros fatores, manutenção dos elevados índices de pobreza rural" (CARVALHO, J., 2015b, p. 139).

3.1. BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes contextos, mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais, que dependem de transformações globais e locais para sobreviverem. Até o século XVIII o rural possuía

uma maior concentração populacional se comparada a urbana. Com a revolução industrial, esse cenário mudou, a agricultura e o rural perderam espaço e o urbano passa a ser associado a fatores como modernidade, desenvolvimento, progresso (PONTE, 2004). Para o caso brasileiro, essas transformações só se deram em meados do século XX, com a intensificação do processo de industrialização nacional.

No final do século XIX e início do século XX os primeiros centros de ensino voltados para a ciência agrônômica são criados – como a Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages (Bahia), em 1877, e a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (atualmente Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ), em 1901, porém, o avanço tecnológico foi modesto e a iniciativa do governo federal era criar uma espécie de política de preços mínimos para o café. Essa política favoreceu a expansão da lavoura cafeeira por todo o sudeste brasileiro, inclusive o Paraná. A partir de meados do século XIX, tem início a construção da malha ferroviária nacional (CASTRO, C., 2019).

Ainda, segundo o autor, é possível afirmar que na segunda metade do século XIX e início do século XX o Estado intervinha no meio rural brasileiro, mas não se pode caracterizar essa atuação de promotora do desenvolvimento agrário até a década de 1930. Apesar da expansão da lavoura cafeeira e dos investimentos em infraestrutura de transportes, o bem-estar da população rural não era o foco das iniciativas do governo federal nem dos estaduais nesse período. Destaca-se que até 1888 ainda existia mão de obra escrava no meio rural brasileiro, e após a abolição muitos dos libertos foram abandonados à própria sorte. O racismo condicionou os negros recém-libertos a uma posição marginalizada na sociedade, seja na cidade ou no campo.

A partir da Revolução de 1930, durante a consolidação da modernização do aparato estatal, sendo o trabalho produtivo o determinante na concepção de desenvolvimento de então, alimentou-se um grande debate sobre a expansão da fronteira agrícola e sua integração sobre política desenvolvimentista. Especialmente no período de 1930 a 1945, tal debate comparou as diversas forças de trabalho disponíveis (caboclos, afros, europeus), e a conclusão foi que a ocupação dos espaços vazios teria melhor sucesso com os imigrantes que preenchiam as condições adequadas ao plano de desenvolvimento nacional (GEHLEN, 2004), vem de encontro ao pensamento de Castro, C. (2019) ao afirmar que a partir de 1960 o meio rural

brasileiro presencia um avanço tecnológico agrícola significativo, mas o desenvolvimento rural (ou desenvolvimento agrícola, conforme paradigma vigente) recebeu pouca ou nenhuma atenção do Estado.

Sendo assim, Gehlen (2004) afirma que, as políticas públicas nesse período eram para estimular o trabalho produtivo de mercadorias e garantir produtividade. O progresso ou desenvolvimento rural significava substituir o selvagem (fauna e flora) e o nativo (indígenas e caboclos) pelo culturalizado e pelo mercado, constituindo-se a ideologia de valorização do importado/exportado e desqualificação do nacional. Esta ideologia teve efeitos profundos na agropecuária, como, por exemplo, o preço dos produtos e o não reconhecimento dos produtores que produziam para o mercado interno.

Neste contexto, o processo de industrialização avançava rapidamente. Conforme afirma Carvalho, J. (2015a), da Crise de 1929 até meados da década de 1950, a mudança mais importante na economia brasileira foi a alteração do setor agroexportador pelo setor industrial, que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho, cabendo destaque para a produção de bens de consumo não duráveis que determinavam o crescimento dos outros setores, em um processo conhecido como industrialização restringida. Mesmo assim, o sistema inicialmente introduzido aqui, baseado no latifúndio monocultor com gêneros agropecuários destinados ao exterior, produzidos com a exploração da mão de obra, ainda persistia no país.

Nos anos seguintes à guerra fria, especialmente à partir da década de 1950, estendendo-se até os anos 1970, sob o impacto do crescimento econômico da época, que materializou um padrão de civilização dominante e revolucionou o modo de vida e os comportamentos sociais, a possibilidade de desenvolvimento estimulou iniciativas nas mais diversas sociedades, e assim também ocorreu com o desenvolvimento rural, que tornaram-se motores das políticas governamentais e interesses sociais, inspirando um crescente conjunto de debates teóricos. Muitas das sociedades atualmente avançadas ainda mantinham partes da sua população envolvidas em atividades agrícolas ou habitando áreas rurais (NAVARRO, 2001).

Ainda, segundo o autor, nesse período, lentamente constituiu-se uma nova compreensão da agricultura, tornando-se hegemônica em todo o mundo, intitulada "revolução verde", rompendo fortemente com o passado por integrar as famílias rurais

novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social. Assim afirma Schneider (2010), para o qual, a ideologia da "revolução verde" preconizava ações dirigidas e orientadas, geralmente de caráter compensatório, que eram vistas como soluções para agricultores que não conseguiam se modernizar nem se integrar ao conjunto da economia através da indústria, comércio e serviços. Essas ações eram vistas como solução viável para regiões atrasadas em assentamento humano na Amazônia e combate à seca no Nordeste.

A modernização baseada nos preceitos técnico-científicos da Revolução Verde introduziu mudanças substanciais nas formas de gestão técnica e econômica dos sistemas agrícolas, resultado de um processo de transferência de tecnologia obsoleta de outros países. A industrialização da agricultura induziu processos de especialização produtiva, disseminação do empreendedorismo baseado na economia de escala e uma forte dependência da agricultura a mercados dominados por grandes complexos industriais. Essas transformações foram determinantes para a manutenção da grande propriedade patronal (antes escravocrata) que domina o cenário rural desde os tempos coloniais (PETERSEN, 2009).

Castro, C. (2019), entende que no período pós-1964 os governos militares se empenharam em promover um processo de modernização da agricultura brasileira, remodelando as inovações surgidas em períodos anteriores e investindo maciçamente nessa visão de desenvolvimento agrícola. Assim complementa Navarro (2001), ao afirmar que um conjunto de programas foi implantado nas regiões mais pobres, como o Nordeste, sob a premissa de desenvolvimento rural. Desse modo, o processo de transformação social e melhoria na qualidade de vida da população foi visto como um resultado natural no processo de modernização da agricultura, associando-se ao aumento da renda familiar com desenvolvimento rural.

Em 1965 é realizada a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O crédito foi utilizado para a compra tratores, colheitadeiras, fertilizantes, etc. De um lado o governo criava políticas para implantação de fábrica desses insumos, de outro oferecia crédito para que os agricultores comprassem (CASTRO, C., 2019). O Estado endividou-se com o financiamento da expansão agropecuária, e viu-se em uma severa crise fiscal a partir da década de 1970. Em 1980 houve um longo período de ajustes de gastos, extinção de órgãos, programas de governos. Tal ajuste atingiu as políticas de fomento à agricultura. Sendo assim, a quantidade de empregos "dentro da porteira"

era cada vez menor. O autor questiona se o desenvolvimento agrícola gerou desenvolvimento rural, devido a continuidade da existência da pobreza rural, que persistiu, mesmo com o crescimento da população residente no campo.

A partir dos anos 1980, com as discussões sobre o neoliberalismo, o desenvolvimento rural sai de cena e ressurgiu num momento mais recente, a partir de meados da década de 1990. e as motivações para a reabertura do debate pautaram-se na inquietude social e apreensão em relação ao futuro. Um complexo conjunto de novos processos sociais atrelados à globalização veio a lume, criando-se um período de incertezas e riscos. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento e consequentemente desenvolvimento rural reapareceu nos debates e disputas sociais, em escala global (NAVARRO, 2001).

Neste período, segundo Mior (2020), os estudos sobre desenvolvimento rural intensificaram-se. Alguns autores, da Europa, passaram a chamar este processo de "nova ruralidade", com o intuito de qualificar o que estaria ocorrendo de novo no meio rural. Duas correntes sobre desenvolvimento rural foram identificadas: uma que enxergava o desenvolvimento como o corolário do múltiplo uso do espaço rural, através do crescimento das atividades não agrícolas e outra que o via como resultado da integração entre atividades agrícolas e não agrícolas.

Ainda segundo esse autor, com a nova concepção de desenvolvimento, iniciada nos anos 1980, o termo desenvolvimento sustentável aparece pela primeira vez, e se consolida com a ECO 92. Nesse processo aparecem também as noções de desenvolvimento endógeno, local e autocentrado, em contraposição ao desenvolvimento exógeno ocasionado pelo desenvolvimento urbano-industrial.

Silva, J. (1997), afirma que delimitar o que é urbano e rural está cada vez mais difícil, pois, devido a urbanização do meio rural, em consequência do processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural, a agricultura integrou-se no restante da economia, a ponto de fundir-se aos setores que lhes fornecem insumos e compram os seus produtos. Carvalho, J. (2011) complementa esse pensamento, ao afirmar que a questão agrária no Brasil está marcada pela permanência do êxodo rural e redução do número absoluto de trabalhadores no campo; pelo crescente aumento na produtividade do trabalho no meio rural, resultado das inovações tecnológicas em máquinas e insumos e, também, pelo aumento da integração e subordinação da

agricultura familiar ao agronegócio com conseqüente aumento da especialização destes produtores.

Concordando com Silva, Castro, C. (2019) fala que em 1986 o volume de crédito agrícola sofreu significativa redução, devido a ajustes nos gastos governamentais, prejudicando as políticas de fomento ao desenvolvimento agrícola. Essa redução do investimento do governo no meio agrícola é observada também por Peixoto (2008), pois em 1990, através do Decreto nº 99.180 de 15 de março de 1990, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi extinta, reafirmando a intenção do governo federal em não atuar nessa área, deixando a tarefa a cargo dos Estados e Municípios. A resposta das instituições estaduais foi a criação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistências Técnicas e Extensão Rural (ASBRAER). Entretanto, um mês depois, a Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990 restabeleceu a assistência técnica e extensão rural sob as competências do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), que posteriormente transformou-se em Ministério da Agricultura, Agropecuária e Reforma Agrária – MAARA.

Diante desse contexto, Schneider (2010) observou que o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil ressurgiu em decorrência das intervenções estatais no meio rural através das políticas para a agricultura familiar, reforma agrária e segurança alimentar, entre outras. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso o Estado passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e promover várias ações inéditas no espaço rural. Uma das principais ações foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu após a sanção da Lei Complementar nº 76 de 06 de julho de 1996, que "dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária" (BRASIL, 1993), sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Depois através da secretaria de desenvolvimento rural (SDR-MAPA), também transferida para o MDA e por último a criação do Pronaf.

Em 1996 o Pronaf, que fornecia inicialmente crédito de investimento e custeio a agricultores familiares que possuíam 80% da renda da unidade familiar oriunda de investimentos para a produção de milho, trigo, feijão, arroz, mandioca, olerícolas, frutas e leite os recursos disponibilizados cresceram a cada safra. Ocorreu, nesse

período, um choque entre o que restava do setor estatal do Ater (Atendimento Técnico Rural) e o Terceiro Setor (composto por organizações não governamentais, sindicatos, associações), pela disputa da mesma fonte de recursos federais para o setor da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que se consolidava o Pronaf, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço do Ater público, gratuito e de qualidade (PEIXOTO, 2008).

No ano de 2019 os governos federal, estadual e municipal estão em processos de ajuste de contas públicas, em função de alguns fatores, como a queda da arrecadação fiscal. Tudo indica, que pelo menos a curto prazo, uma intervenção do estado (pelo menos a nível federal), está descartada. Mesmo os gastos com desenvolvimento agrícola não estão garantidos. No entanto, a constatação de que o rural não se resume mais somente ao agrícola é um elemento importante a ser considerado pelo estado na forma de lidar com o campo. As políticas públicas para a Agricultura Familiar que começaram a ser implantadas no ano de 2000 não se sabe se terão continuidade (CASTRO, C., 2019).

Alguns estudos sobre o desenvolvimento rural fazem uma análise a partir da tradição política de tipo tradicional e patriarcal, que obstaculizaria não só as transformações estruturais, mas, fundamentalmente, as mudanças de natureza sociocultural. Isso tem a ver como o estudo do clientelismo, do patriarcalismo e de comportamentos e práticas sociais e políticas baseadas naquilo que Max Weber denominou de formas de dominação assentadas na pessoa (carismática) e nos estamentos sociais (tradicional). Nesta perspectiva, as condições e possibilidades do desenvolvimento rural e a alteração das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade, esbarra em mecanismos de dominação social e cultural que são construídos historicamente por elites locais para legitimar seu poder e manter os privilégios que sustentam suas posições. É possível questionar, então, qual o legado gerado pela modernização agrícola e de que forma esse desenvolvimento gerou o "desenvolvimento rural" (SCHNEIDER, 2010).

3.2. CRÉDITO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nos anos de 1930 ocorreram as primeiras experiências de crédito rural no Brasil, no entanto, entre 1940 e 1960, as principais políticas nesse sentido acabaram transferindo recursos do setor agrícola para os outros setores da economia,

caracterizando a lógica do desenvolvimento econômico brasileiro, em direção à urbanização. Pela falta de programas de investimento na agricultura, a escassez de produtos culminou, nos anos 1950, com aumentos sucessivos de preços dos produtos agrícolas, gerando uma crise de abastecimento de alimentos em 1959 (SPOLADOR, 2001; BARROS, 1979; MEYER; ADAMS; RASK; ARAÚJO, 1977). Cunha e Carvalho, J. (2014) compartilham desse pensamento ao afirmar que nessa época o crédito oficial rural passa a ser institucionalizado, dando origem ao que viria a ser a estrutura de financiamento para o setor até os anos 1980. Este período, que se inicia em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil até a metade dos anos 1960, quando da criação do SNCR. É fato que é a partir da criação da Carteira que se tem a primeira iniciativa de institucionalização do crédito agrícola, bem como é a partir dela que o estado passa a ser o principal agente nessa modalidade de crédito.

Cunha e Carvalho, J. (2014) observaram que no início da década de 1950 ocorreram grandes modificações na regulamentação da CREAI e foram criadas linhas de financiamento visando a conservação, transporte e armazenamento da produção, ampliação de prazos de financiamento para a construção de escolas em propriedades rurais, introdução de empréstimos para investimentos; estabeleceu-se diferentes linhas de financiamento às cooperativas para conceder adiantamentos a seus associados por conta de produtos colhidos e entregues à venda, e para a compra de insumos agrícolas; e também foram criados empréstimos fundiários com vistas à formação de pequenas propriedades. Já em fins da década de 1950, os recursos tornaram-se cada vez mais escassos, o que, juntamente com a aceleração da inflação, viria a agravar a situação da Carteira, e que, associados a exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), causaram a necessidade de promoção de ajustes internos. O Banco do Brasil, através do CREAI tornou-se a principal instituição a operar com o crédito agrícola.

A partir dos anos 1960, o Ministério da Fazenda e o Banco Central criaram um conjunto de medidas com o objetivo de estimular a produção agrícola brasileira, fortalecendo a situação financeira dos produtores rurais e propiciando a adoção de tecnologia moderna no setor rural. A política agrícola adotada a partir de 1965 produziu um rápido crescimento da participação do crédito rural no total do crédito destinado a investimentos na economia. Em 1964 essa participação que era de 29%,

creceu para 53,3% em 1966 atingindo 71% em 1968. Com a crise internacional do petróleo dos anos 70, a política agrícola deixa de ser prioritária e levantou-se uma série de críticas à política agrícola, dentre as quais destacam-se: o aumento do subsídio à medida que o processo inflacionário passou a crescer de forma mais vigorosa a partir de 1974 produzindo taxas de juros reais negativas, a baixa participação dos produtores que obtinham crédito formal e a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra (SAYAD, 1980; BARROS, 1979). Cunha e Carvalho, J. (2014) complementam com a afirmação de que o CREAL representou a institucionalização do crédito rural e introduziu o Estado no fomento à agricultura, a partir de 1965/67, com a criação do SNCR, o Estado passou a ser o único fomentador de recursos para o setor rural como um todo, por um longo período, que se caracterizou por um grande volume de crédito e por altas taxas de subsídios, particularmente na década de 1970, até a atualidade. É possível observar pelo decreto nº 56.835, de 3 de setembro de 1965:

Art. 1º É instituído no Banco Central da República do Brasil, de acordo com o previsto na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, um Fundo de natureza contábil, sob a denominação de "Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI)", destinado a prover recursos para o financiamento das necessidades da indústria e da agricultura.

Art. 2º O FUNAGRI será constituído de:

- a) recursos obtidos junto a entidades internacionais e estrangeiras, bem como outros postos à sua disposição por entidades nacionais
- b) recursos mobilizados pelo Banco Central da República do Brasil no mercado interno e no internacional de capitais;
- c) rendimentos líquidos provenientes das operações realizadas nos termos deste decreto; e
- d) recursos orçamentários que venham a ser a ele destinados.

Cunha e Carvalho, J. (2014) entendem que o repasse do FUNAGRI era realizado a taxas que asseguravam aos agentes financeiros favorecidos, em quaisquer circunstâncias, ganhos mínimos de 5% a.a. Dentro dessa fonte, uma das mais importantes formas de obtenção de recursos, senão a mais importante, era aquela advinda da conta movimento junto ao Banco Central do Brasil. Até 1979, a taxa de juros no crédito agrícola era fixada, em termos nominais, em 15% a.a. para o crédito de custeio. O crédito de investimento era concedido à taxa de juros em torno de 17%, no entanto, cerca de ¼ desses empréstimos para investimento era distribuído a taxas mais baixas em programas especiais, dirigidos a regiões ou atividades específicas. O crédito de comercialização era concedido à taxa de juros de cerca de 16%. Após 1979, a taxa de juros passou a ser parcialmente ajustada de acordo com

um coeficiente aplicado à correção monetária. A fórmula foi concebida para fornecer um mecanismo para a redução gradual dos subsídios, mas, na prática, o coeficiente aplicado à correção monetária permaneceu fixo em 0,4. Além do mais, muitos dos programas especiais ficaram isentos dessa indexação. O efeito global em 1980, quando a inflação ultrapassou 100%, foi que o teto da taxa de juros para o crédito agrícola ficou em 36% e a taxa de subsídio aumentou.

Ainda, segundo os autores, grande parte do crédito foi concedida a produtores possuidores de grandes áreas. Já os pequenos, que possuíam maior relação entre participação no produto final e nos empréstimos oficiais detiveram uma pequena parcela dos empréstimos totais. O crédito custeio, que representava 50% do volume de crédito total, era centrado em recursos para insumos modernos, tais como fertilizantes, sementes, entre outros. Entre 1976 e 1980 houve uma perda para a importância do crédito para investimento frente ao custeio, ilustrando uma mudança no direcionamento do processo de modernização da agricultura. Mudanças protagonizadas por máquinas e implementos agrícolas passaram a dar lugar à modernização via insumos, defensivos e fertilizantes.

A utilização do crédito com o objetivo de gerar um ambiente propício para o crescimento e o desenvolvimento econômico em diversas localidades e financiar atividades produtivas, aprimorando as atividades dos empreendedores possibilita a manutenção e a modernização dos setores produtivos e, por isso, é muitas vezes considerado um canal para o desenvolvimento de uma economia (CAPOBIANGO *et al.*, 2012).

As políticas públicas voltadas para um modelo produtivista tiveram consequências: a verticalização da produção agrícola, formação de nichos regionais de especialização produtiva, elevado grau de concentração tanto de terra quanto de capital. É importante ressaltar que houve uma transferência de responsabilidade pelos empréstimos agrícolas – do estado para a iniciativa privada – inserindo as agroindústrias nas ofertas de crédito de fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas, tratores ou processamento de *commodities*. Essa transferência de crédito é frágil por conta de sua instabilidade, dependendo diretamente do capital externo e da política cambial, controlada pelas forças de mercado, não somente do Brasil, mas da América Latina (CUNHA; CARVALHO, J., 2014).

A participação do Tesouro Nacional nos financiamentos de crédito rural, que era de 87% em média, na primeira metade da década de 1980 recuou para 40% na segunda metade da década, e nos anos de 1990 caiu ainda mais, 15% nos primeiros cinco anos e 1,5% nos últimos cinco. Assim, os recursos das autoridades monetárias foram cedendo lugar aos recursos obrigatórios dos bancos, com o Estado atuando apenas como agente regulador e estimulador, não mais como gerador de recursos. Diante do esgotamento das fontes oficiais de crédito, modalidades alternativas foram criadas, com o intuito de ampliar a participação dos agentes privados nas atividades do setor agrícola. Exemplos são a CPR em 1994 e os títulos de crédito, em 2004, maior participação do BNDES e uma série de programas de investimento, a partir da segunda década de 1990 (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

O crédito rural está inserido em consonância com a política de desenvolvimento da produção rural do País. Segundo o Art. 2º da lei n. 4.829 de 5 de novembro de 1965:

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor (BRASIL, 1965).

Cunha e Carvalho, J. (2014), observaram que conforme exposto na lei 4.829, o SNCR foi gerado em um ambiente que desencadeava a industrialização na agricultura brasileira.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

Ao estudar sobre crédito rural torna-se crucial entender as origens da Agricultura familiar no Brasil. Uma importante definição trazida pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1965) delimita os critérios utilizados sobre propriedade familiar. Em seu artigo 4º da lei 4.504 de 30 de novembro de 1964:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

A emergência da categoria agricultura familiar e dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira e nas duas últimas décadas vem ocorrendo um processo de construção da categoria agricultura familiar. Para isso, contribuíram um conjunto de atores que ajudaram a definir o que se entende por agricultura familiar no país. A agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. Nas regiões estratégicas para a exploração de produtos de exportação, coube à exploração familiar funções consideradas secundárias, tais como: a produção de alimentos para o mercado interno (principalmente para as populações das cidades) e servir como reserva de força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem (PICOLOTTO, 2014).

Picolotto (2014) afirma que a partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990 houve uma alteração do direcionamento das investigações e dos enfoques teóricos, momento em que passou a predominar o uso do termo agricultura familiar. Os trabalhos passavam a não mais buscar somente a condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura, procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva e, acima de tudo, que a forma de exploração familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido.

3.3. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural formado por agricultores familiares, fornecendo a eles o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996). Nesse sentido, Mior (2020), afirma que a necessidade de rever o papel do meio rural e da agricultura no desenvolvimento está presente na luta do Movimento dos

Trabalhadores sem Terra (MST), com relação à reforma agrária e da Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na luta por uma política pública para a Agricultura familiar, resultando na formulação e implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com Silva, E. e Bernardes (2014), o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar incluiu agricultores familiares no quadro das políticas públicas, seguindo as tendências da época de 1990, de democratizar o acesso a recursos financeiros. Para os autores a política de crédito rural subsidiado era o "carro chefe" do processo de modernização da agricultura entre os anos 1960 e 1990.

Conforme Brasil (2006), o Art. 3º da lei nº 13.326 de 26 de julho de 2006 dispõe nesse sentido que:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda, segundo a referida Lei, são também beneficiários:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

Grisa, C., Flexor, Kato e Zimmerman (2017) observaram que, entre mobilizações sociais e autonomia relativa, o Pronaf foi negociado inicialmente pela Resolução nº. 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional, e, logo em seguida, por meio do Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, da Presidência da República.

O Pronaf é o maior incentivo governamental à agricultura nos últimos tempos, que nasceu e se inseriu dentro de uma opção de desenvolvimento neoliberalizante do mercado. Inicialmente denominado de Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), transformou-se em 28 de junho de 1996 em Pronaf, com o objetivo de oferecer condições de financiamento à agricultura familiar para produzir e manter sua posição de grande fornecedora de alimentos (CUNHA; CARVALHO, J., 2014). Rocha, A. (2012) observou que o Pronaf surgiu após reivindicação de muitos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que perceberam o quão importante o estabelecimento de políticas públicas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil.

Para dar conta dessa magnitude, foi necessário construir um amplo arranjo institucional envolvendo diferentes atores e arenas de participação, a exemplo do Conselho Nacional do Pronaf (atualmente CONDRAF), dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Assim, se a democratização abriu espaço para diálogos entre Estado e sociedade civil na construção de políticas públicas, a criação do Pronaf inaugurou um novo ciclo de fortalecimento das capacidades democráticas na promoção do desenvolvimento rural.

Ademais, a Portaria nº 386/1997 estabeleceu a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como um “certificado” de adequação dos beneficiários aos critérios de enquadramento na categoria social “agricultor familiar”, a qual seria fornecida pelos sindicatos filiados à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e pelas empresas estaduais de extensão rural. A DAP, utilizada hoje por mais de 16 políticas públicas, foi uma importante inovação que possibilitou a diversificação das políticas públicas para a agricultura familiar. Tão logo o Pronaf começou a ser executado, diversas mudanças institucionais foram realizadas, ora em virtude das mobilizações e pressões populares,

ora em decorrência dos aprendizados advindos do programa. Redefinições foram realizadas, como a criação de grupos (A, B, C, D e E), estabelecimento de linhas (Pronaf Mulher, Jovem, Agroecologia, Agroindústria) e readequação do crédito (taxas de juros, prazos, etc.) (GRISA *et al.*, 2017).

Segundo Cunha e Carvalho, J. (2014), o Pronaf visa fortalecer as atividades geradoras de renda para a agricultura familiar. Possui taxas subsidiadas e apresenta linha de crédito adequada à realidade dos agricultores familiares. Para ter acesso ao programa é necessário que o proponente trabalhe na terra, em áreas inferiores a quatro módulos rurais, com exploração predominantemente familiar. Rocha, A. (2012) reafirma que o Pronaf alcança grande dimensão com operações em todo o território nacional consolidando como a principal política de apoio à agricultura familiar no Brasil, representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres.

No Pronaf, o crédito é o foco mobilizador de sua dinâmica de funcionamento, seu pagamento torna-se, portanto, um dos indicadores centrais da avaliação do programa. Sendo assim, conhecer a relação do agricultor com o compromisso de pagar o crédito obtido serve como referência sobre o êxito ou fracasso do programa. Pagar o crédito não depende somente da vontade do beneficiário, mas um comportamento de controle, o estabelecimento de estratégias técnicas, envolvendo o serviço de extensão rural, desde a elaboração de estratégias até o acompanhamento técnico é indispensável (ROCHA, F.; ABUQUERQUE; COELHO; DIAS; MARCELINO, 2009).

O Censo 2017 contabilizou 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, destes, 15% ou 784.538 obtiveram financiamentos. Destes financiamentos, 73% eram Pronaf. Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (2020), as principais linhas de financiamento do Pronaf, conforme Quadro 2, são:

Quadro 2 – Tipologia e especificidades do Pronaf

Tipo	Escopo do financiamento
Pronaf Agroindústria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher:	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

Pronaf Agroecologia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Bioeconomia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
Pronaf Jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
Pronaf Microcrédito (Grupo "B")	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
Pronaf Cotas-Partes:	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Fonte: elaboração própria adaptado de BNDES (2020).

Os financiamentos da atual safra estão regidos pelas normas do Plano Safra 2021/2022, que se iniciou em 01 de julho de 2021 e vai até 31 de junho de 2022. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o foco é nos pequenos e médios produtores rurais, portanto, o governo destinou para a nova safra R\$ 236,3 bilhões, R\$ 13,5 bilhões a mais em relação a 2019. Os investimentos foram ampliados em 30%, mesmo percentual acrescido ao seguro rural, que soma R\$ 1,3 bilhão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

De acordo com o Manual de Crédito Rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020), disposições gerais:

16 - A instituição financeira deve dar preferência ao atendimento das propostas que: (Res 4.107; Res 4.228 art 1º):

a) objetivem o financiamento da produção agroecológica ou de empreendimentos que promovam a remoção ou redução da emissão dos gases de efeito estufa; (Res 4.107)

b) sejam destinadas a beneficiárias do sexo feminino. (Res 4.107)

c) sejam destinadas aos jovens, nas condições de que trata o MCR 10-10; (Res 4.228 art 1º)

d) sejam destinados a beneficiário que apresente o número de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). (Res 4.228 art 1º)

O Pronaf mostra-se como um Programa de relativo sucesso quando medido pela expansão dos contratos de crédito e dos recursos empenhados nessas operações, pois, em 16 anos, o número de contratos mais que dobrou e o volume de crédito aumentou cinco vezes. Apesar disso, ainda persistem os mesmos desafios e dificuldades indicados nos primeiros anos do programa (SILVEIRA, F.; ARRUDA; VIEIRA; BATTESTIN; CAMPOS et al., 2016).

Esse mesmo autor afirma que desde o início o Pronaf apresenta um perfil concentrador de recursos/crédito na região Sul e Sudeste do país. Em termos de seus impactos essa concentração é também acompanhada de um viés que favorece modelos produtivos com base em *commodities*, com pouca capacidade de absorção de mão de obra, e que requer um grau muito alto de especialização e integração, estimulando um modelo de produção que não é inclusivo, pois dificilmente pode ser acessado pelos agricultores mais vulneráveis. Mesmo na região nordeste, onde se concentram os empréstimos do microcrédito rural, também persiste um viés econômico, beneficiando-se os menos pobres entre os pobres. Esse pensamento vem de encontro ao que entende Souza, P., Ney e Ponciano (2011), afirmando que críticas sobre a comercialização do Pronaf é a concentração dos financiamentos concedidos privilegiando o Sul do país. Nos anos de 2007 e 2008, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina possuíam a maior parte dos financiamentos. A hipótese mais provável é a de que o aumento do limite da renda bruta anual, para fins do enquadramento dos agricultores no programa facilita a inserção dos mais capitalizados e, também, as regiões que os concentram, a apropriação de parcela crescente dos recursos.

Silveira, F., Arruda, Vieira, Battestin, Campos (*et al.*, 2016) observam de que forma fica evidente o perfil plutocrático na distribuição de créditos do Pronaf, demonstrado pela adesão de sua distribuição regional à participação no PIB do agronegócio familiar. A região nordeste responde por metade dos agricultores familiares e apenas 16 por cento do PIB, já a região Sul conta com 1/5 dos agricultores e responde por 44 por cento do PIB do Agronegócio Familiar. Esse pensamento vem de encontro ao de Maia, Eusébio e Silveira, R. (2019), ao entender que o Pronaf aumentou significativamente os valores dos agricultores familiares em todas as regiões do Brasil, tendo um maior impacto na região mais pobre do país, o Nordeste, com aumento do valor de produção de aproximadamente 25%. O impacto no centro-

sul, caracterizado pela agricultura intensiva e comercial, variou de 17 a 23%, o que provavelmente revela retornos decrescentes de crédito na produção agrícola. Ou seja, o crédito faria uma diferença maior quando os agricultores não disponham de recursos básicos para financiar a produção agrícola. No entanto, a eficácia dos empréstimos também pode depender da existência de infraestrutura básica para facilitar o acesso ao mercado. O programa mostrou que o menor impacto (cerca de 11%) ocorreu entre os agricultores localizados na floresta amazônica, onde o acesso à infraestrutura e aos mercados básicos é escasso.

Segundo Silveira, F., Arruda, Vieira, Battestin, Campos (*et al.*, 2016), gestores e analistas afirmam que o Pronaf não tem por perfil a metade da agricultura familiar que se encontra marginalizada produtivamente e que não apresenta capacidade de pagamento. Não há razões para fortalecer a base agrícola dessa política pública, visto que ela exhibe reduzida produtividade. O autor questiona então qual política desenvolver para atender a esses pobres do campo que o Pronaf não alcança e já contam com o acesso à terra. E complementa o pensamento ao afirmar que a solução para essa questão esbarra, não maturam, à maior parcela desses pequenos agricultores, supostamente inviáveis produtivamente, cabem as políticas públicas de cunho assistencial e previdenciário.

De acordo com os dados de Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. De acordo com o estudo, ela constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

O Censo Agropecuário 2017 aponta que 77% dos estabelecimentos foram classificados como agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar

ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Segundo o levantamento, a agricultura familiar também emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Segundo o censo, 15.105.125 pessoas estavam ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 2017, redução de 1,4 milhão em comparação ao levantamento de 2006. Na agricultura familiar, a população ocupada caiu 2,166 milhões. De 2006 para 2017, cresceu em 143% a contratação de mão de obra para os estabelecimentos agropecuários com intermediação de terceiros (empreiteiros, cooperativas e empresas), passando de 251.652 para 611.624 no período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

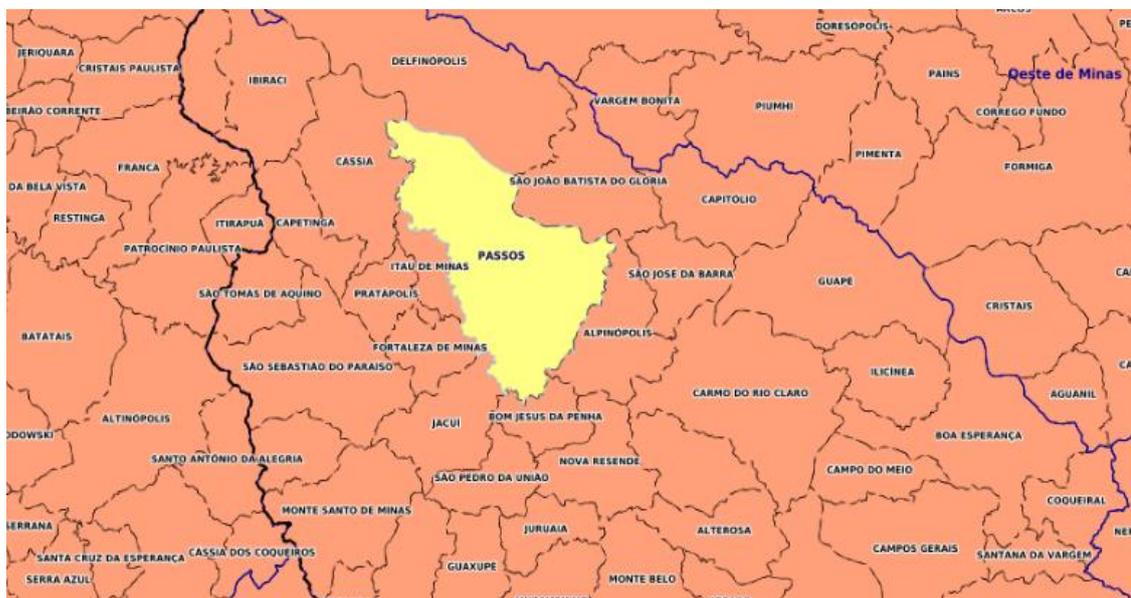
Cunha e Carvalho, J. (2014) concluem que o sistema de crédito e financiamento agrícola é elemento essencial para pensarmos em políticas de longo prazo e desenvolvimento do país. Desde que foi criado, consolidou seu caráter monocultor, parte constituinte da estrutura do agronegócio. Em contraponto, o Pronaf representa uma tentativa clara de incentivar e fortalecer o pequeno produtor, ainda que com resultados tímidos.

Os agricultores familiares contribuem para o desenvolvimento rural através da produção e comercialização de seus produtos, além de movimentar outros setores da economia, como a compra de insumos, utilização de serviços de assistência técnica, fomento à economia local, geração de emprego e renda no campo.

4. O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO PRONAF EM PASSOS (MG)

Passos é um município localizado no sudoeste do Estado de Minas Gerais, vizinha dos municípios de Itaú de Minas, São João Batista do Glória e Alpinópolis, Passos situa-se a 87 km a Sul-Leste de Franca SP. Está a 741 metros de altitude (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Ademais, Passos, segundo IBGE (2020) possui população estimada no ano de 2020 de 115.337 habitantes no município. A densidade demográfica no censo demográfico de 2010 é de 79,44 ha/km². O índice de desenvolvimento humano em 2010 era de 0,756. O censo agropecuário 2017 registra que 6.065 pessoas trabalham em estabelecimentos agropecuários. Destes, 2.720 têm laços de parentesco com produtores e 3.375 declararam que não são parentes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Mapa 1 – Localização de Passos (MG)



Fonte: IBGE (2019).

Passos também é um dos principais municípios do estado por conta da economia e dos pontos turísticos que movimentam o local. Apresenta um dos maiores Produtos Internos Brutos (PIB) do interior de Minas Gerais. Conforme dados do IBGE (2019), O PIB *per capita* é de R\$ 20.861,28, ocupando a posição de número 256 em relação aos 853 municípios. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,8%. Na comparação com os outros municípios do estado,

ocupava a posição 111º de 853º. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 773º de 853º dentre as cidades do estado e na posição 4.732º de 5.570º dentre as cidades do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Os setores mais importantes para a economia passense são as confecções e serviços de saúde. Mas é na agricultura que o município se destaca. No que se refere à produção agrícola, a principal cultura é a cana de açúcar (maior representatividade em área plantada no espaço tempo de 2000 a 2012), seguido pelo milho. Em que pese a pouca área plantada atualmente o cultivo de café é tradicional em toda a região onde Passos se insere.

O censo agropecuário de 2017 estabelece como características do município de Passos uma área de 103.103 hectares em estabelecimentos agropecuários, divididos em 91.732 hectares para proprietários individuais, 9.828 hectares para arrendatários e 1.074 hectares para comodatários. As terras são utilizadas para lavouras permanentes (4.278 hectares), lavouras temporárias (29.795 hectares) e área para cultivo de flores (32 hectares). As pastagens são naturais com 14.601 hectares, plantadas em boas condições com 32.880 hectares e plantadas em más condições com 1.592 hectares. O número de estabelecimentos agropecuários soma um total de 1.528. Nestes, o produtor é proprietário em 1.237 estabelecimentos e em 198 estabelecimentos os produtores são arrendatários, em 23 estabelecimentos são parceiros, em 69 são arrendatários e apenas em 01 estabelecimento existe produtor sem área (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Para o Censo 2017 a pecuária leiteira é o produto agrícola produzido com um rebanho composto de 107.279 cabeças, um total de 69.773.000 de litros de leite, em 1124 estabelecimentos agropecuários. Na agricultura a cana de açúcar produzida em 14 estabelecimentos agropecuários é a cultura com maior valor de produção, R\$ 52.577.267,00 e uma quantidade produzida de 736.28 toneladas. O milho (grão e forrageiro) vem em segundo lugar com 232.849 toneladas, cultivado em 607 propriedades, já o café ocupa a terceira posição, com R\$ 34.063.850,00 em valor da produção, cultivado em 364 estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Segundo a CONAB (2021), em dezembro o estado de Minas Gerais produziu 44.174,22 kg de produtos agropecuários entregues ao Programa de Aquisição de Alimentos. Na Conab destacam-se as ações voltadas aos agricultores familiares, como o PAA, compras institucionais por meio de chamadas públicas para distribuição de alimentos à grupos específicos, apoio a projetos que contribuem para o fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar, e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Para Carvalho, R., Viana e Godonho (2017), após estudo sobre a agricultura familiar na microrregião de Passos, através de análise quantitativa e tabulação das DAPs, além de aplicação de questionário com os agricultores com perguntas detalhadas sobre a real situação dos mesmos, sobretudo em relação aos seus tipos de produção e com o intuito de promover o diálogo entre agricultores familiares e o PNAE, realizou-se o evento "Agricultura e Alimentação Escolar", contando com a presença de agricultores e diretores das escolas públicas municipais da microrregião. A realização do projeto ressaltou a importância da pesquisa quantitativa, através do cruzamento dos dados procurando identificar as características da agricultura familiar na microrregião de Passos e como ela se relaciona com o PNAE influenciando na alimentação escolar.

A partir do mapeamento da Agricultura Familiar na região, pôde-se realizar cotações trimestrais dos produtos de maior demanda pelas entidades que participam do programa, a fim de tabular um preço médio e justo para os produtos durante as chamadas públicas das escolas. Embora possuam uma produção que atenda às demandas do PNAE, a falta de informação e articulação com os procedimentos burocráticos fez com que muitos não participassem do programa, perdendo oportunidade de escoar a produção.

O processo de pesquisa revelou várias descobertas, durante a vivência nas comunidades rurais e interação com os sujeitos entrevistados. O nível de simplicidade observado na fala foi algo que se destacou no processo na pesquisa de campo. Foi possível perceber um desprendimento e espontaneidade nas respostas, resultando, a entrevista, em um momento de menor formalidade. A princípio, a ideia era realizar as entrevistas em reuniões da comunidade; porém, com a pandemia de Coronavírus, esses planos foram adiados. Buscou-se então realizar visitas agendadas nas propriedades.

O processo investigativo realizado por nós neste contexto pandêmico trouxe maior dificuldade, mas foi realizado com o rigoroso atendimento a todos os protocolos sanitários. Através da observação, foi possível, durante a aplicação dos questionários, dimensionar a real situação na qual os sujeitos sociais entrevistados estão inseridos. As diversas realidades observadas, somadas às falas e suas subjetividades também são elementos importantes de serem levados em conta na análise do pesquisador. Sendo assim, além das informações objetivas colhidas e da imersão nas realidades concretas visitadas, muito se questionou sobre a abrangência dos programas sociais e seu alcance.

O foco inicial mostrou-se insuficiente, à medida que as respostas ganhavam corpo, exigindo novos apontamentos e questionamentos. Era necessário incorporar alguns elementos de fora e relacioná-los ao tema central da pesquisa, fato esse observado em questões relacionadas à obtenção do Pronaf, suas finalidades e, também, em relação a gênero, qualidade de vida e lazer (temas ainda muito pouco explorados no meio rural).

Dito isso, esta seção tem por objetivo compreender os arranjos formais e informais acerca do Pronaf, analisando os diversos aspectos, econômicos, culturais, sociais que envolvem os agricultores familiares de Passos. Seguindo-se às descobertas apresenta-se no próximo tópico o resultado e discussões dos dados coletados nas entrevistas. Buscaremos aqui apresentar, de forma detalhada, o perfil dos produtores rurais detentores de Pronaf Investimento e Custeio no município de modo a descobrir características peculiares e dinâmicas desses agricultores, que possam lançar luz a partir desse estudo de caso sobre a importância das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar de maneira geral e ao Pronaf de maneira específica.

Após a compilação dos dados foi necessário analisá-los e compreendê-los. Assim, essa seção foi construída através da análise de conteúdo. Nesse processo integrativo foi possível saber se as informações se caracterizam ou não enquanto uma representação social. Ao possibilitar a diversificação de olhares, a adoção dessa ferramenta ampliou o leque dessa indagação. Os dizeres desses produtores são de suma importância, uma vez que a entrevista pôde ser considerada um método conveniente na pesquisa.

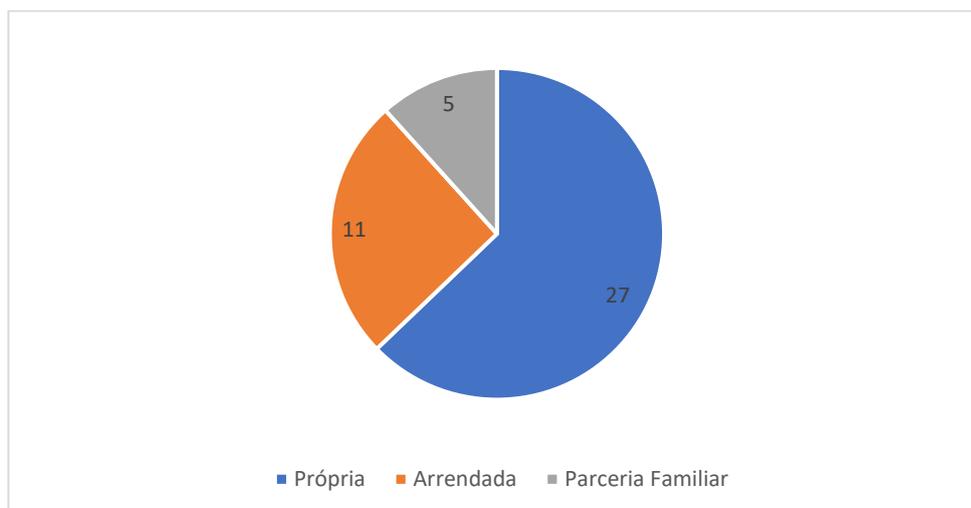
Após observação das falas emergiram três categorias analíticas: “Caracterização socioproductiva básica das famílias entrevistadas”, “Impacto do Pronaf na vida dos produtores” e “Cenários possíveis, desafios e expectativas da agricultura familiar em Passos”, por meio das quais iremos analisar os questionários realizados com os produtores rurais. Esses discursos que atravessam a trajetória de vida e trabalho desses agricultores, repercutiram-se na representação social que fomos construindo ao longo dessa análise. Para além das categorias analíticas e pautando-se também nos discursos extraídos dos produtores, foi possível observar de maneira mais tênue alguns eixos temáticos (nove), que independente de não gerarem uma convergência suficiente para uma análise mais categorizada são fundamentais para a construção de notas gerais, a partir do trabalho de campo; nesse sentido, após explanação das categorias analíticas e buscando um aprofundamento maior na fala dos entrevistados, o último tópico do capítulo quatro se dedica à tarefa de buscar uma síntese integradora de toda a análise investigativa.

Dito isso, essa seção está dividida em 4 partes que compreendem as categorias analíticas que foram listadas no parágrafo anterior e os temas que emergiram no trabalho de campo.

4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOPRODUCTIVA BÁSICA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

As relações que permeiam o agricultor familiar vão além da porteira da fazenda. A região onde a propriedade está situada, o município em que o agricultor realiza suas compras e comercializa seus produtos, a cultura, a forma como as relações sociais se estruturam, os companheiros, os hábitos... são fatores impactantes. Os discursos temáticos dessa categoria relatam as relações envoltas aos sujeitos do campo e seus entornos. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de produtores que possuem propriedades na forma de própria, arrendada e parceria familiar. Dados obtidos na amostra pesquisada.

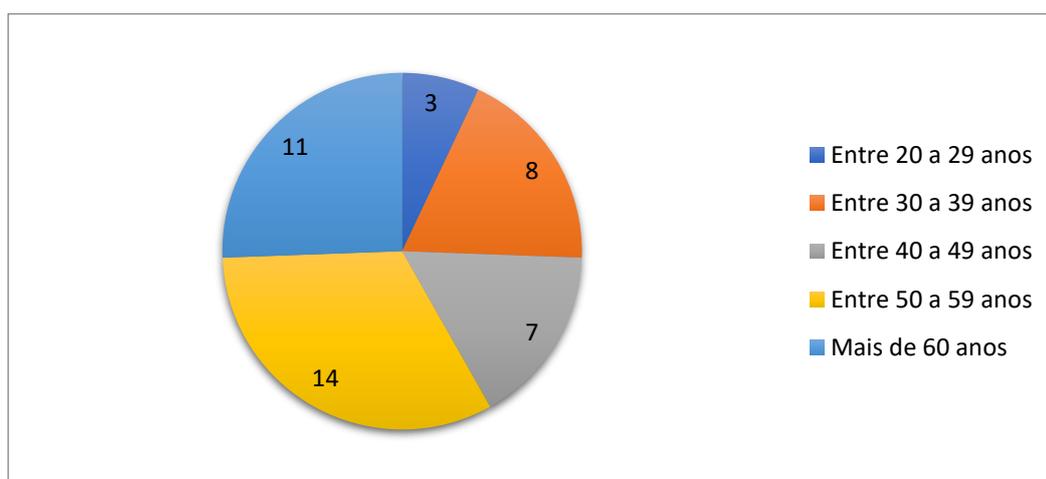
Gráfico 1 – Condição da propriedade



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Conforme observado na ilustração acima, das quarenta e três propriedades, 63% são próprias, 26% são arrendadas e apenas 12% das fazendas são geridas em parceria familiar. A condição da propriedade não impede a obtenção do crédito. O Pronaf permite a contratação do financiamento em propriedade arrendada, sem quaisquer prejuízos ao agricultor. Porém, segundo um produtor, a condição de arrendatário é um empecilho: “Como é arrendado fica limitado os planos”. Para complementar a análise, cumpre salientar a idade dos entrevistados. Pelo gráfico abaixo, observamos:

Gráfico 2 – Idade dos produtores rurais detentores do Pronaf

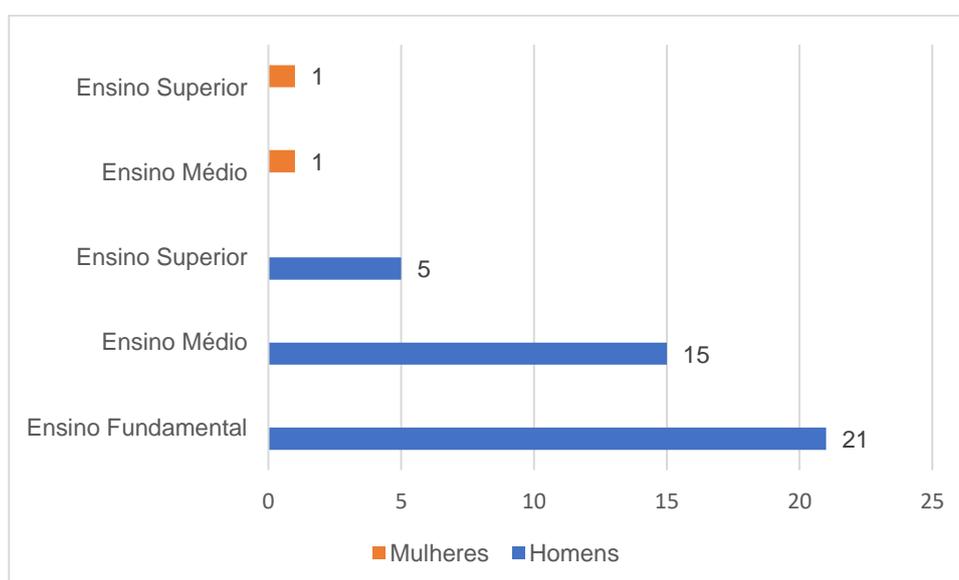


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Dos 43 produtores entrevistados, 33% têm idade entre 50 a 59 anos, 26% estão na faixa etária de maiores de 60 anos, 19%, possuem entre 30 a 39 anos, 16%

encontram-se na idade de 40 a 49 anos e apenas 7% possuem idade entre 20 a 29 anos. Constatou-se, ao longo da pesquisa, que boa parte dos Pronafianos se encontram na meia idade. Isso nos leva a crer que há uma maior demanda por parte desse público na busca por financiamentos rurais, podendo ser reflexo das ações empenhadas no passado, através de divulgação da linha de crédito e taxas atrativas dos empréstimos rurais, que perduram até os dias atuais. Deduz-se que os produtores mais maduros são também aqueles que apresentam melhor relacionamento com a instituição financeira, pois são clientes há muitos anos e desenvolveram uma relação de confiança e credibilidade com os agentes financeiros. Com relação aos estudos dos agricultores observamos:

Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos produtores participantes da entrevista

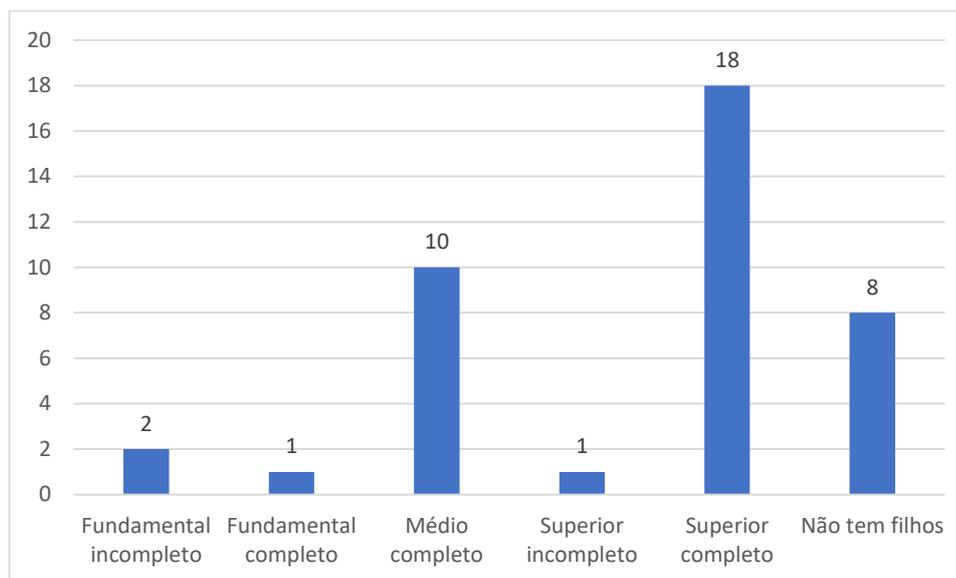


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Fica evidente, pelos dados apresentados, que cerca de 49% dos entrevistados – todos do sexo masculino – possuem ensino fundamental, 35%, também do sexo masculino possuem ensino médio e apenas 12% dos homens, curso superior. Representando as mulheres, com 4% apenas, uma com ensino médio e outra com ensino superior.

Constata-se pela amostra que, estudava-se menos no passado do que nos dias atuais. Hoje existe uma maior preocupação com a formação superior, pois ao comparar os pais com os jovens agricultores nota-se que esses descendentes possuem uma maior escolarização. É o que demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Grau de escolaridade dos filhos dos produtores



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Aproximadamente 4,7% dos filhos dos produtores estão cursando o ensino fundamental, 2,4% possuem ensino fundamental completo, 23% o ensino médio completo, 42% possuem filhos com nível escolar superior completo e 2,4% o superior incompleto. Declararam não possuir filhos 18,6%. Uma breve análise da moda estatística nos revela que o nível superior entre os filhos dos agricultores predomina (e ainda poderia ser bem maior, levando-se em consideração que muitos agricultores ainda possuem filhos pequenos), demonstrando um cenário diferente do vivenciado pelos pais desses jovens, sendo assim, quanto maior a idade do proprietário, menor é o grau de escolaridade. Segundo Lucas Galvan, presidente do Senar/MS, o avanço na escolaridade do público jovem foi estimulado pelas transformações no campo. O perfil da agricultura moderna com o uso de tecnologias e aprimoramento de gestão financeira nas propriedades exige profissionais mais qualificados e com capacidade para se adaptar ao novo contexto. Para ele, a capacitação é essencial para que a transição de gerações à frente dos negócios rurais aconteça tranquilamente (CRESCE..., 2021).

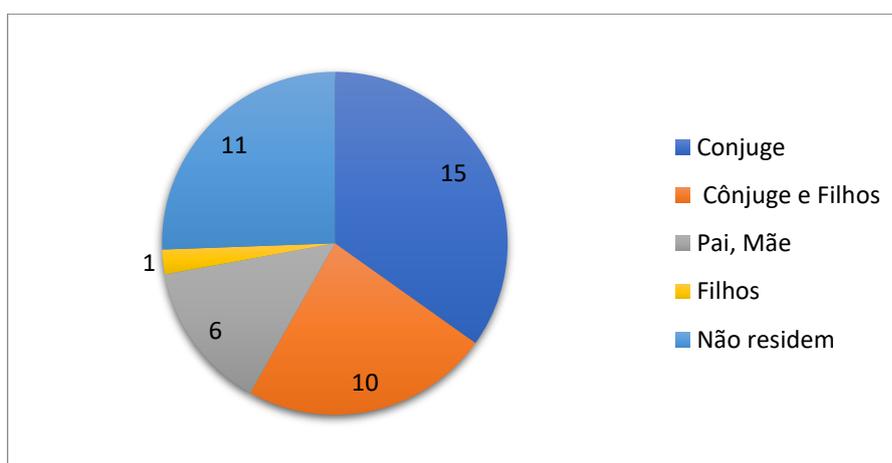
Essa transição – pais, jovens agricultores – é natural e esperada, porém, quando não acontece, gera apreensão. Segundo Martins (2021) a dualidade “ficar” ou “sair” tem cada vez menos a força antagônica que possuía em décadas anteriores, quando sair do campo era quase sempre uma escolha definitiva; porém, na atualidade, essas questões nem sempre excludentes estão inscritas nas trajetórias individuais de muitos jovens. Vários são os exemplos de jovens que saíram do

campo em algum momento de suas trajetórias e mais tarde retornaram. O êxodo da juventude não é um fenômeno natural, tampouco inevitável.

O Estado tem o papel de criar as condições para que os jovens enxerguem o campo enquanto espaço de realização de seus projetos de vida e futuro. Isso pode servir tanto para favorecer a permanência dos jovens nesse espaço, como para atrair aqueles que porventura tenham migrado. Ao longo da entrevista percebeu-se um desejo de alguns pais em relação aos seus filhos para que estes migrem para a cidade, na crença de que conquistar um emprego urbano possa representar uma melhoria na condição social, tanto almejada para as futuras gerações. Segundo um produtor, viver na cidade é “ter uma vida mais tranquila”. Outros fatores corroboram esse cenário, entre eles a grande influência digital que os jovens estão expostos hoje em dia e os próprios interesses desses jovens, que não tecem projetos futuros de sucessão hereditária na agricultura familiar, investindo na continuação dos estudos e relação de trabalho formal na cidade, fundamentados na crença de que esses caminhos contribuem para a tão desejada ascensão social.

A análise dos dados permite observar também a incidência de familiares do produtor que residem na propriedade rural, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5 – Familiares que residem na propriedade rural



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

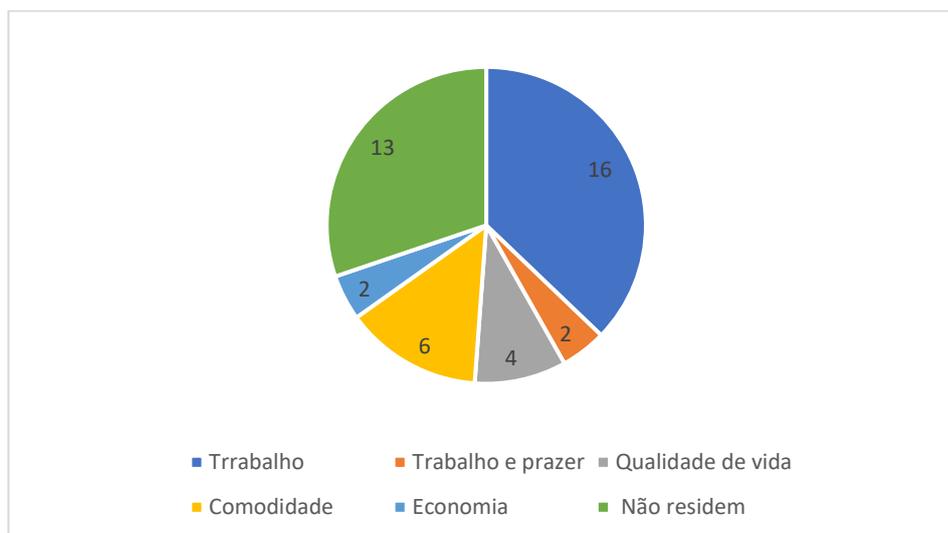
No que tange a residência, aproximadamente 35% dos produtores e seus cônjuges, e 23%, de ambos os cônjuges e seus filhos, residem na propriedade. Por seu turno, 14% dos pais e mães dos agricultores pesquisados também moram no meio rural; se mensurarmos apenas os filhos, eles representam 2%. Por fim, 26% dos familiares não residem no meio rural. Observa-se, pelo estudo e pesquisas em

referências bibliográficas, que muitos filhos adultos migraram para a cidade buscando estudar e trabalhar.

Quanto aos que continuaram o trabalho no campo, os filhos que ajudam os pais, e os pais que auxiliam os filhos, foi questionado sobre o principal motivo dessa escolha. As respostas dos produtores foram, em sua maioria, relacionadas ao trabalho rural. “Por causa do trabalho”, “Para ficar mais perto do trabalho”, “Comodidade” “Fica mais fácil para cuidar das lavouras” e “Qualidade de vida” foram dizeres apontados por alguns dos entrevistados, ao serem indagados sobre esse tema. O que chama a atenção é a opinião de um entrevistado com relação aos filhos não irem para a cidade: “Pela falta de estudo”, respondeu o entrevistado. Alguns pautam-se pela tradição em sempre residir no meio rural, no convívio com a família. Conforme relato de um produtor: “Espaço, qualidade de vida para as crianças”

Observamos, durante as visitas nas propriedades e relato dos entrevistados, que em algumas situações, as configurações da vida no campo foram alteradas, pois antes os filhos casavam-se e construía suas casas ao lado dos pais, tornavam-se vizinhos. Hoje, isso ainda ocorre, porém, em proporções bastante inferiores, visto que, os filhos moços se apressam em partir para cidade, à procura de um emprego ou a conclusão dos estudos, e lá, constituem família, deixando os pais na roça, no convívio solitário com suas raízes. A situação inversa é mais rara, quando os filhos continuam na roça e os pais partem para a cidade, ou falecem. De acordo com os dados pesquisados, dos quarenta e três entrevistados, somente uma família possui essa configuração. Salati (2020) afirma que é comum que a atividade agropecuária tenha começado com os avós ou bisavós, e no processo de sucessão familiar a nova geração costuma propor novas ideias para levar mais eficiência à propriedade, porém, nem sempre os mais velhos aceitam, mas com o tempo as mudanças vão ocorrendo. No entanto, muitos jovens agricultores do país acabam esbarrando em outros entraves, como a dificuldade do acesso ao crédito e a falta de infraestrutura logística e conectividade. Para Shanin (2008) a maioria das pessoas que vão para a cidade são jovens, que não estão necessariamente procurando um trabalho mais leve, mas sim, em busca do cinema, das luzes da cidade grande, de uma vida mais interessante. São vários os motivos que levam as pessoas a migrarem para cidade ou permanecerem na fazenda. Conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Motivos pelos quais os familiares residem na propriedade



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Na ilustração acima observa-se que 37% dos familiares residem na propriedade por causa do trabalho, 30% não moram na roça e 14% declararam que seus parentes residem na propriedade por comodidade pois, segundo eles, já seguiram os caminhos dos familiares que viviam na roça; 9% dos entrevistados relataram que a qualidade de vida é o principal motivo dos parentes estarem na propriedade, e apenas 5% estão no campo por economia e também pelo trabalho e prazer. Logo abaixo destacam-se respostas dos entrevistados quanto a essa questão.

Pesquisador: Em sua opinião qual o principal motivo dos familiares morarem na propriedade rural?

Entrevistado 1: Por causa do trabalho.

Entrevistado 3: Por causa da qualidade de vida e para ficar mais perto do trabalho.

Entrevistado 4: Fomos criados aqui na roça e resolvemos ficar por causa do trabalho.

Entrevistado 5: Por prazer e trabalho.

Entrevistado 6: Meus filhos não moram na roça, foram todos para a cidade procurar emprego, mas gostariam de morar por causa da qualidade de vida.

Entrevistado 12: Acredito que o trabalho faz com que ficamos todos aqui [na roça], se fosse para morar na cidade era muito difícil, além de gastar mais com casa e comida.

Entrevistado 16: Eles moram aqui porque não quiseram estudar, aí decidiram me ajudar no trabalho.

Entrevistado 25: Porque aqui tem espaço e qualidade de vida para as crianças [referindo-se aos filhos menores].

Entrevistado 26: Fica mais fácil para cuidar das lavouras.

Entrevistado 27: A roça era do meu pai, e ele passou pra mim. Nunca pensei ir embora daqui, nem eu, nem meu pessoal.

Entrevistado 28: Eles morando aqui economizam no aluguel.

Essa complexidade de fatores compõe a realidade vivenciada pelos agricultores pesquisados. Observa-se, pelos relatos, alguns pais que incentivam os filhos a irem morar na cidade. Entre os produtores moradores de Passos, o convívio da família e as relações que permeiam o núcleo familiar contribuem para as escolhas entre ir e ficar no campo. As diferenças entre o espaço urbano e o rural são marcadas pela distância e pelas diferenças socioculturais. Além disso, a cidade oferece maiores possibilidades de perfazer um caminho diferente do vivenciado no rural. A expressão “vencer na vida”, de modo geral, comumente utilizada, remete a um pensamento nem sempre ligado somente ao ganho financeiro, mas também ao crescimento e reconhecimento profissional. O apego familiar existe e pôde ser sentido nas expressões, muitas vezes com pesar; porém, a ânsia pelo sucesso dos filhos é evidente. Isto fica claro quando percebemos os dizeres e expressões dos produtores.

Segue abaixo a representação das falas de alguns produtores entrevistados:

Pesquisador: Qual o seu desejo com relação aos seus filhos? Continuar o trabalho na propriedade ou trabalhar em alguma atividade urbana? Qual? Por quê?

Entrevistado 1 Que fique na roça. Para dar continuidade aos serviços, “tocar as lavouras”.

Entrevistado 5: Trabalhar na cidade, porque são mulheres

Entrevistado 6: Estudem e cuidem da propriedade

Entrevistado 8: Trabalhar na cidade, pois os filhos já vivem lá.

Entrevistado 9: Desejo que elas fiquem na cidade, pois são mulheres

Entrevistado 10: O meu desejo é que ficasse tudo junto, mas eles [filhos] já moram fora. Na cidade as oportunidades são melhores e o ganho também.

Entrevistado 13: Que fiquem na roça, para dar continuidade ao trabalho.

Entrevistado 14: Na propriedade, pois acho a roça melhor que a cidade.

Entrevistado 15: Continuar na cidade, pois a vida lá é melhor, mais tranquila.

Entrevistado 18: Que fiquem na cidade, pelo fato de serem mulheres, mas se fosse um filho homem com certeza ficaria na roça.

Entrevistado 19: Prefiro atividade urbana, pois na roça o lucro é pequeno e o investimento é muito alto.

Entrevistado 20: Desejo que as meninas fiquem na cidade e os meninos na roça.

Entrevistado 21: Ficar na cidade, por já terem uma profissão.

Entrevistado 23: Espero que continuem na cidade, porque lá eles têm uma profissão estável.

Entrevistado 24 Desejo que trabalhem na cidade, como motorista.

Entrevistado 25: Desejo que continuem na roça, para dar continuidade ao trabalho.

Entrevistado 26: Que continuem na atividade rural, pois já terão uma boa infraestrutura e um bom começo.

Entrevistado 27: Que continue na atividade agrícola, produzindo café, pois a estrutura já está pronta.

Entrevistado 28: Não tem filhos, se tivesse, queria que eles continuassem na roça.

Entrevistado 29: Praticamente só um trabalha na roça, os outros têm outra atividade de acordo com suas profissões.

Entrevistado 31: Queria que eles ajudassem na roça, para ter ajuda aqui.

Entrevistado 32: Que continuem na cidade, porque são mulheres.

Entrevistado 33: Trabalhar na atividade urbana, porque na cidade ganha mais, tem mais conforto e porque eles fazem faculdade.

Entrevistado 34: Trabalhar na roça, para continuar a atividade da família.

Entrevistado 38: Continuar na cidade, pois tem melhores condições.

Entrevistado 42: Que continue no meio urbano, pois casou e mora lá.

Entrevistado 43: Que continue na roça, para dar continuidade aos serviços rurais.

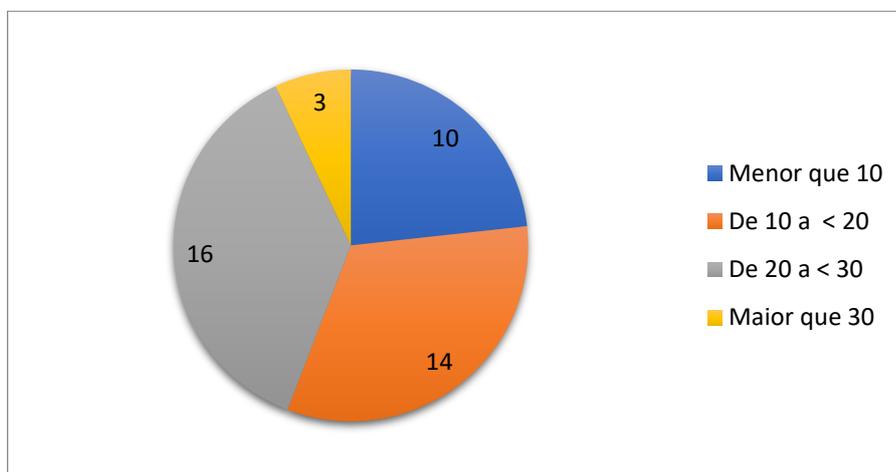
Algumas dessas frases citadas sugerem crenças sexistas pautadas na construção cultural de que homens se destacam nas profissões relacionadas ao meio agrário, pois camuflam-se em desejos ocultos, frases pomposas, a título de exemplo: “é bem-casada”, “moça bem-criada”, quando na verdade é um estigma que influencia na escolha das mulheres, para que elas possam exercer preferencialmente funções urbanas. Conforme apontado por Shanin (2008) muitas mulheres preferem ir para a cidade, e quando se pergunta ao camponês por que ele saiu do campo, a resposta é que a mulher não gostaria de continuar naquela vida dura da roça. No município de Passos há pouquíssimas mulheres possuidoras de DAP³.

Cumprе salientar que apenas duas beneficiárias entrevistadas eram do sexo feminino, na porcentagem de 4,65% do total de 43 entrevistas. Nota-se, pelos dados obtidos, o quanto o protagonismo do homem prevalece na amostra analisada. Conforme análise de Brumer (2004), diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura concluíram que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. O Pronaf não deveria ser implementado como uma ferramenta para reforçar a lógica produtivista e machista, mas sim, deveria servir de ferramenta para contribuir para o empoderamento econômico da agricultura familiar, em especial para aqueles historicamente excluídos do acesso ao crédito, como as mulheres (SILVA, A., 2019).

³ Dados obtidos pelo SEAD. Disponível em: <http://dap.mda.gov.br>.

Outra característica marcante é a disparidade entre homens e mulheres relacionados à obtenção da titularidade da DAP⁴ e posteriormente obtenção de empréstimo rural. As duas mulheres entrevistadas possuem idades de 31 e 39 anos, respectivamente. Integram o grupo de produtores mais jovens, abaixo dos 40 anos. Uma delas não é casada e ambas não possuem filhos. Essa baixa participação feminina no mundo rural não é recente. A luta pela inserção da mulher no trabalho do campo é longa e repleta de desafios. Shanin (2008) destaca que, no campesinato, a unidade familiar é a unidade que liga a família à terra, e nessa unidade familiar a importância da mulher é absoluta: sem ela a unidade não pode sobreviver e, também, não pode sobreviver sem o homem, porque há uma divisão do trabalho bastante rígida entre homens e mulheres do campo que necessita da combinação dos dois. A combinação não é uma escolha, mas apenas uma necessidade. Com relação à distância propriedade-cidade, a localização é de grande significância, pois impacta em vários fatores. Esses dados influenciam nas decisões dos produtores rurais relacionadas ao consumo e produção de alimentos, comercialização, economia regional e aspectos culturais. Apresentamos abaixo a ilustração que mostra a distância das propriedades rurais ao município de Passos.

Gráfico 7 – Distância da propriedade da sede do município (em quilômetros)



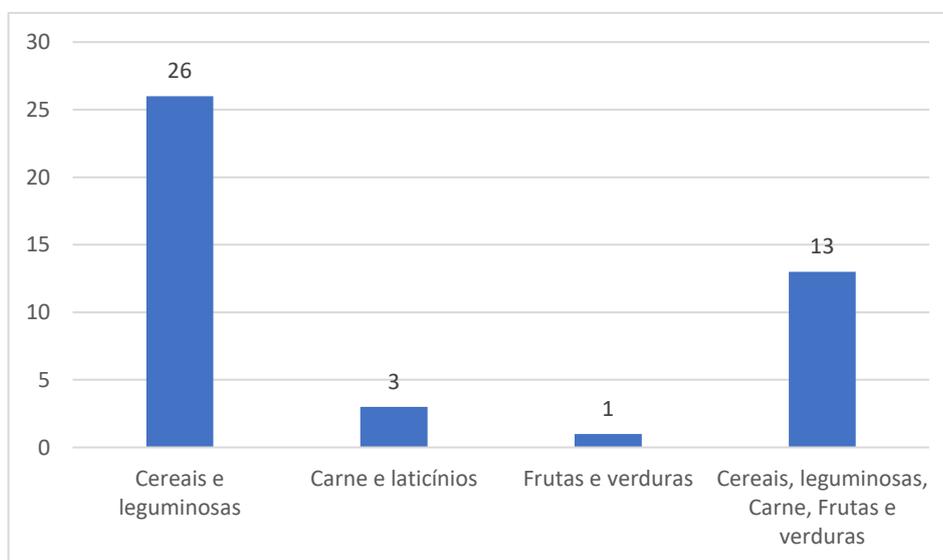
Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Na figura acima constata-se que 37% das propriedades rurais estão localizadas à mais de 20 km do município em estudo, Passos. Da amostra pesquisada, 33% das

⁴ A quantidade de DAPs pode ser obtida através da SEAD. Disponível em: <http://dap.mda.gov.br>. Ao realizar o filtro por município - Passos, obtém-se o quantitativo, e, nota-se claramente a disparidade entre gêneros, sendo o masculino predominante.

propriedades estão entre 10 a 20 km de distância, 23% das propriedades estão situadas a uma distância menor que 10 km, e apenas 7% a uma distância maior que 30 km. Durante a pesquisa, ao questionar sobre em qual município a família costuma adquirir bens e serviços, apenas 3 produtores responderam cidades diferentes, como Alpinópolis, Bom Jesus da Penha e Guaxupé. A distância contribui para as escolhas, porém, como Passos possui maiores supermercados e grande quantidade de comércios, em comparação com outras cidades do entorno, muitos optam por realizar compras no município, principalmente pelo custo-benefício. Com relação à economia e gastos, as famílias entrevistadas possuem perfis bem diferenciados. Um jovem produtor que reside com os pais na propriedade, ao ser questionado sobre quais produtos costuma adquirir na cidade, afirmou de imediato;” Tudo, minha mãe compra até cebolinha”. Em contrapartida, gasta-se muito com supermercado. Postura bem diferente de outros produtores, que além de produzirem a maior quantidade e variedade de produtos, ainda buscam adquirir produtos com preços menores. Outro ponto importante é o tipo de alimento adquirido no comércio.

Gráfico 8 – Alimentos adquiridos no comércio

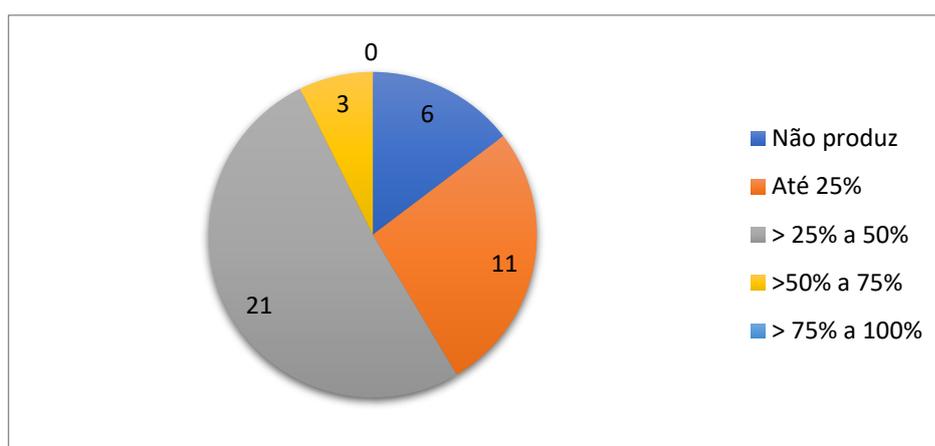


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Fica evidente, pelos dados apresentados (Gráfico 7), que cerca de 60% dos 43 entrevistados compram cereais e leguminosas no comércio. Além destes, 30% também declararam adquirir todos os gêneros alimentícios nos mercados; 7% relataram comprar carne e laticínios e apenas 3% adquirem frutas e verduras.

De modo a compor o mosaico da diversidade dos hábitos alimentares e de consumo dos agricultores familiares, várias análises podem ser obtidas a partir dos dados coletados. A produção para o autoconsumo é uma prática adotada por algumas das famílias entrevistadas. Cereais, carne (porco, vaca e frango), horticultura, frutas e laticínios são comumente produzidos nas propriedades. Ovos e peixes também foram bastante citados. Conforme ilustração abaixo:

Gráfico 9 – Autoconsumo total

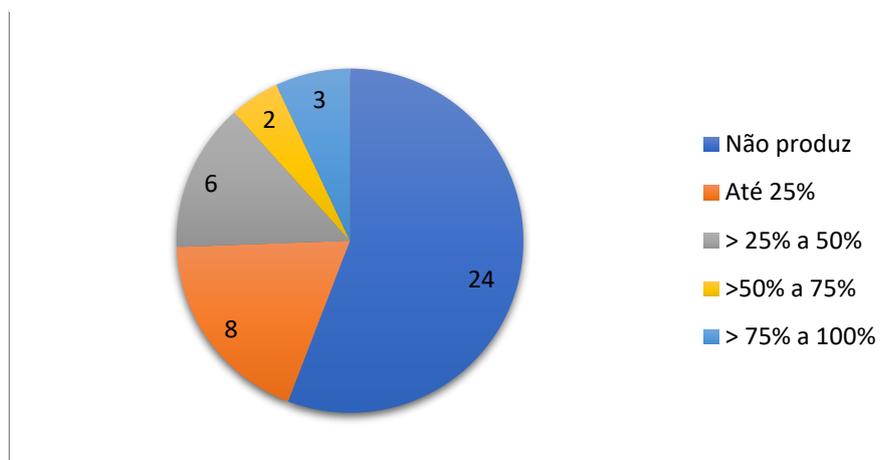


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Pela ilustração acima, dos 43 produtores, 51% produzem entre 25 a 50% da totalidade dos produtos, 27% produzem até 25%, 15% não produzem e apenas 7% produzem de 50% a 75%. Nenhum produtor ou 15% dos entrevistados não produzem entre 75 e 100%. Nas reflexões acerca da alimentação, a relação de permuta ou aquisição de vizinhos é algo comum: “Compro feijão do seu Darci, que mora aqui perto, feijão de qualidade, fica vermelhinho quando cozinha, e é baratinho”. Outro ponto importante é o tipo de alimento adquirido no comércio. Cereais, como o arroz, não são produzidos, pois, a região não é propícia para o plantio. Priorizam-se outras culturas como o café, o leite, o milho e o gado de corte.

O autoconsumo de cereais tem características importantes. Interessante notar que o milho é a principal cultura a ser produzida nessa categoria, conforme Gráfico 9. Na amostra estudada, 56% não produzem cereais (alto índice impulsionado pela não produção de arroz), 19% destes agricultores produzem até 25%, 14% produzem de 25 a 50%, 7% produzem de 75 a 100% e 5%, entre 50 e 75%.

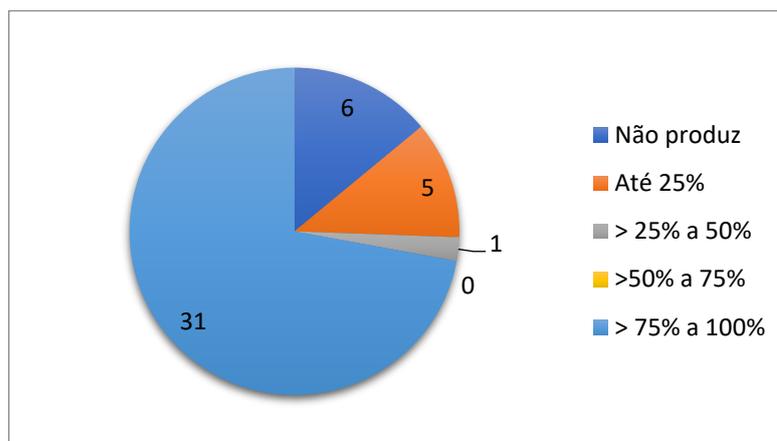
Gráfico 10 – Autoconsumo cereais



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Cumprido destacar que na categoria cereais encontra-se também o milho; portanto, dos agricultores que o cultivam na cidade de Passos, muitos destinam sua produção para o preparo do silo utilizado na alimentação do rebanho. Destarte o milho é somado aos investimentos da unidade produtiva e não cumpre apenas a função de alimentar diretamente as famílias. O autoconsumo de cereais, em especial o arroz, é prejudicado devido ao pouco incentivo para o plantio e condições de solo da região – o arroz se desenvolve melhor em regiões de várzea – enquanto o sudoeste de Minas Gerais é formado por locais montanhosos. Todos os produtores entrevistados consomem arroz, mas não produzem, adquirem nos mercados. A região do sudoeste de Minas Gerais é tradicionalmente produtora de leite, conseqüentemente, o plantio do milho complementa a renda e contribui para o aumento da produtividade leiteira. Apesar de não atender todas as demandas alimentares, o autoconsumo representa uma fonte de renda importante, razão pela qual avançaremos o olhar para o manejo da carne, conforme o Gráfico 10.

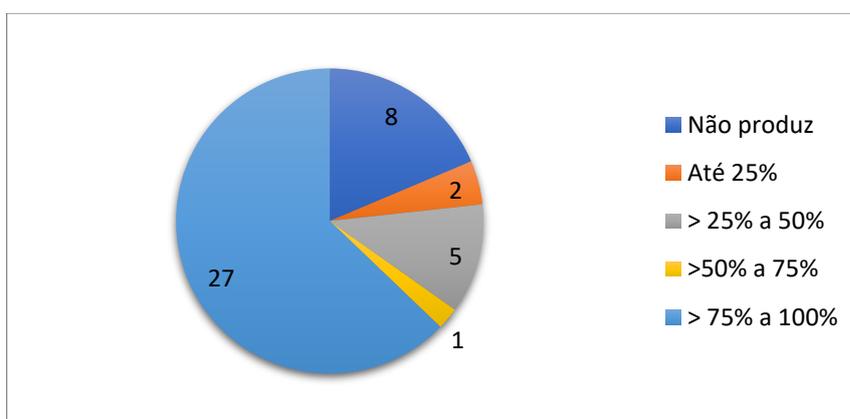
Gráfico 11 – Autoconsumo de carne



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

A carne, seja ela de porco, frango, ou peixe é de fácil recria e abate, portanto a utilização de animais para o consumo é realizada comumente. Cerca de 72% dos produtores reproduzem esse manejo, o que pode reduzir os custos com compras nos supermercados e também garante a qualidade nutricional das famílias. A carne de vaca é mais utilizada na recria e revenda, e pouco utilizada no consumo próprio, segundo relato dos agricultores, visto que nem sempre o abate e o estoque dessa proteína são viáveis, pois gera custos com abatedouros e estoque em frigoríficos. Os outros tipos de carne (porco, frango e peixe), além de ovos, apresentam uma maior facilidade no manejo e menor investimento, possibilitando um consumo em maior quantidade. Dentro dessa lógica, cabe destaque à horticultura (Gráfico 11).

Gráfico 12 – Autoconsumo horticultura

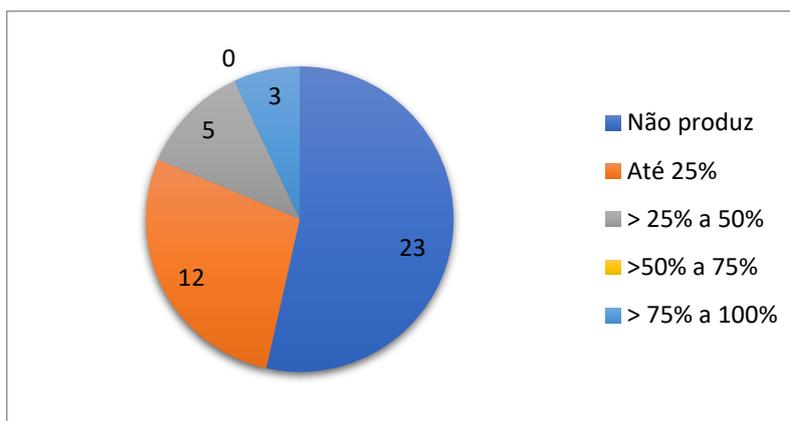


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Cerca de 63% dos entrevistados declararam consumir entre 75% a 100% das verduras cultivadas na propriedade. 19% não produzem, 12% realizam o plantio e

consumo entre 25 e 50%, 5% produzem até 25% e apenas 2% entre 50 a 75%. Entre o público-alvo pesquisado não houve menção a nenhuma forma de comercialização dessas hortaliças, somente o plantio para o consumo próprio. Não sabemos se é uma prática comum da região, ou se carece de apoio e orientação quanto à essa prática. O gráfico 13 ilustra o autoconsumo de frutas.

Gráfico 13 – Autoconsumo frutas



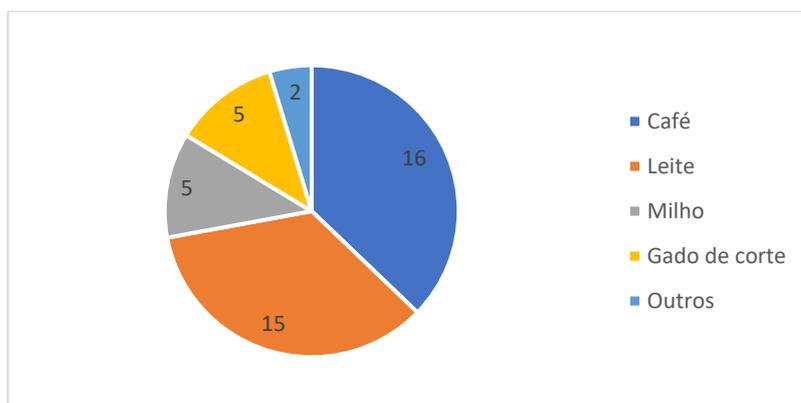
Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Do total de produtores entrevistados, 53% não produzem as frutas que consomem, 28% produzem até 25%, 12% de 25 a 50%, e apenas 7% dos entrevistados declararam produzir e consumir de 75 a 100%. O plantio de frutas para o autoconsumo foi pouco citado pelos produtores. Nas visitas às fazendas o que se percebeu foi a existência de quantidade razoável de limão, laranja, banana, mexerica, manga, jabuticaba. Esses pomares, no entanto, não foram plantados pelos que residem na propriedade, mas sim, pelos pais, avós, bisavós, além daquelas frutas que nasceram lá, sem que ninguém plantasse, e foram ficando, todo mundo consumindo, cuidando, se beneficiando.

Não há, porém, uma preocupação em plantar variadas frutas, nem por questões de saúde, nem por questões financeiras ou por gosto mesmo. As frutas se dão ali, entre um pasto e outro, meio esquecidas, de vez em quando lembradas (a exemplo a mexerica ou tangerina). Mas a banana é bastante cultivada e, quando em excesso podem ser doadas ao vizinho, ou vendidas em um pequeno comércio na cidade, de vez em quando.

A principal fonte de renda das famílias pesquisadas é o café, seguido do leite. A herança familiar é o fator que tem maior influência. “O filho procura seguir os passos do pai” relata um produtor.

Gráfico 14 – Principal fonte de renda agrícola da família



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

A ilustração acima esclarece que o café (37%), seguido do leite (35%) são os principais cultivares. O plantio do milho e o manejo de gado de corte seguem empatados com 12% das famílias entrevistadas e apenas 5% têm como principal fonte de renda outras culturas. A tabela abaixo complementa a análise.

Tabela 1 – Produção agrícola em Passos (ano agrícola 2019)

Arroz (em casca)	Banana (em cacho)	Café (em grão)	Cana de açúcar	Feijão (em grão)	Milho (em grão)
-	50	4.368	733.617	3.192	63.480

Fonte: IBGE (2020).

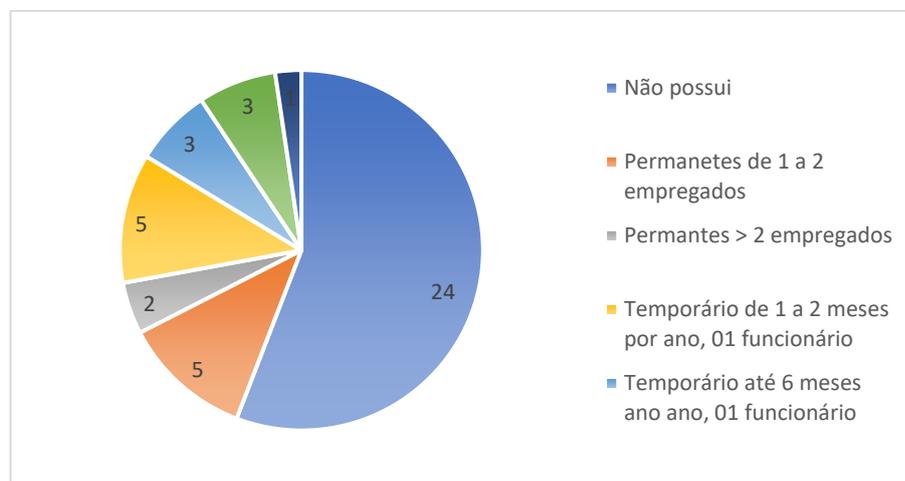
Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), no ano de 2019 o que mais se produziu no município de Passos foi a cana de açúcar (733.617 toneladas), seguido do milho (63.480 toneladas) e do café (4.368 toneladas). A produção leiteira, no ano de 2019, foi de 86,11 milhões de litros leite. Nota-se, pelos dados pesquisados, que não houve plantio de arroz, o que se confirmou pelas entrevistas realizadas na amostra. Uma das explicações para isso pode ser devido ao fato do arroz se desenvolver melhor em terrenos alagados e baixos.

Segundo o IBGE (2020), Passos situa-se a 745 metros acima do nível do mar e possui o clima tropical de altitude, o bioma é formado por cerrado e mata atlântica. Entende-se que por ser região de montanha somente algumas cultivares do produto são indicadas para o plantio. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

(2019) afirma que o estado é um local propício para o cultivo de arrozes de terras altas. A Epamig desenvolveu quatro cultivares desses arrozes: Curinga, Caravela, Relâmpago e Caçula. O arroz de terras altas é cultivado em áreas favorecidas pelo regime de chuvas e, em outras situações, sob o sistema de irrigação por aspersão. Essas cultivares são adaptadas para regiões montanhosas. Em Passos, porém, não foi observado esse plantio, devido provavelmente ao alto custo e baixo incentivo com assistência técnica e pouco investimento em políticas agrícolas para esse setor.

Percebemos que a maioria dos produtores utiliza a monocultura como fonte de renda, fato esse que não é de se estranhar, pois na agricultura familiar a mão de obra é escassa e a diversificação produtiva se torna inviável, principalmente quando os filhos partem para a cidade, os pais idosos nem sempre conseguem “inovar”. São múltiplos os arranjos familiares (algumas famílias grandes e com muitos filhos, outras sem filhos, ou com filhos pequenos), porém, a grande dificuldade é a mão de obra. Pelo gráfico abaixo temos a quantidade de produtores que possuem trabalhadores contratados, permanentes ou temporários.

Gráfico 15 – Trabalhadores contratados



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Com relação ao trabalho, 56% das famílias pesquisadas não possuem trabalhadores contratados, contando apenas com a participação da família na lida. Dos entrevistados, 12% possuem de 1 a 2 funcionários permanentes e 01 funcionário temporário durante 1 a 2 meses no ano. Cerca de 7% dos agricultores contratam funcionários temporários até 6 meses no ano e mais de 2 funcionários entre 1 e 2 meses no ano. Apenas 5% dos pesquisados possuem 2 empregados permanentes e somente 2% possuem mais de 2 funcionários temporários durante metade do ano.

Constata-se que muitos contratam camaradas temporários na época da colheita do café, do milho ou apenas para algum serviço urgente. “Na *panha* de café tem umas quarenta pessoas trabalhando aqui, mas é por pouco tempo, uns dois meses só”, relato de um produtor.

Essas relações de trabalho são comumente percebidas entre os agricultores, com exceção daqueles que contam com o apoio dos familiares na colheita; nesse caso, a participação dos filhos torna-se crucial na lida com a terra, porém as transformações sociais e a migração do jovem para a cidade alteraram essas configurações.

Para ser enquadrado no Pronaf, o produtor precisa possuir de 1 a 4 módulos fiscais. No município de Passos, o módulo fiscal é de 26 hectares. Segundo o Incra (2003):

Art. 1. O Módulo Fiscal expresso em hectares será fixado para cada município de conformidade com os fatores constantes do art. 4º do Decreto n.84.685, de 06 de maio de 1980.

§ 1. Será considerado predominante o tipo de exploração especificado na alínea "a" do art. 4º do Decreto nº 84.685 de 6 de maio de 1980, que ocorrer no maior número de imóveis (INCRA, 2003).

Conforme decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980 (BRASIL, 1980):

Art. 4. O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I - hortifrutigranjeira;

II - cultura permanente;

III - cultura temporária;

IV - pecuária;

V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar" constante do art. 4º, item II, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Com relação ao tamanho da propriedade e uso da terra, nota-se que a maior parte das fazendas são de pequeno porte e geralmente utilizadas em sua totalidade na geração de renda. De modo mais ilustrativo tem-se a Tabela 2.

Tabela 2 – Área total da propriedade e área produtiva

Estrato de área (ha)	Número de propriedades por tamanho	Número de propriedade por área produtiva
0 a menos de 10	7	9
10 a menos de 20	10	12
20 a menos de 30	8	9
30 a menos de 40	8	33
40 a menos de 50	2	2
50 a menos de 100	7	8
100 ou mais	2	0

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Pela tabela acima constatamos que 10 propriedades utilizam uma área entre 10 e 20 hectares; quando comparamos ao tamanho da propriedade, em relação a área produtiva, esse número aumenta para 12 propriedades. Propriedades menores que 10 hectares, entre 20 e 30 hectares e entre 50 e 100 hectares também respondem por uma expressiva exploração agrícola, segundo nossa amostra estudada.

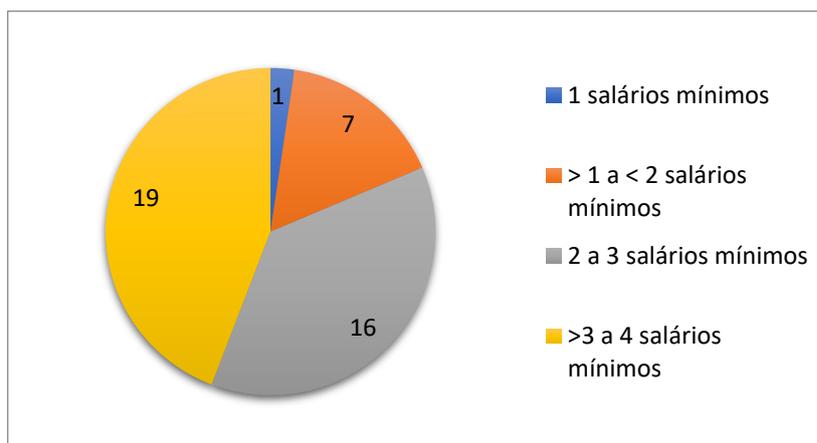
Com relação à mão de obra empregada na exploração da terra, Silva, J. (2010) afirma que as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam cada vez mais deixando de ser uma responsabilidade do conjunto de membros para ser de um ou de poucos membros, pois haveria uma tendência de aumento da participação em atividades não agrícolas entre os integrantes dessas famílias.

As famílias rurais que conciliam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas são chamadas de pluriativas. Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) afirmam que entre os anos de 2001 e 2013, mudanças importantes ocorreram nos domicílios rurais, e apesar das famílias agrícolas ainda representarem a maioria dessa população, houve grande redução dessa configuração familiar e um crescimento das famílias com atividades não agrícolas.

Para Sakamoto, Nascimento e Maia (2016), as atividades não agrícolas são importantes no fomento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e podem ter implicações importantes também no desenvolvimento urbano. A atividade não agrícola também se associa à localização espacial dos domicílios rurais. Enquanto as famílias Agrícolas e Pluriativas se concentravam, quase que exclusivamente, em áreas menos povoadas em 2013, 12% das famílias não agrícolas residiam em áreas de expansão urbana, onde a renda domiciliar média é

maior. Veiga (2004) complementa afirmando que o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população, e isso não representa algo negativo, já que as principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força das economias rurais. Observamos pelo gráfico 16.

Gráfico 16 – Renda Agrícola



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Observa-se pela ilustração acima que 45% dos produtores entrevistados auferem uma renda agrícola acima dos três salários-mínimos. Do total, 37%, percebem um rendimento entre dois e três salários mínimos e apenas um deles declarou obter uma renda de um salário mínimo proveniente da atividade rural. Para complementar a renda obtida no campo, vários produtores exercem atividades não agrícolas, entre elas, fotografia, serviço de motorista, professores, advocacia, recebimento de aluguéis e recebimento de aposentadoria e auxílios. As famílias não agrícolas possuem menos chances de serem pobres, justamente pelo fato de não dependerem somente da agricultura. Com relação à renda agrícola e não agrícola, algumas famílias da amostra são pluriativas, ou seja, aquelas que possuem atividades agrícolas e não agrícolas.

As atividades não agrícolas possuem regularidade de renda e ou, salários para as pessoas envolvidas nesse setor; ao contrário das atividades agrícolas, que estão sujeitas a variações devido à sazonalidade e quebra de safra, entre outros problemas inerentes ao setor agrícola (HELFAND; PEREIRA, 2012).

Com relação à renda não agrícola, dos 43 entrevistados, 68% possuem somente a renda originária do meio rural, 32% dos participantes possuem

pluriatividade (renda agrícola e não agrícola), divididos em diversas profissões, conforme pode verificar na Tabela 3.

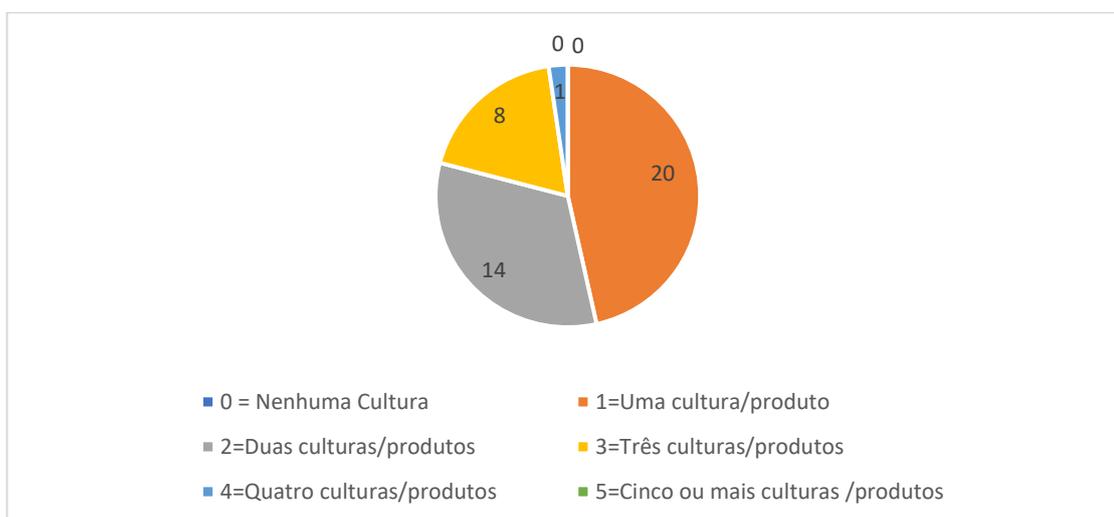
Tabela 3 – Rendimentos fora da propriedade através atividade remunerada não agrícola

Rendimento fora da propriedade	Quantidade de produtores	Percentual (%)
Não possui	29	67,44
Aluguéis	4	9,30
Professor	3	6,98
Motorista	2	4,66
Pedreiro	2	4,66
Funcionário Público	1	2,32
Fotografia	1	2,32
Advocacia	1	2,32
Total	43	100

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

A pluriatividade familiar pode se tornar complexa, pois considerando-se a unidade domiciliar, a condição pluriativa pode englobar: famílias que se encontram em relação de extrema pobreza e buscam alternativas em relação à atividade agropecuária, ou famílias que contam com a presença de membros altamente qualificados, com altos níveis de renda, oriundos de uma relação mais dinâmica do urbano-rural. Assim, a pluriatividade ganha uma importância no contexto de evolução de uma nova perspectiva do desenvolvimento rural, de uma forma mais dinâmica (SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA, 2016). Foi observado, através das entrevistas, uma baixa diversificação na produção. É possível constatar pelo gráfico abaixo:

Gráfico 17 – Diversificação produtiva



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

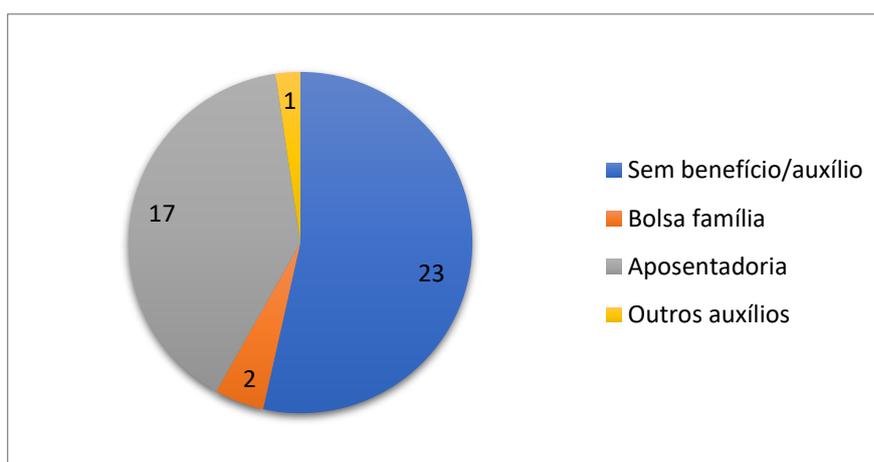
Em 20 propriedades existem o cultivo de apenas uma cultura principal, representando cerca de 47% da amostra, em quatorze propriedades são cultivadas apenas duas culturas, ou seja, 33% da amostra. Em 19% das propriedades três culturas são cultivadas e em apenas uma propriedade existe o cultivo de quatro culturas. Nenhuma das propriedades apresentaram o cultivo de nenhum produto e, também não há, na amostra estudada, o cultivo de cinco ou mais produtos.

O plantio baseado na monocultura – existente na maior parte das propriedades pesquisadas – pode ser reflexo da obtenção do crédito Pronaf. Entendemos que o financiamento rural influi nas escolhas e nas relações econômicas dos agricultores familiares, justamente porque o produtor que deseja obter uma maior lucratividade diminui a diversificação agrícola, investindo uma maior quantidade de recursos na cultura principal da propriedade, que gera maiores rendas.

Ao realizar o projeto e apresentar ao banco, o agricultor enfatiza um cultivo principal, o que facilita a obtenção do crédito, padrão exigido pela instituição financeira para que o empréstimo seja efetivado. Nem sempre o agricultor deixa de produzir outras culturas para o próprio consumo, no entanto, esses produtos representam um investimento secundário.

Somando-se à renda da família encontram-se também as aposentadorias e os auxílios públicos. Importante complemento e ajuda dessas famílias que contam apenas com a renda agrícola. Assim, constata-se pelo gráfico abaixo:

Gráfico 18 – Benefícios públicos e auxílios financeiros



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Dos benefícios recebidos pelos produtores e/ou também pelos seus familiares 40% recebem aposentadoria, 2% bolsa família e 2%, o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A maioria dos agricultores, 53%, não recebem benefício algum, contando apenas com a renda obtida da comercialização agrícola e/ou demais rendas. Estudos têm apontado a expansão do sistema de aposentadoria rural e as mudanças no mercado de trabalho não agrícola como importantes para o quadro de melhoria nos índices de pobreza no campo. A junção das rendas agrícolas e não agrícolas nas famílias evidencia uma boa estratégia para reduzir o nível de vulnerabilidade desses agricultores, uma vez que o idoso passa a ocupar a função de provedor familiar (HELFAND; PEREIRA, 2012). Observou-se através dos dados obtidos que, na amostra, coletada a maior parcela é de pessoas com idade avançada.

4.2. IMPACTO DO Pronaf NA VIDA DOS AGRICULTORES

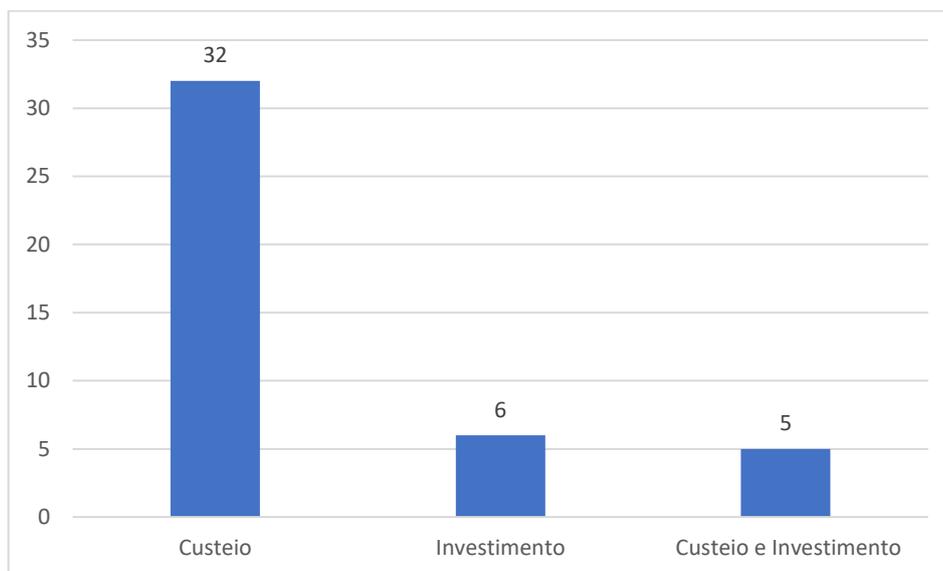
As discussões acerca desse tópico abordam o impacto do Pronaf na vida dos agricultores familiares de Passos. Segundo o Manual do Crédito Rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020):

Os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento (Res 4.575 art 3º).

Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. (Res 4.107)

Para uma melhor compreensão, destacamos abaixo as quantidades de produtores e as respectivas modalidades de Pronaf obtidas por eles através do agente financeiro:

Gráfico 19 – Modalidades de Pronaf



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Os participantes da pesquisa realizada obtiveram, em sua maioria, exclusivamente o Pronaf na modalidade Custeio (32 pesquisados). O Pronaf investimento foi obtido por 6 entrevistados e 5 famílias obtiveram os dois tipos. Importante ressaltar que a modalidade custeio é direcionada à compra de materiais para custear a produção; já a modalidade investimento é destinada à obtenção de equipamentos, máquinas ou construções permanentes. Dito isso, chama a atenção o número de agricultores beneficiados pelo Pronaf investimento. Segundo o relato do representante da instituição de crédito ofertadora do Pronaf:

O Pronaf custeio é o mais utilizado devido, principalmente, a sua maior liquidez. Com o custeio o produtor tem a oportunidade de comprar tudo à vista, ou pagar os insumos adquiridos retroativos em até 180 dias. O volume de recursos recebidos pelo banco é bem maior que o do Pronaf investimento, porque o risco para o banco (de não receber) é menor, para o governo também (que subsidia o crédito) é bem menor, pois o produtor tem um tempo menor para pagar o valor emprestado (um ano, em média). O diferencial da nossa instituição é que é o único banco a liberar o pré-custeio (custeio antecipado), ou seja, antes da safra para aproveitar os preços mais baixos. Essa diferença de preço (economia gerada na aquisição de insumos) possibilita o produtor de realizar um planejamento e aumentar as áreas de plantio.

De acordo com dados obtidos pelo Censo Agropecuário 2017, o município de Passos, possuía, no ano de 2017, 1.528 estabelecimentos rurais, destes, 890 ou aproximadamente 60% eram agricultores familiares. Dos 890 pertencentes à categoria de agricultor familiar, 860 obtiveram Pronaf e apenas 30 se enquadravam como não Pronafianos. Apenas como registro, obtiveram empréstimo do Programa Nacional de

Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) o total de 648 produtores, 42,40%, sendo que 10 destes pertenciam à Agricultura Familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Burocracia, demora, dificuldade na elaboração do projeto e dúvidas, foram alguns dos relatos dos produtores ao questionar-lhes sobre os empecilhos ao acessar o Pronaf. Contudo, queremos destacar, que esse contexto não é, de modo algum, homogêneo, pois alguns agricultores sentiram grande facilidade na obtenção do crédito, outros imensa dificuldade. Ao que parece, dos que sentiram certa dificuldade, existe um sentimento de alívio ao conseguirem o crédito e até um aspecto de gratidão. E por isso dizem:

Pesquisador: Houve alguma dificuldade em acessar o programa [a exemplo da elaboração do projeto, apoio familiar, dúvidas de qual modalidade, necessidade de garantia, burocracia do agente financeiro]. Se sim, relate.

Entrevistado 2: Não sabia como que fazia [Pronaf], só sabia que existia.

Entrevistado 4: Foi tudo muito tranquilo. Levei os papéis no sindicato e depois me chamaram para assinar.

Entrevistado 6: Ficava meio perdido sem saber o que fazer, a quem procurar, quanto tempo ia demorar. As informações não batiam. Aí fui lá na Projeta (assistência técnica particular) e ele me explicou.

Entrevistado 7: Achei muito burocrático, todo dia me pediam um papel.

Entrevistado 10: Achei até fácil.

Entrevistado 13: Não tinha a verba. Fiquei esperando um tempão, mas no fim deu certo.

Entrevistado 15: Ah... tive muita dificuldade para arrumar um avalista. Ninguém queria ser. Precisei pedir a um parente.

Entrevistado 18: Não houve dificuldade. Hoje a burocracia está melhor.

Entrevistado 25: Sim. Muita burocracia. Demora para liberar o dinheiro.

Entrevistado 31: Achei muito burocrático. Nunca tive movimentação em banco e isso atrapalhou um pouco.

Entrevistado 32: Foi muito rápido e fácil.

Entrevistado 33: O complicado foi o avalista. Tive vergonha de pedir os outros para assinar.

De acordo com o Manual de Crédito Rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020), como critério de obtenção do Pronaf:

1 - A assistência técnica e extensão rural compreende:

a) elaboração de plano ou projeto;

b) orientação técnica ao nível de imóvel ou empresa.

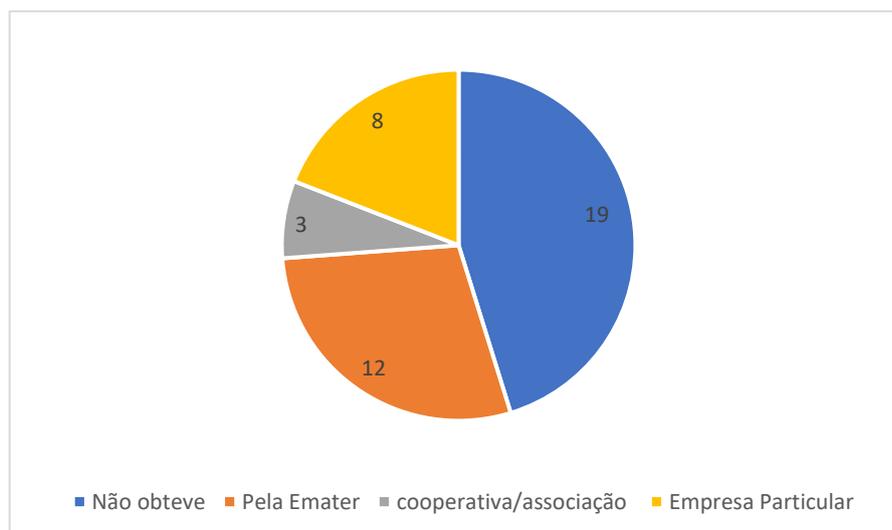
2 - Cabe ao produtor decidir sobre a contratação de serviços de assistência técnica, salvo quando considerados indispensáveis pelo financiador ou quando exigidos em regulamento de operações com recursos do orçamento público.

3 - A assistência técnica e extensão rural deve ser prestada por profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Agrícolas, Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) ou no Conselho Regional de Biologia (CRB).

4 - A assistência técnica e extensão rural é prestada diretamente ao produtor, em regra no local de suas atividades, com o objetivo de orientá-lo na condução eficaz do empreendimento financiado.

A assistência técnica é um importante instrumento de apoio ao produtor, antes e após a realização do projeto contemplado pelo financiamento. A assistência direciona, instrui e capacita o produtor, impactando positivamente no desenvolvimento e organização da unidade de produção familiar. Com a pandemia da Covid 19 o serviço de Assistência técnica e extensão rural saiu do papel. O atendimento remoto aumenta o alcance a produtores rurais, principalmente em municípios maiores, em que grandes distâncias dificultam a locomoção de grandes equipes da empresa, porém, essa nova forma de atender não substitui a presença dos técnicos na propriedade (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021).

Gráfico 20 – Assistência técnica após contratação do Pronaf



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Questionados quanto à assistência técnica, 45% dos entrevistados relataram que não obtiveram auxílio em assistência técnica após a contratação do Pronaf, 29% foram assistidos pela Emater, 19% por empresa particular e apenas 7% por associação ou cooperativa. Esses resultados mostram que existe carência no apoio pós-Pronaf, pois grande parte dos agricultores não tiveram nenhum acompanhamento técnico após a obtenção do crédito e alguns (19%) tiveram que recorrer a empresas particulares, gerando gastos que poderiam ser evitados, além disso, muitos são associados e cooperados, mas somente 7% foram atendidos pelas suas associações ou cooperativas. Zani e Costa, F. (2014) reforçam que essas são algumas deficiências

vinculadas à capacidade de implementação do Pronaf que limitam o alcance de seus objetivos. As deficiências no acompanhamento técnico dos agricultores na elaboração dos projetos e na aplicação do crédito podem provocar desequilíbrios regionais na distribuição dos financiamentos, utilização de técnicas inadequadas pelos agricultores, falta de informação acerca do funcionamento do programa e das políticas vinculadas.

As trocas e os processos comunicativos estreitam as percepções extraídas das falas desses agricultores, a saber:

Pesquisador: Como você avalia sua situação econômica após a obtenção do Pronaf? Melhorou? Piorou? Por quê?

Entrevistado 1: Melhorou muito. Porque ampliei a lavoura. Aumentou o ganho.

Entrevistado 2: Ajudou muito. Aumentei quantidade de animais e lavoura.

Entrevistado 3: Melhorei a lavoura de milho, melhorou muito tudo, consegui comprar insumos mais baratos à vista.

Entrevistado 5: Melhorou. O problema do campo é a descapitalização. Você tem que ter capital para investir.

Entrevistado 10: Com certeza melhorou. Aumentou a renda com o leite.

Entrevistado 13: Ajuda muito. Na safra para comprar insumos.

Entrevistado 14: Ajuda bastante. Os juros são baratos, uai.

Entrevistado 22: Sim. Melhorou muito. Aumentei o ganho e consegui formar meus filhos.

Entrevistado 23: Continuei do mesmo jeito.

Entrevistado 25: Muito positivo. Acabo tendo mais recursos para investir.

Entrevistado 26: Melhorou, facilitou o dia a dia na roça.

Entrevistado 27: Boa, melhorou, facilitou o acesso ao maquinário.

Entrevistado 28: Melhorou muito. Este ano está sendo muito bom.

Entrevistado 29: Nem melhorou, nem piorou, porque os valores para quem tem pouca renda é pequeno e os gastos para a agricultura e pecuária são muitos.

Entrevistado 31: Melhorou bastante, deixei de fazer parte do bolsa família.

Entrevistado 32: Continuou do mesmo jeito.

Entrevistado 34: Melhorou, *vixe*, se não fosse o Pronaf não sei o que eu faria.

Entrevistado 41: Melhorou. Quitei as dívidas e aumentei o gado.

Dessas e de outras construções narrativas teceu-se essa análise, observando, escutando, juntando as formas de expressões e os sentidos para entender o que pensam os participantes, com palavras e não palavras, porque nem tudo se diz em uma entrevista.

Ao indagar-lhes sobre mudanças produtivas na propriedade após receberem o Pronaf, as respostas pautaram-se no aumento da lavoura e aquisição antecipada de insumos com preços menores. Comprar à vista representa uma grande economia.

Nota-se que o produtor precavido mantém um melhor controle dos gastos presentes e futuros. Aqueles que adquiriram maquinário com os recursos do empréstimo também obtiveram êxito, porém esse investimento é de maior prazo. A título de exemplo, um relato de um agricultor: “O trabalho com o trator facilita muito o dia a dia, aumenta o plantio e o ganho”. A mecanização aliada à tecnologia também vislumbra mudanças almejadas pelos produtores: “Aumentei o barracão, coloquei circuito fechado, isso fez grande diferença na produção e qualidade do leite. Aí a cooperativa paga mais”. Alguns, com maior pessimismo, alegaram não terem observado melhora efetiva na propriedade. “Não houve” e “Continuou do mesmo jeito”. A saúde dos animais e conseqüente aumento na produtividade também foram relatados: “Aumentei o rebanho e contratei um assistente veterinário”. “Fiz melhoramento genético e ampliei o rebanho”. Algumas respostas abaixo:

Pesquisador: Houve mudanças produtivas na propriedade após receber o Pronaf?

Entrevistado 2: Sim. Aumentei o barracão onde guardo os insumos.

Entrevistado 7: Foram muitas mudanças, melhorei o pasto, aumentei o gado.

Entrevistado 8: Adquiri um trator, o que facilitou muito a minha vida, e também uma pulverizadora. Aí aumentou bastante a produção.

Entrevistado 11: Houve sim. Aumentei a área do café e comprei máquinas e implementos como trator, bomba agrícola, carreta, plantadeira. Ficou muito bom.

Entrevistado 13: Foram muitas. Usei para comprar insumos para o café e foi muito proveitoso.

Entrevistado 26: Sim, conseguimos aumentar a área plantada

Entrevistado 31: Teve sim. Aumentei o barracão, comprei gado, fiz silagem.

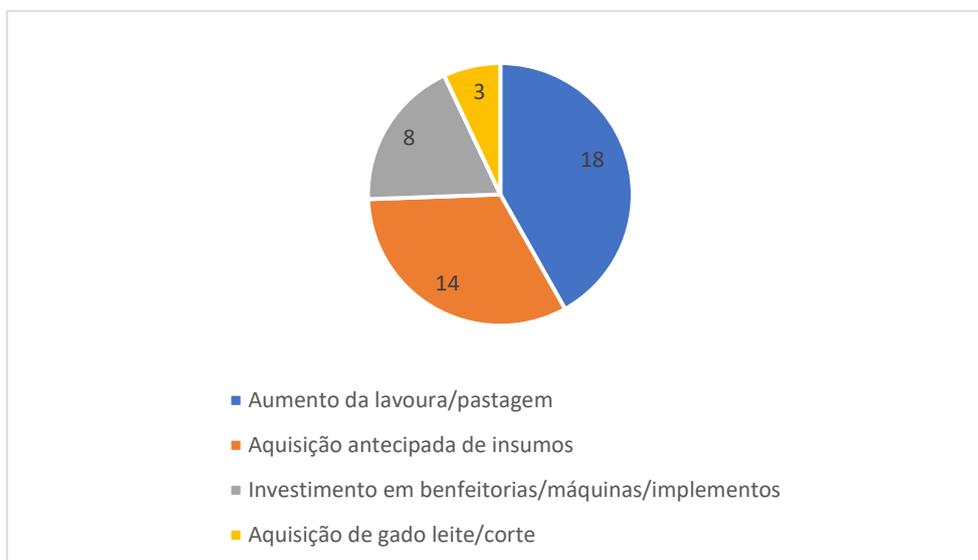
Entrevistado 37: Teve sim, aumentei o gado, dividi os pastos.

Entrevistado 40: Foram muitas mudanças, aumentei a área do milho, comprei tanque de expansão e o leite também aumentou bastante.

Entrevistado 42: A produção cresceu, pois investi no melhoramento genético do rebanho.

Muitas mudanças ocorreram na propriedade após a obtenção do Pronaf. Para melhor compreensão, destaca-se o gráfico abaixo:

Gráfico 21 – Mudanças produtivas ocorridas na propriedade após obtenção do Pronaf



Fonte: elaboração autora após o trabalho de campo (2020).

Foram várias as mudanças produtivas ocorridas na propriedade após a obtenção do Pronaf. Dos 43 produtores, 42% relataram que a utilização do Pronaf resultou em um investimento em benfeitorias/máquinas e equipamentos. 33% dos produtores citaram um aumento da lavoura/pastagem e aquisição antecipada de insumos; 19% disseram que aumentaram a lavoura/pastagem, e apenas 7%, investiram na aquisição de gado de leite/corte. O Pronaf custeio ampara os itens: aumento da lavoura/pastagem e aquisição antecipada de insumos. Nota-se que esses itens foram os mais citados nas entrevistas, pois a maior parte dos beneficiários do Pronaf, dentro do recorte de nossa amostra (32 produtores) são beneficiários dessa linha de crédito. Assim, quando perguntado sobre quais as mudanças produtivas ocorridas na propriedade após a obtenção do Pronaf, o restante dos entrevistados, 8, disseram que aplicaram o valor recebido do empréstimo rural em investimento em benfeitoria/máquinas e equipamentos (8 deles) e, também na aquisição de gado de leite/corte (3 deles), pertinente a linha de crédito por eles utilizada a saber, Pronaf investimento.

Em alguns casos, a falta de documentação, a inadimplência, a irregularidade ambiental ou qualquer outra inadequação legal do agricultor adia a concessão do benefício ao produtor que, sem entender as condições da política, atribui esse atraso ao excesso de burocratização por parte dos agentes bancários (ZANI; COSTA, F., 2014).

Comprar à vista representa uma grande economia. Aqueles que adquiriram maquinário com os recursos do empréstimo também obtiveram êxito, porém esse investimento é de maior prazo. Conforme relata o representante do agente financeiro fomentador do Pronaf Investimento e Custeio em Passos:

O que eu vejo durante esses vários anos de atendimento a agricultura familiar com as linhas de crédito do Pronaf, o que têm ajudado, além de ter o menor juros subsidiado, o menor juro do crédito rural, é a questão de acessibilidade dessas pessoas ao crédito, tanto o limite de crédito, quanto os financiamentos é muito acessível a qualquer produtor da agricultura familiar. O que a gente percebe é que se o produtor aplica corretamente os recursos que ele obtém através do Pronaf não tem como dar errado.

A título de exemplo, tem-se um relato de um agricultor: “O trabalho com o trator facilita muito o dia a dia, aumenta o plantio e o ganho”. A mecanização aliada à tecnologia também vislumbra mudanças almejadas pelos produtores: “Aumentei o barracão, coloquei circuito fechado, isso fez grande diferença na produção e qualidade do leite. Aí a cooperativa paga mais”. Alguns, com maior pessimismo, alegaram não terem observado melhora efetiva na propriedade. “Não houve”, e “Continuou do mesmo jeito”. A saúde dos animais e conseqüente aumento na produtividade também foram relatados: “Aumentei o rebanho e contratei um assistente veterinário”. “Fiz melhoramento genético e ampliei o rebanho”. A produção impulsionada pelo financiamento do Pronaf é comercializada de diversas maneiras, conforme ilustra a Tabela 4:

Tabela 4 – Formas de escoamento produção agrícola

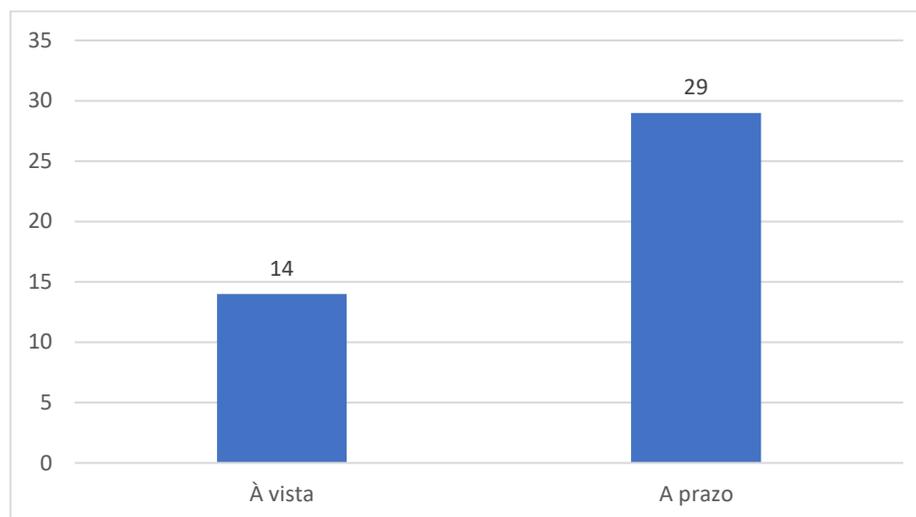
Comercialização	Quantidade	Percentual (%)
Indústrias	14	32,55
Cooperativas	11	25,59
Venda direta	9	20,93
Intermediários	9	20,93
Total	43	100,00

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

A comercialização da produção é razoavelmente eficiente, porém, o maior escoamento da produção é realizado através de indústrias (32%), e em segundo lugar pelas cooperativas (25%). As indústrias ocupam o espaço vazio deixado pelas cooperativas, e captam mais clientes, conseguindo ofertar preços melhores. Muitas cooperativas não conseguem manter-se atuantes e, na região de estudo, algumas, inclusive fecharam suas portas.

A maioria dos produtores relatou não possuir grandes dificuldades na comercialização, porém, a inserção da produção dos agricultores familiares no mercado ainda é um grande desafio enfrentado por eles, pois muitas vezes os produtos são comercializados, porém nem sempre é viável financeiramente para os produtores, que recebem em longo prazo e valores inferiores aos desejados.

Gráfico 22 – Pagamento na comercialização



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Ao comercializar seus produtos, 68% dos produtores recebem pelos seus produtos vendidos a prazo e 32% recebem à vista. Diante das poucas opções de venda, o agricultor familiar acaba conformando-se com os valores recebidos pelos seus produtos e as formas de pagamento, ou seja, ele não consegue colocar o preço final na produção e muito menos escolher o prazo de recebimento pelas vendas. Diferentemente de outros negócios, nos quais os vendedores colocam seus preços e a forma como desejam receber, os produtores ficam “à mercê” das cooperativas e afins para recebimento pelos seus produtos comercializados.

De acordo com Guanziroli e Sabatto (2014), quem fixa preço na agricultura são as bolsas, seja a de Chicago, Londres, Amsterdam ou Singapura e não um grupo restrito de produtores como é na indústria. Esta particularidade da agricultura em relação à indústria aumenta mais as possibilidades de convivência e a heterogeneidade deste setor, que não exclui ninguém em termos de qualidade e preço dos seus produtos. Excetuando produtos muito processados (queijos especiais, embutidos etc.) a maior parte dos produtos são commodities homogêneas. Em síntese, o produtor vê seus preços diminuírem à medida que aumenta a oferta. Esta

forma perversa de funcionamento do mercado beneficia o consumidor final, já o agricultor, para compensar a tendência decrescente dos preços, tem que reagir aumentando sua produção permanentemente, via aumentos de produtividade ou de área, ficando preso desta forma à tesoura clássica: custos altos e preços baixos, sendo assim, o agricultor familiar pode ser retratado como se fosse o operador das antigas rodas de água: pedala, pedala e fica sempre no mesmo lugar, mas não esmorece porque não tem alternativas válidas de ocupação no setor urbano.

Segundo à entrevista, algumas respostas ilustram essa situação:

Pesquisador: Enfrenta dificuldades na comercialização? Quais e por quê?

Entrevistado 1: Sim. A venda é tranquila, o problema são os preços, controlados pelo mercado.

Entrevistado 3: O mercado é muito fechado. Não tem concorrência, preciso vender a prazo com 30 dias.

Entrevistado 5: Eventualmente, porque depende da oferta e da procura.

Entrevistado 13: Não, o mercado é bom.

Entrevistado 15: Acho difícil pelo preço, devido à dinâmica do mercado.

Entrevistado 22: Acho difícil, pois vendi o milho para a comercializadora, recebi em cheque de terceiros, o cheque foi devolvido e a empresa me disse eu tinha que esperar voltar duas vezes para ela me pagar. Isso foi passando o tempo, e quando vê já tinha passado 15 dias após os 30 dias que esperei para receber. Passei um perrengue danado.

Entrevistado 24: Podia ser melhor, *né*. Vendo para uma exportadora, que ganha em cima do café, e depois exporta. Podia receber um valor melhor.

Entrevistado 26: Às vezes, quando a classificação e o preço do café não ajudam. Aí fica difícil.

Entrevistado 30: Sim. Burocracia, negociação do preço do café, tempo de geração da nota.

Entrevistado 32: Não, o Adão(indústria) paga certinho, de 15 em 15 dias.

Entrevistado 33: Não. Vendo o leite por contrato ao ano, o que mantém o preço fixo.

Entrevistado 37: Não, faço venda direta e recebo à vista.

Entrevistado 41: Sim, quando comercializo com terceiros tem o perigo de não receber.

Para Stropasolas (2017), o principal ponto de vulnerabilidade da agricultura familiar é a comercialização, reproduzindo-se uma lacuna no campo das políticas públicas orientadas ou não para esse segmento social, pois não há nenhuma linha do Pronaf voltada à comercialização cujo acesso seja disponível a esses agricultores. O crédito de comercialização está disponível a todos, contudo são as agroindústrias e as empresas comercializadoras que fazem uso desse crédito para suprir suas necessidades de capital de giro e aquisição de matéria prima junto aos agricultores

familiares, ou seja, as modalidades de comercialização não foram desenhadas para o agricultor familiar, tornando-os mais vulneráveis aos serviços dos intermediários que adiantam a venda dos produtos que lhes são entregues em consignação.

E nesse entremeio produtor/intermediário/comerciante constroem as relações comerciais da agricultura familiar no Brasil. Conta-se, nesse processo, com a oferta e obtenção do crédito Pronaf. Nessa perspectiva, salienta-se as opiniões dos entrevistados acerca do financiamento rural. É necessário ouvir a voz do campo, entender os anseios dos produtores a fim de implementar melhorias na obtenção e consolidação do crédito rural no Brasil. Essas são deficiências vinculadas à capacidade de implementação do Pronaf e que limitam o alcance de seus objetivos. As deficiências no acompanhamento técnico dos agricultores na elaboração dos projetos e na aplicação do crédito, principalmente, podem provocar desequilíbrios regionais na distribuição dos financiamentos, utilização de técnicas inadequadas pelos agricultores, falta de informação acerca do funcionamento do programa e das políticas vinculadas.

Na operacionalização do Pronaf por intermédio de agentes bancários existe um conflito entre a lógica do mercado bancário (obtenção de lucro), e a leitura que os movimentos sociais constroem acerca do Pronaf, preocupados muito mais com os efeitos sociais redistributivos da política do que com as obrigações assumidas com a obtenção de um empréstimo rural. As atividades bancárias estão sob a égide das regras oriundas dos Acordos de Basileia, voltadas para a promoção da estabilidade financeira, portanto a atribuição de maior probabilidade de risco aos empréstimos rurais ocasiona maior necessidade de provisionamento de capital por parte das instituições financeiras, reduzindo e encarecendo a oferta de crédito (ZANI; COSTA, F., 2014).

Diante da necessidade de acessar o crédito rural, o produtor familiar apresenta-se em condição de vulnerabilidade perante os bancos. Independentemente de produzir em uma área média menor, o que pode representar um fator de desvantagem em termos de garantia do empréstimo ou capacidade financeira por parte do pequeno, existem outros fatores importantes quanto ao tipo de financiamento e a condição do produtor. Os produtores de estabelecimentos da agricultura familiar têm também uma maior proporção de receitas não relacionadas à produção, como aposentadorias, salários de fora do estabelecimento, doações de parentes, programas sociais,

desinvestimentos e captura de pescado (BELIK, 2017). De acordo com a fala do representante do agente financeiro detentor do crédito:

Anteriormente quando eu falei da acessibilidade do Pronaf, o acesso que esse público tem ao crédito junto ao Banco do Brasil especialmente, que é a instituição que mais desembolsa Pronaf, é uma condição, por exemplo, aqui a gente não vê tanto isso, mas em algumas regiões ele é acessível até mesmo aos posseiros também.

E complementa:

Uma coisa interessante nesse processo de crédito que eu percebo também, é a preocupação do agente financeiro em reduzir custo para o produtor rural, sem pena de todo requisito, de registro cartorário, mas muitas vezes o agente financeiro dispensa grande parte dos registros cartorários dessas operações – o que de certa forma onera o produtor também – que as vezes você tem uma taxa de juros mais em conta para o produtor rural, mas se você manda registrar um contrato de custeio, vai ver quanto custa um contrato de custeio, né... às vezes o que ele ganha de um lado ele acaba tendo que pagar de outro, mas nessa instituição financeira a maioria dos nossos contratos de Pronaf, principalmente os de Custeio, o banco permite o não registro desses contratos, o que reduz o custo final para o produtor.

Os agricultores, porém, tem visões diversas sobre essa questão. Segundo a opinião de alguns produtores entrevistados:

Pesquisador: Qual a sua percepção geral do Pronaf? O que funciona, que não funciona? O que precisa melhorar?

Entrevistado 1: Acho que não precisa melhorar nada não. Do jeito que está, tá muito bom.

Entrevistado 2: Tem coisa boa é tem coisa ruim. A taxa de juros é muito boa, o que atrapalha é a burocracia.

Entrevistado 3: Os projetos deviam ser mais simplificados, para que nós, os produtores pudéssemos fazer.

Entrevistado 6: Pra nós é muito bom, não precisa ter pressa para vender o café.

Entrevistado 8: Acho que funciona bem, porque você não precisa usar todo o seu capital, mas hoje o valor dos insumos subiu muito. O que eu acho ruim é quando tem que pagar o Custeio, porque aí tem que arrumar o dinheiro de qualquer jeito, quando vence.

Entrevistado 10: Pra mim até agora funcionou tudo, o ruim é ter que arrumar avalista.

Entrevistado 14: Acho ruim quando o Pronaf não volta. Aí é muito custoso, precisa do dinheiro e o dinheiro não vem.

Entrevistado 17: Esse negócio de ter que arrumar o dinheiro todo para pagar [Pronaf Custeio], fica difícil, podia ser só os juros.

Entrevistado 18: O Pronaf Custeio é ruim porque tem que pagar tudo de uma vez, todo ano, não paga as prestações.

Entrevistado 21: O Pronaf funciona muito bem, os juros são baixos.

Entrevistado 22: Dá um favorecimento *bão*... não precisa tirar o dinheiro do bolso.

Entrevistado 23: Não tenho muito que reclamar não, só da burocracia.

Entrevistado 26: Ajuda os pequenos produtores. O sistema funciona muito bem.

Entrevistado 29: Precisa melhorar a burocracia e os juros.

Entrevistado 31: Acaba contribuindo bastante. É bem válido para os produtores rurais, principalmente os pequenos.

Entrevistado 32: Está tudo muito bom. O que precisa melhorar é a forma de pagamento anual.

Entrevistado 33: O atendimento é bom, o que atrapalha é a parte burocrática e os limites são insuficientes.

Entrevistado 35: Acho excelente, uma ajuda e tanto.

Entrevistado 40: Precisa diminuir a burocracia.

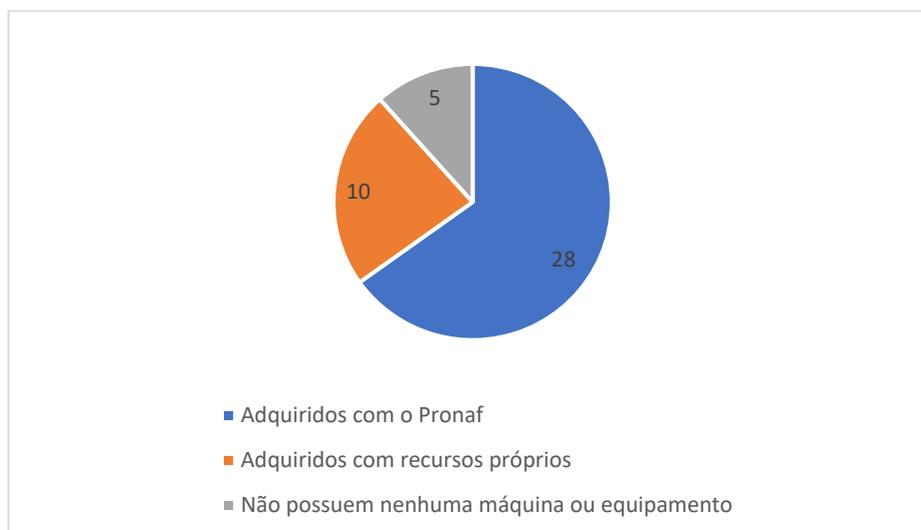
Entrevistado 41: Pronaf é *bão* demais.

Entrevistado 43: A parte burocrática precisa melhorar, principalmente quando tem que registrar, fica caro e demora.

Se por um lado o Pronaf se transformou em um importante instrumento de apoio aos agricultores familiares brasileiros, por outro, ressalva-se que o modelo de distribuição dos recursos ainda privilegia regiões mais ricas e setores mais capitalizados da agricultura familiar. Ainda é muito reduzido o número de agricultores familiares que participam do PAA e do PNAE, sendo muito baixo o valor dos recursos públicos destinados às essas políticas. Os agricultores familiares, principalmente de setores excluídos não têm produtos suficientes e não estão preparados para abastecer essas políticas institucionais. O viés do Pronaf, enquanto política de crédito, mesmo considerando os resultados positivos de efeito econômico, não tem sido capaz de promover transformações importantes nas características do modelo de desenvolvimento vigente no meio rural brasileiro (STROPASOLAS, 2017).

Na sequência, apresentamos a quantidade de máquinas e equipamentos existentes na propriedade, nos quais vinte e oito foram adquiridos pelo Pronaf, dez com recursos próprios e em cinco propriedades não possuem nenhum maquinário. Pelo quadro abaixo é possível constatar esses dados:

Gráfico 23 – Máquinas e equipamentos existentes na propriedade



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Com relação ao maquinário, 65% dos agricultores adquiriram equipamentos através do Pronaf, 23% compraram suas máquinas com recursos próprios e apenas 12% não possuem maquinário algum. O quadro abaixo discrimina em detalhes a quantidade e tipo de maquinários existentes nas propriedades. Na maioria delas, o trator foi o mais citado para a compra obtida pelo financiamento rural. Por ser um equipamento muito utilizado, muitos produtores adquiriram mais de uma unidade. O maquinário facilita a vida do produtor, maximiza a produção, reduz o gasto com aluguéis e terceirizações de serviços, diminuindo os custos de produção.

Tabela 5 – Máquinas e equipamentos existentes nas propriedades

Máquinas e equipamentos	Unidades existentes	Adquiridos pelo Pronaf	(%)
Trator	37	25	68%
Carreta	10	7	70%
Ordenha e tanque de expansão	21	11	52%
Picadeira, ensiladeira, colhedeira	15	8	53%
Secador e lavador café	8	4	50%
Roçadeira, motosserra	3	1	33%
Bomba d'água	7	3	43%
Pulverizadora, adubadeira, plantadeira	13	10	77%
Gerador	1	1	100%
Estufa	1	1	100%
Estrutura de barracão	1	1	100%
Total	117	72	62%

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

Percebe-se a partir da Tabela 5, uma valorização na obtenção de máquinas na propriedade, e, esses produtos são adquiridos com o valor recebido pelo Pronaf. De 37 unidades de tratores existentes nas propriedades, 25⁵ destes foram obtidos através do crédito rural. Para o retiro do leite, a ordenha e tanque de expansão, 11 unidades de 21 existentes nas propriedades foram obtidas com o auxílio do Pronaf. Segundo fala do agente do Sindicato: “Pelo MDA, o produtor além de ter os juros bem mais barato, juros irrisórios, comparado aos juros de pessoa física, né, pelo MDA, o veículo, o trator, os implementos, os maquinários são bem mais baratos, então compensa demais mesmo”.

Pelos relatos, foi possível observar também que alguns produtores da amostra escolhida possuem dívidas. Importante salientar que, quando o produtor possui outras dívidas, além do crédito subsidiado, pode ocorrer um endividamento e prejudicar o agricultor em nova aquisição de crédito, além de afetar a renda mensal da família.

Com relação às dívidas, constatamos que, dos quarenta e três entrevistados, 35% não possuem outros tipos de crédito, além do Pronaf, 24% possuem cartão de crédito e cheque especial, 14% possuem várias modalidades de crédito e apenas 5% possuem empréstimos e financiamentos. A bem da verdade, o produtor possuidor de outras modalidades de crédito pode se endividar, por isso a importância da assessoria técnica na obtenção e pós-venda do financiamento rural.

No cenário atual de pandemia, valorizar o trabalho no campo é fundamental. Conforme ilustra a opinião do agente do Sindicato dos Produtores Rurais: “Muitos Pronafeiros saíram do Pronaf porque aumentaram muito sua renda, melhoraram, graças a Deus estão melhorando, e a gente torce para que isso continue, que eles subam mais e continue indo para o Pronamp, para a gente poder atender mais pessoas novas que estão chegando por aí”.

4.3. CENÁRIOS POSSÍVEIS, DESAFIOS E EXPECTATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PASSOS

É bastante oportuno o entendimento de que ser agricultor familiar no Brasil é um grande desafio, pois a realidade de cada produtor é bem específica. Às expectativas da agricultura familiar aliam-se desejos e necessidades vivenciadas

⁵ Máquinas e equipamentos adquiridos em diversas ocasiões, em empréstimos anteriores e atuais do Pronaf.

durantes anos pelo produtor rural, ou seja, a construção de um “pé de meia” para os filhos. Acreditam que suas raízes são a grande inspiração para alcançar altos voos e baseado nisso, o produtor se torna detentor do Pronaf. Certamente acreditam que essa ferramenta auxiliará na melhoria e continuidade do negócio. Observemos, pois, as falas como segue:

Pesquisador: O Pronaf contribuiu com a melhoria de sua condição de produtor? Por quê?

Entrevistado 1: Muito. Agora consigo me planejar, fazer planos, *né*, para o futuro, sonhar com uma vida melhor.

Entrevistado 10: Sim. Melhorei meu maquinário, porque o que eu tinha antes estava bem velhinho. Não dava pra usar não.

Entrevistado 15: Continuo do mesmo jeito. Devia ter mais ajuda do governo.

Entrevistado 6: Sim bastante, melhorei as pastagens, fiz cerca, comprei gado.

Entrevistado 22: Sim, melhorou muito, veio na hora que eu mais precisei.

Entrevistado 24: Sim. O Pronaf foi a conta de comprar o adubo.

Entrevistado 32: Melhorou um pouco, agora estou mais tranquilo, com relação a dinheiro, sabe.

Entrevistado 37: Melhorou demais, tive condições de plantar, e aí sobra um pouquinho de dinheiro, porque o que eu precisava gastar eu já gastei.

Entrevistado 39: Muito. Cria mais poder de compra.

Nesse interim, entende-se o quão importante é o auxílio do crédito na vida dos agricultores familiares. A ajuda financeira é capaz de transformar a vida dos produtores de maneira significativa, não apenas no aspecto produtivo, mas também impacta nas relações afetivas, na autoestima e confiança. A tranquilidade financeira é vista por muitos agricultores como uma transformação, melhoria na qualidade de vida. Segue as declarações abaixo:

Pesquisador: Sobre sua qualidade de vida: o que é na sua percepção, qualidade de vida? Você considera que a sua qualidade de vida melhorou após a obtenção do Pronaf?

Entrevistado 5: Pra mim, qualidade de vida é quando consigo manter as contas em dia. E o Pronaf me ajudou muito, nossa, hoje consigo dormir em paz porque consigo pagar tudo no prazo.

Entrevistado 8: Pra mim, qualidade de vida é viver bem, ter uma alimentação saudável. E... depois do Pronaf melhorou muito, porque eu fiquei mais tranquilo, sei que vou continuar aqui na roça...vivendo bem.

Entrevistado 10: Poder ter um dia pra gente passear, pra gente descansar, passear na casa dos parentes.

Entrevistado 11: Viver em paz na roça, ter tranquilidade. Continuou igual.

Entrevistado 14: Ficar em paz com a família, ter tranquilidade financeira. Melhorou muito depois do Pronaf.

Entrevistado 15: Saúde e trabalhar sem dever. Sem ter problemas na cabeça.

Entrevistado 18: Morar na roça. O Pronaf ajuda bastante.

Entrevistado 25: Qualidade de vida é passear, poder viajar (vou para a praia). Acho que o Pronaf ajuda, mas sempre dei valor nessas viagens e tal.

Entrevistado 27: Qualidade de vida é ter tranquilidade, e isso melhorou bastante com o Pronaf.

Entrevistado 29: Estar perto da família e poder alimentar melhor, ter conforto, internet, tv. E o Pronaf dá uma segurança pra nós.

Entrevistado 31: Qualidade pra mim é desempenhar com mais facilidade as minhas atividades, ter condições de adquirir o que precisamos. Sim, ajudou muito.

Entrevistado 34: Viver bem, construir um conforto...viver sem preocupação.

Entrevistado 35: Qualidade de vida é você estar com sua família, tendo conforto, lazer, etc....podendo ser feliz, através do amor, dando e recebendo amor.

Entrevistado 36: Trabalhar e poder ter uma vida digna. O PROANF ajuda muito.

Entrevistado 37: Conforto, paz, saúde. Melhorou muito...ajudou muito.

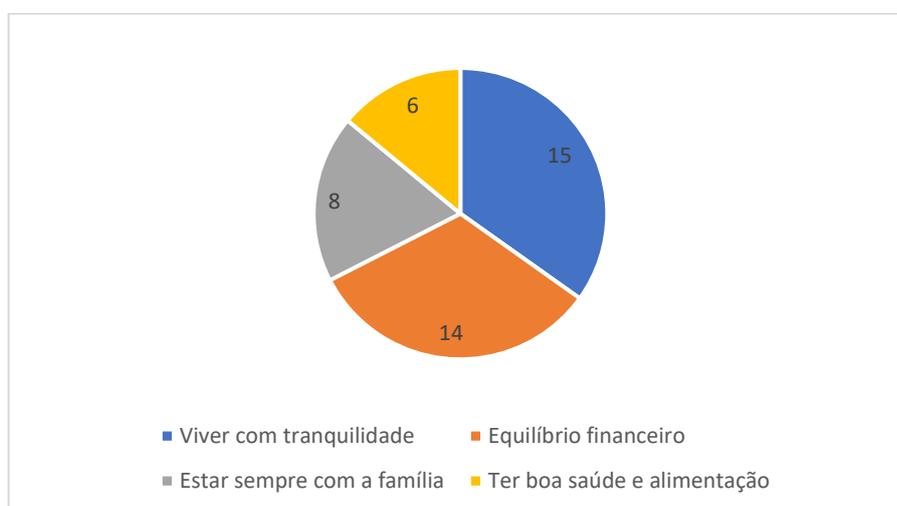
Entrevistado 39: Sossego...sem luxo, mas com tudo que eu preciso. Ah...como ajudou...

Entrevistado 40: Você estar estudando, ter tranquilidade, momentos de lazer com a família, ter segurança financeira, poder viajar, ir pra cachoeira com os amigos. O Pronaf me ajudou bastante, só tenho a agradecer.

Entrevistado 41: Qualidade pra mim é respirar ar puro, ver pássaro cantando, estar tranquilo, ir no terço semanal na comunidade.

Percebemos, pois, que as falas são, em sua maioria, repetidas em construção e sentidos, porque remetem à lar, família, aconchego, segurança, tranquilidade financeira. Para a maioria dos agricultores, qualidade de vida está relacionado à paz que a vida no campo promove. Parece que, para os produtores, as coisas simples e cotidianas têm um peso e valor bem significativo. E disso eles não abrem mão. No gráfico abaixo temos as percepções sobre a qualidade de vida segundo a opinião dos entrevistados:

Gráfico 24 – Percepções sobre qualidade de vida

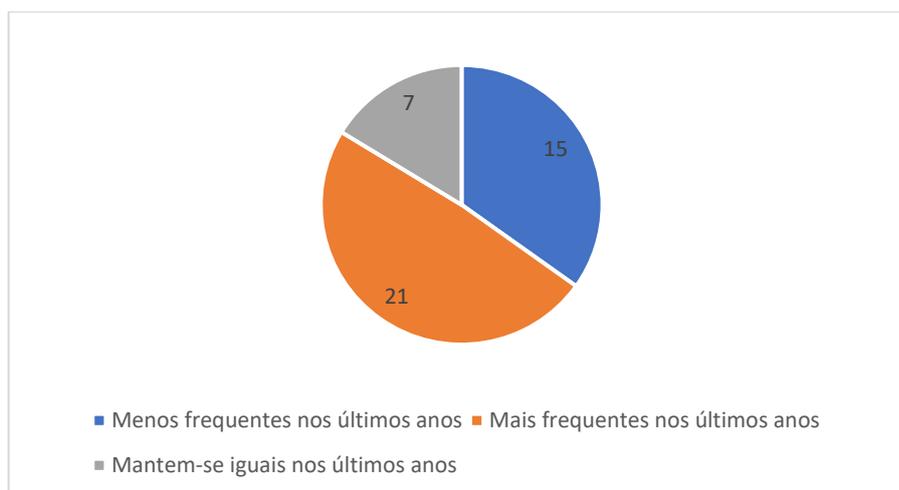


Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

A partir de diversos relatos, entendemos que para 35% agricultores familiares, viver com tranquilidade é o quesito que mais remete à qualidade de vida. 33% acreditam que o equilíbrio financeiro é o mais representativo, 18% deles entendem que possuir qualidade de vida e estar com a família e 14% definem qualidade como ter boa saúde e alimentação adequada.

Qualidade de vida está intimamente ligada às atividades de lazer (muitas vezes desconhecidas por muitos agricultores). As pessoas do campo possuem uma visão diferente sobre descanso e entretenimento. Como dito anteriormente, ficar com a família é um prazer tão intenso que se confunde com o lazer propriamente dito. Por poupar-se da vida frenética na cidade, necessidades de descanso e consumo em cinemas, shoppings e afins parecem não causar grande impacto na vida rural. O Gráfico abaixo descreve em detalhes esses relatos:

Gráfico 25 – Atividades de lazer



Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo (2020).

As atividades de lazer para 49% dos entrevistados se tornaram mais frequentes nos últimos anos, 35% deles relataram que essas atividades se tornaram menos frequentes e apenas 16% afirmaram que tudo se manteve igual.

Quanto aos tipos de atividades realizadas, com referência ao lazer, dos quarenta e três entrevistados, 30 disseram que o encontro e reuniões familiares são as atividades mais realizadas, 9 realizam viagens e 4 participam de reuniões religiosas.

É intuitivo afirmar que o agricultor convive de maneira harmoniosa com a simplicidade da vida na roça e a perspectiva de crescimento e modernização da

propriedade rural, indo em busca de maneiras de otimização da produção e aumento do lucro.

O mundo atual é repleto de mudanças e essas transformações englobam também os pequenos agricultores. Segundo Balsadi (2001) uma importante mudança que vêm passando o meio rural diz respeito a clara e forte tendência de queda das ocupações agrícolas. Essa tendência ocorreu, e continua ocorrendo, como consequência da modernização e mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e, também, pela redução da área cultivada, motivada seja por crises de algumas culturas, como resultado dessa modernização, houve um grande aumento da produção física, com uma área cultivada substancialmente menor e um contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores no processo produtivo.

Diante de tantos obstáculos e dificuldades, persistência é o que define o agricultor familiar. No entanto podemos constatar em suas falas uma aposta em um futuro vindouro. Abaixo, algumas representações:

Pesquisador: O que o senhor planeja para a propriedade no futuro?

Entrevistado 1: Melhorar a propriedade. Adquirir secador de café, lavador de café, tocar as lavouras.

Entrevistado 2: Aumentar o rebanho, aumentar o leite, adquirir máquinas, implementos, trator.

Entrevistado 3: Pretendo comercializar em outros locais, pra ter liberdade em temo de preços, ampliar o arrendamento das terras, especializar para usar menos agrotóxicos.

Entrevistado 6: Pretendo morar e mexer somente na roça e iniciar o manejo de vaca leiteira.

Entrevistado 7: Prosperar, aumentar a quantidade de animais.

Entrevistado 9: Construir barracão, comprar secador, máquina de café, ampliar a produção.

Entrevistado 10: Eu planejo ter a minha propriedade, construir uma casa.

Entrevistado 11: Vender tudo, porque meus filhos foram embora, minha esposa faz tratamento de câncer, faz tratamento lá, fica mais fácil viver na cidade. Desejo sair daqui assim que puder.

Entrevistado 12: Produzir as mesmas coisas e aumentar a área rural.

Entrevistado 13: Gostaria muito de crescer, aumentar a produção, mas como é arrendado fica limitado os planos.

Entrevistado 15: Desejo abandonar a lavoura e aposentar.

Entrevistado 18: Pretendo aumentar o rebanho, fechar o gado [confinamento].

Entrevistado 21: Não fiz planos ainda.

Entrevistado 22: Pretendo melhorar leite, melhorar barracão, produzir mais.

Entrevistado 23: Pretendo terminar o barracão, fazer uma lagoa pesque e pague, construir um restaurante.

Entrevistado 24: Construir uma sede.

Entrevistado 26: Que seja passada para meus filhos, para dar continuidade à atividade.

Entrevistado 28: Expandir a produção de leite. Vamos crescendo devagarzinho.

Entrevistado 29: Orientar os filhos e filhas que aproveite bem o que vai ficar para eles

Entrevistado 32: Prosperar, continuar trabalhando nela [roça], zelar.

Entrevistado 36: Comprar a propriedade [o proprietário quer vender].

Entrevistado 38: Pretendo realizar melhorias, adequar no momento, em coisas mais fáceis, colocar energia solar, implementos mais modernos, trator melhor, selecionar o gado.

Entrevistado 41: Mudar o ramo. Passar do ramo leiteiro para outra linha [agricultura].

Entrevista 42: Queria que o filho tomasse conta da propriedade.

Com esses dizeres, observamos os anseios futuros dos proprietários em relação à propriedade rural, os planos e projetos, relatos de esperança encorajados pela confiança em uma melhoria na qualidade de vida, sempre preocupados com a família, experientes agricultores, engajados nas lutas diárias e ávidos por dias melhores e mais tranquilos.

Desse modo, seguem a lógica da construção social, pautada em crenças otimistas relacionadas ao futuro próspero, ou seja, crescer, aumentar a fazenda, ganhar mais dinheiro, ver os filhos “bem” (no sentido de independência financeira e emocional). Assim, o tópico seguinte foi construído a partir de temas que contextualizaram a análise.

4.4. NOTAS GERAIS SOBRE OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO Pronaf E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM PASSOS.

Embora tenhamos trabalhado a análise de conteúdo nas seções anteriores, que nos apontou a existência de três categorias analíticas, essa seção, composta de 9 (nove) temas, escolhidos a partir entrevistas, a saber: não desistência diante da dificuldade; distanciamento campo/cidade (necessidade de emprego na cidade ou vida simples no campo); a roça como extensão do ambiente familiar (visão afetiva); visão dinheiro (importância); qualidade de vida (importância); relações econômicas (relação produção/consumo); relação produção/vendas(produtos); condições de produção/satisfação produtor (após obtenção Pronaf), e visão do futuro (perspectivas), é balizadora para entendermos a configuração dos conteúdos representados pelas falas dos agricultores. Ao mapear os temas busca-se desvendar os princípios organizadores de sentidos e significados.

O primeiro tema, classificado como não desistência diante da dificuldade engloba todos os desafios enfrentados pelos agricultores no cotidiano. Os dizeres dos produtores rurais sobre essa temática em questão, são, para nós, de fundamental importância. Tentando compreender os sentidos expressos nas falas dos entrevistados, transcrevemos abaixo um depoimento colhido da amostra:

Trabalhar na roça, tirar o sustento da terra é pra mim muito gratificante e, é mais que isso...é tudo, porque eu só sei fazer isso, cresci vendo meu pai trabalhar aqui, criei meus filhos aqui, sou feliz assim... e não quero outra vida não.

O agente do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos fez uma observação, diga de registro:

Ainda mais agora que estamos em uma pandemia, se de repente o governo cortar o Pronaf do produtor, como que fica? tem aqueles que ainda estão necessitando do Pronaf, né, porque a renda não dá, da fazenda, para ele sobreviver, ele vai ter que vir para cidade, e o que está acontecendo na cidade? Desemprego, nós estamos em alto desemprego, numa crise estrondosa, né. O desemprego muito alto na cidade, o produtor vindo para a cidade, em vez de estar produzindo lá, o alto consumo do alimento, né, aumentou demais o consumo do alimento, com essa pandemia, infelizmente, aumentou, isso aí é fato, e o produtor rural, se parar de produzir, e vir pra cidade...vai virar um caos, então, mais do que nunca, o Pronaf é necessário. Nós estamos precisando muito do Pronaf e que os juros continuem baixo.

Observamos que a visão do produtor sobre morar ou não na propriedade é influenciada por diversos fatores. A exemplo a fala de um entrevistado: “Moro com meus pais, eles foram criados na roça, sempre moraram na roça, eu sempre morei na roça, também fui criado aqui.”

Alves, Lopes e Contini (2006), afirmam que o paradigma dos países industrializados é a agricultura empregar pequena parcela da população economicamente ativa, de redução persistente do número de agricultores e, finalmente, da perda de importância da agricultura relativa ao Produto Interno Bruto. Há duas razões principais que explicam essas transformações, a industrialização ampliou substancialmente as oportunidades de emprego, o que permitiu às cidades abrigarem a maior parte da população e a tecnologia deu condições de a agricultura expandir a produção de acordo com os sinais da demanda. Esses dois movimentos nunca se sincronizaram no tempo, tendo sido mais rápido e profundo o efeito de a tecnologia eliminar postos de emprego e agricultores. A migração rural-urbana desordenada agravou as crises de desemprego das cidades. O Brasil possuía os índices de urbanização e até os superava, contudo, parte da população urbana tinha

ocupação rural, e a população ocupada da agricultura não caiu, como vinha ocorrendo com a população rural. A migração rural-urbana sugere baixa rentabilidade para a agricultura, ou seja, ela não está remunerando adequadamente a mão de obra familiar e assalariada, por isso é natural que a família e os assalariados busquem o meio urbano, como alternativa de sobrevivência.

Deslocar-se da zona rural para a zona urbana, representa, para muitos, um sonho realizado, ou uma melhoria de vida, ascensão profissional dos filhos, ganho extra. Ao mesmo tempo, demonstram sentimentos de pesar.

A satisfação familiar em ver os filhos em atividades urbanas se choca com a ausência deles no âmbito familiar, notadamente quando os agricultores familiares são sobrecarregados por excesso de trabalho ou precisam recorrer à remuneração de terceiros para a realização de atividades laborais na propriedade. Na observação própria do trabalho de campo e na análise das entrevistas realizadas evidenciou-se que os grupos familiares que associaram o viver no campo como prazer e trabalho apresentaram menos conflitos em relação à comparação com a vida na cidade, notadamente também foram os mesmos grupos nos quais a propriedade era fruto de herança familiar.

Segundo opinião de um entrevistado, o motivo da segregação familiar foi a ida dos filhos para a cidade, que, a princípio, foram estudar e posteriormente arranjam emprego urbano:

Ficamos aqui, eu e minha esposa, já meus três filhos foram para a cidade para estudar, arrumaram emprego lá, e nunca mais voltaram pra cá, mas fazem falta aqui, pra ajudar, né, além da saudade.

Percebemos uma angústia na fala desse entrevistado, que vive um paradoxo: a satisfação de ver os filhos trabalhando e a ausência deles no âmbito familiar, visto que o trabalho depende da ajuda de todos do grupo, causando sobrecarga nos membros que ficaram.

A melhoria na condição de vida está intimamente ligada à possibilidade de crescimento e incrementos na propriedade, ou seja, a satisfação financeira confunde-se com o investimento da fazenda: “Melhorou porque apliquei o dinheiro. Hoje não tenho dívidas. Sempre pago tudo em dia. Investi em insumos e aí sobra quando a gente vende o café.”

Outro agricultor sentiu a mudança quando conseguiu estudar os filhos. Percebemos que a perspectiva em relação ao ganho financeiro muda de pessoa para pessoa. É bastante individual essa análise.

Guanzirolli (2007), afirma que o Pronaf causou um impacto considerável na agricultura brasileira na década de 1990 e, também, entre 2000 e 2005. Um dos principais impactos foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas. Ele sugere, portanto, rever a forma de operação do Pronaf a fim de reforçar a disciplina financeira, induzir os mutuários a buscarem o máximo de eficiência na utilização dos recursos e melhorar o sistema de políticas complementares necessárias para promover a efetiva consolidação do agricultor familiar.

A qualidade de vida possui significados diferentes para os agricultores. Conforme observamos pelas suas falas: “Estar perto da família, poder alimentar, ter saúde, conforto, internet, TV”.

Viver bem, com tranquilidade, ter sossego, estar com a família, estar em paz, são palavras muito utilizadas para definir a qualidade para esses entrevistados. Pelos relatos percebemos que os participantes sentem necessidade de um “porto seguro”, onde possam viver de maneira harmoniosa, entre a satisfação pessoal e o ganho financeiro. Segundo Buarque (1993, [sem página]):

Talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que "qualidade de vida". Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida. Ainda mais moderna é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida.

A expressão qualidade de vida é usada comumente, quer ao nível de linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo atualmente, um tema central em todas as análises e presentes nas políticas de planejamento das cidades, regiões e países (MORONI, 2006).

Com relação à qualidade de vida, entendemos que esse conceito dialoga com outras questões, como estabilidade econômica, conforto, ampliação da propriedade, enfim, melhoria nas condições de trabalho, questões essas extraídas das falas dos entrevistados e de pessoas ligadas a esses agricultores. A fala do agente do Sindicato Rural de Passos corrobora esta afirmação:

O Pronaf beneficia demais o pequeno produtor, tanto na aquisição de caminhonetes, aquisição de implementos, muitos não teriam condição de

comprar um trator no dinheiro, teriam que esperar anos e anos para comprar um trator usado, velho, que logo estaria dando defeito, no caso do Pronaf com esses juros barato, até dez anos para pagar, até três anos de carência, ele beneficia demais o produtor, dando condições dele de adquirir esse trator, esse implemento, o veículo no caso, né, para os produtores de horticultura, então, no caso, eu conheço gente que estava andando com carro velho, caindo aos pedaços, que estava parando no meio do caminho para entregar verduras, então com o Pronaf, ele conseguiu comprar a caminhonete dele zera e ele só vem trocando agora.

Associar uma realização não necessariamente financeira ao Pronaf não faz sombra à importância que os entrevistados dão à qualidade de vida de maneira mais geral. Ficou evidente que as famílias deram importância significativa à saúde, alimentação, tranquilidade e conforto. Mas, é fato que nas falas houve uma associação muito direta entre estabilidade econômica, conforto, ampliação da propriedade, enfim, uma concepção integrada da propriedade como local de trabalho e vida.

O tema relações econômicas (relação produção/consumo) é bastante pertinente pois retrata os modos como os agricultores encaram a alimentação, a saúde física e financeira, ou seja, produzir e consumir seu próprio alimento impacta diretamente na saúde física e no bolso, gerando menor gasto financeiro e melhor qualidade de vida, ao consumir alimentos frescos e orgânicos. Uma entrevista que não nos sai da mente, é de um jovem produtor que mora na companhia dos pais, e afirma que a mãe compra de tudo, até cebolinha. A frase retrata uma opção pelo consumo de mercadorias adquiridas no comércio e industrializados, ao invés da utilização de alimentos oriundos de sua propriedade. Ressalta-se que essas escolhas fazem toda a diferença, pois o agricultor que compra quantidade menor no mercado tem um menor gasto, e conseqüentemente maior economia, podendo utilizar o dinheiro poupado para reinvestir na propriedade, possuir menos dívidas e sentir-se mais satisfeito com o trabalho, que, por mais puxado que seja, rende bons frutos e conforto à família.

Condições de produção/satisfação produtor (após obtenção Pronaf) remete a respostas concretas a investimentos e conquistas. “Melhorou”, “ampliou”, “cresci”, “reinventei”, “reexisti”, “continuou a mesma coisa” são algumas expressões utilizadas pelos produtores após a obtenção do Pronaf. Segundo a transcrição da fala do agente do Sindicato Rural de Passos:

O Pronaf ajudou muito, pelo menos aqui pra nós quando começamos a trabalhar com o Pronaf, ele ajudou muito o pequeno produtor, eu falo até

mesmo pelos filhos dos produtores rurais que vinham pra cidade abandonar a roça porque não tinham incentivo para poder continuar lá, né. Eu achei que foi um incentivo para manter mesmo o produtor rural lá na área rural. Os juros também, os juros são excelentes juros, nada comparado com os juros de pessoas físicas, os juros é um atrativo para o produtor rural, ou seja, se ele está trabalhando na terra mesmo, com certeza ele vai tirar isso aí no lucro, ele vai pagar e sobrar pra ele tranquilo, tanto é que vários Pronafs que nós fizemos aqui, tivemos vários retornos de produtores agradecendo, porque eles começaram com pouco gado e hoje tem muito gado e só com a cria do gado, do financiamento que eles fizeram, eles pagaram o financiamento, ou seja, o gado que eles compraram ficou pra eles dado, então é só lucro, aí a cria eles pagam o financiamento e o restante é só lucro, porque para o pequeno produtor isso é muito importante, não pode acabar de jeito nenhum, o Pronaf.

A avaliação da situação econômica e sua relação com os créditos recebidos pelo Pronaf está atravessada por marcadores indiretos como a ausência de dívidas e o cumprimento rigoroso das obrigações financeiras ou ainda a conquista de objetivos não econômicos no âmbito familiar. Neste sentido, a análise da importância do Pronaf nas falas dos entrevistados deve ser cotejada por esses marcadores e levando-se isso em consideração, a maioria relatou melhoras na situação econômica da família. Ilustra essa constatação o registro que enquanto entrevistados relataram a possibilidade de crescimento e melhorias na propriedade, ou seja, uma visão na qual a satisfação financeira confunde-se com o investimento da fazenda outro objetivou sua realização no fato de ter conseguido estudar os filhos. Em síntese, seja por ascensão financeira ou melhoria na qualidade de vida dos filhos, ao que nos parece, o Pronaf é lembrado como um mecanismo dessas mudanças, pois proporcionou condições que antes não era possíveis para as famílias.

Para Ziger (2013), o papel do crédito rural é o de gerador de oportunidades, trazendo a modernização no campo, estímulo a permanência no meio rural e fortalecendo o processo de sucessão familiar. É através de incentivo e a busca de benefícios para os agricultores familiares que se fortalecem os projetos de permanência dos agricultores no campo. A agricultura familiar é também uma opção de vida para muitas pessoas que acreditam na importância do trabalho de campo e buscam produzir e preservar o meio que vivem de forma sustentável e inclusiva.

Buscando melhor dimensionar as relações estabelecidas entre a produção e consumo das famílias, seja por meio da alimentação e saúde ou ao potencial econômico do autoconsumo, identificou-se que essa relação é percebida pelos agricultores tanto na dimensão financeira como na alimentação saudável. A produção de gêneros alimentícios consumidos pela família é defendida tanto pelo impacto na

renda disponível das famílias como pela melhor qualidade do alimento considerado como fresco e sem agrotóxicos.

No que se refere à produção para o mercado, foi possível observar uma peculiaridade, não exclusiva, por suposto, às famílias entrevistadas, a saber: a não determinação dos preços dos produtos produzidos ou, em termos econômicos, a característica *price taker* do mercado agropecuário. Longe de defender uma estrutura de economia neoclássica em concorrência perfeita na qual o mercado determina um equilíbrio benéfico a todos os agentes econômicos envolvidos, o que temos é uma política de precificação que impõe valores aos produtos da agricultura familiar que, não raras às vezes, se dá em prejuízo aos interesses dos agricultores familiares. Mesmo nos mercados institucionais nos quais se pressupõe preços justos ao produtor, as famílias esbarram em questões burocráticas e prazos de recebimento que não atendem as necessidades e especificidades da agricultura familiar pela ausência – como percebeu-se na pesquisa de campo – de uma folga financeira que permitisse um gasto mais significativo na compra de insumos sem as receitas das vendas realizadas em períodos imediatamente anteriores. Segundo a fala do agente do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos:

Eu falo no caso do cafeicultor, na parte de custeio, muito produtor cafeicultor, ele não tem aquele dinheiro pra *panha* do café na hora, pra pagar a *panha* na hora, então ele faz o custeio, ele *panha* o café, paga a *panha*, com o dinheiro para custear o café, e depois, com a venda do café, ele já consegue pagar o financiamento e trabalha tranquilo, com juros irrisórios, no caso, levando em consideração os juros de hoje em dia, *né*, pessoa física.

Desejo agregar valor à minha propriedade, melhorar o gado, a qualidade, *né*, vender menos quantidade com valor maior, pra sobrar um dinheirinho e aumentar a área rural.

Percebemos que os desejos e planos se baseiam em estabilidade financeira e patrimonial, ampliação da propriedade, sucesso nos projetos profissionais. Segundo o representante do agente financeiro:

Para nos casos de alguma coisa dar errada, no caso de uma frustração de safra, alguma coisa, tem um outro lado do Pronaf também, é a questão dos mitigadores. O Pronaf conta com os seus mitigadores para essas questões, aquelas que vão além da administração, ou seja, quando ocorrer uma intempérie, ou até mesmo o falecimento do mutuário, pra tudo isso, o Pronaf tem mitigador. Esses mitigadores são, no caso do agrícola, o PROAGRO, tem também o seguro de vida da Agricultura Familiar e o Programa de Garantia de Preços – PGPAF. Mesmo que o produtor tenha aplicado corretamente o investimento, mas por algum motivo não foi possível a conclusão desse projeto [intempérie na lavoura, doença do gado].

As expressões; “deixar para os filhos” e “o sucessor vai tocar a roça” sugere um pensamento voltado a herança familiar e conservação da propriedade também. Relatos que aparecem nas entrevistas e demonstram as preocupações do agricultor.

A frase expressa por um produtor: “Como é arrendado fica limitado os planos”, nos encoraja a entender o quão é difícil planejar em meio a realidade vivenciada. Para o agente financeiro:

A gente tem muito caso de cliente de Pronaf que conseguiu evoluir e por fim também percebemos um certo esforço de alguns produtores que cresceu, mas não quer sair do Pronaf. A pessoa cresceu com o Pronaf, conseguiu evoluir, modernizar a sua atividade, utilizar tecnologia nova, às vezes já tem um porte, mas fica escondendo receita, para ainda permanecer no Pronaf. Só que por outro lado também, quando a pessoa cresce com o recurso do Pronaf, por exemplo, às vezes não dá para atender as necessidades dela para o crédito, por que o Pronaf tem as limitações por ano safra também, tanto para custeio quanto para investimento. Às vezes a pessoa cresceu tanto e tá precisando de investimento que vai além... aí de certa forma ela está obrigada a sair do Pronaf. Mas muitas vezes a gente vê essa resistência da pessoa a não sair do Pronaf por conta dessas linhas de crédito com juros mais baratos.

Mesmo frente as dificuldades listadas, no que se refere à satisfação em relação às condições de produção após a obtenção do Pronaf, houve um predomínio de respostas que remetem a melhora das condições concretas de produção. Foi perceptível planos futuros baseados na busca da estabilidade financeira e patrimonial, ampliação da propriedade e sucesso nos projetos profissionais, reforçando a imbricação entre vida e trabalho no meio rural que transcende a geração atual e remete à necessidade de preservação e melhoria da propriedade para os filhos, em função da herança familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das seções dessa dissertação observamos a percepção dos agricultores familiares de Passos sobre o Pronaf. Na primeira seção, buscamos realizar uma síntese dos motivos que levaram a elaboração dessa dissertação, um breve panorama da situação política rural no Brasil, com ênfase na agricultura familiar e a importância do crédito rural no país. Explanamos os objetivos que nos levaram ao debate desse estudo, bem como descrevemos o interesse e o tipo de pesquisa utilizada na análise. Detalhou-se as fases da pesquisa, a revisão de literatura, a entrevista semiestruturada com os produtores e a entrevista não estruturada com o representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Passos e o representante da instituição financeira fomentadora do Pronaf. Na segunda seção, sob o título de Notas sobre o fluxo e o papel das políticas públicas, realizamos uma revisão de literatura, com explanação das políticas públicas, conceitos e aplicações com destaque para as políticas públicas brasileiras, com ênfase na parte histórica e aplicabilidade.

A terceira seção faz uma explanação minuciosa sobre desenvolvimento rural, seus conceitos, baseados também em um longo estudo literário, ampliado com visões de inúmeros autores e estudiosos da área. Os estudos afunilam-se em desenvolvimento rural no território brasileiro, suas questões e complexidades apontam várias discussões relevantes. O contexto histórico é retratado de forma clara e concisa. Logo em seguida abordamos a relação crédito rural e Estado Brasileiro, desvendando todo o conceito histórico, através de análises críticas e desaguando na Agricultura familiar, conceituando-a e entendendo sua efetividade e importância. Para complementar uma descrição minuciosa do Programa Nacional da Agricultura Familiar, seu percurso histórico, toda a importância para o desenvolvimento do país, as contribuições dessa política, os avanços.

Na quarta seção apresentamos uma descrição do município de Passos, com sua população, seus dados obtidos através de levantamento censitário. A análise de conteúdo nos apontou a existência de três categorias temáticas e nove temas que foram trabalhados na seção 4. Assim discutimos a primeira categoria, denominada de “Caracterização socioprodutiva básica das famílias entrevistadas”. Os discursos temáticos dessa categoria relatam as relações relacionadas às pessoas do campo e seus entornos. Essa relação é marcada pelos elementos que caracterizam a

localidade e a realização da atividade rural na percepção dos participantes da pesquisa: residência na propriedade, gênero, mão de obra familiar utilizada na produção, renda agrícola, relações familiares de afeto e construção da unidade familiar na busca pelo sustento. A segunda categoria temática “Impacto do Pronaf na vida dos produtores rurais” reúne aspectos como mudanças ocorridas na vida financeira, conforto e mudanças econômicas ocorridas na propriedade após a obtenção do crédito. A terceira temática aborda o tema sobre “Cenários possíveis, desafios e expectativas da agricultura familiar em Passos”, no qual destacam-se os desafios e perspectivas da agricultura familiar em consonância com as falas e aspirações dos agricultores. Por fim discorremos sobre notas gerais sobre os sentidos e significados do Pronaf e os princípios organizativos dos agricultores familiares em Passos.

Retomando nossos objetivos para a construção dessa dissertação, lembramos que queríamos conhecer a efetividade do Pronaf, na modalidade custeio e investimento, no município de Passos. Com isso, teríamos o panorama real da situação vivenciada por esses agricultores, expressas por eles, através de suas falas.

Na desenvoltura desse enredo, há sempre questões a serem desvendadas ao longo do tecer metodológico. Considerando nosso objetivo da investigação, a saber, entender de que forma o Pronaf impacta na estruturação da agricultura familiar e na dinâmica econômica do município mineiro de Passos, tínhamos as seguintes questões: qual o dimensionamento da agricultura familiar? Qual a importância do Pronaf na dinâmica econômica local? De que forma o Pronaf impacta na estruturação da agricultura familiar? Acrescentamos ao final das questões depois da feitura dessa dissertação: o que seria desses agricultores familiares se não tivessem o apoio de uma política pública de tamanha magnitude?

Apesar de Passos apresentar uma grande produtividade em cana de açúcar, em nossa pesquisa o café (37%) é o carro chefe, seguido pelo leite (35%). Os produtores entrevistados não participam de programas destinados à agricultura familiar, como o PAA e o PNAE, fato importante a ser analisado com cautela e que impacta na continuidade dos programas, pois o PAA, PNAE e Pronaf são programas parceiros que se complementam.

Com relação à faixa etária esses agricultores familiares possuem idades que variam bastante, com predominância na média entre 50 a 59 anos. A amostra é

formada quase que em sua totalidade, por homens. Nesse sentido, torna-se urgente que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar busquem alternativas de inclusão do jovem agricultor na condição de protagonista na obtenção do crédito rural e, também, das mulheres, tão pouco inseridas nesse meio, desde a liberação da DAP até a conclusão do financiamento e investimento na propriedade.

No que tange à obtenção do crédito Pronaf, os pesquisados possuem conhecimento de como funciona a linha de crédito, tiveram facilidade ao acesso, apesar de alguns percalços, conseguiram ser assistidos de maneira satisfatória. Possuem acesso a mercados e, talvez por comodidade, ou por falta de entendimento, não se dedicam a plantações substanciais e a adesão ao autoconsumo em grande massa. São pouco assistidos após a obtenção do crédito. Isto ocorre por questões fundamentais, visto que após o dinheiro liberado o produtor não toma a iniciativa de buscar apoio, talvez por falta de conhecimento ou porque incorra em gastos. Nota-se aí uma deficiência no programa, que desassiste o produtor no pós-venda. Existe sim uma fiscalização, porém um acompanhamento técnico, é inexistente. Os filhos dos produtores são escolarizados (42% possuem nível superior) e muitos exercem outras profissões, alguns agricultores recebem auxílio financeiro e aposentadorias.

Nessa trilha de pensamento construímos nosso processo investigativo, da maneira que nos foi possível, com os dados obtidos, durante o tempo disponível e com nosso recorte de informações. A realidade vivenciada é muito mais ampla que o retratado nessas páginas escritas.

O agricultor familiar e suas histórias traduzem-se em complexidade. Não nos atemos a dados econômicos e estatísticas, focamos também nas expressões e sentimentos, buscamos as entrelinhas, os espaços vazios, valorizando as pequenas palavras, as pausas, os suspiros.

O quadro que quisemos apresentar nessa dissertação fala das construções sociais que envolvem a agricultura familiar, seus entremeios, suas relações complexas, das necessidades de vínculo e apoio da família, na importância e auxílio dos membros no sustento familiar, da busca por melhores condições de vida, no progresso, na melhoria da produção.

Encontramos homens e mulheres com pensamentos diferentes, sob várias óticas, construímos pontos convergentes e para o melhor desenvolvimento dessa

tarefa procuramos, enquanto pesquisadores conhecer o máximo da realidade, cruzando os dados e pesquisando exaustivamente entre os autores e entendedores da área.

A história dos agricultores aqui ressaltada não se resume apenas a dados ou a números nos quais se provam ou mostram melhorias ou contribuições que o Pronaf gerou na vida desses produtores, mas reflete também situações verdadeiras, percalços, dificuldades e a realidade expressa através dos relatos, as queixas, os perrengues, os desafios enfrentados. São os exemplos de toda uma vida profissional – que se intercala com a pessoal – porque é impossível vivenciar uma agricultura familiar sem importar-se com o bem maior: a família. E junto com a família, a sociedade e tudo que pode influenciar, mudar, transformar vidas, agregar.

A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil é tema recorrente em vários artigos e pós-graduação por estar intimamente ligado à qualidade na alimentação. Entender o paradoxo de se viver em um país de terras férteis e generosas, porém onde há tanta diversidade e desigualdade não é tarefa fácil. Nem todo mundo se alimenta todo dia e com a mesma qualidade. Mesmo que pesquisado a exaustão, nunca é o suficiente, sempre há o que se descobrir, e a cada descoberta, novos caminhos se abrem e se cruzam, na ânsia de que governos cada vez mais possam olhar para essas questões, entendendo a importância do direcionamento correto das políticas em prol desse setor.

Chama-nos a atenção a persistência em ser produtor, enfrentar desafios sem nunca desistir, não se deixar seduzir pelos “luxos” da cidade, mesmo que os filhos vão embora.

São perceptíveis as marcas culturais observadas nas falas dos agricultores, influências locais que convergem e divergem sobre questões complexas. De fato, o cuidado com a terra reflete questões afetivas importantes, a herança deixada e o bem a ser deixado aos familiares, porque sobreviver apenas não é o mais importante, é necessário cuidar do patrimônio, cuidar de maneira a preservar.

Traçar esse panorama do crédito rural em Passos e compartilhar essa experiência por nós durante todo esse tempo da pesquisa foi indescritível. Entender toda essa complexidade de fatores envolvidos na construção da agricultura familiar

exige tempo, muito além do que nos foi permitido, mas, sem dúvidas, o primeiro passo foi dado.

Embora evidente a relação positiva estabelecida entre a obtenção do Pronaf e a melhoria objetiva das condições de produção e vida, é mister terminar dizendo que as entrevistas que trazem consigo visões de mundo pautadas pelas dificuldades ou preocupações em relação ao futuro não foram exclusivas de um ou outro agricultor, estando presentes em todas, mesmo que de formas distintas, indicando a urgência e a carência de políticas públicas que transcendam e dialoguem com os programas já existentes, incorporando dimensões extraeconômicas do rural, o entendendo como um espaço de vida e trabalho e, assim, aumentando sua capilaridade e eficácia no desenvolvimento rural.

Finalmente consideramos que os resultados dessa investigação podem ser úteis, tanto aos agricultores familiares envolvidos, porque poderão se reconhecer nas análises desse trabalho, quanto à sociedade e aos fomentadores do crédito rural, pois poderão entender os anseios almejados pelos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; LOPES, M. R.; CONTINI, E. 1.ed. O empobrecimento da agricultura brasileira. *In*: EMBRAPA. **Migração urbana-rural, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletâneas de artigos revistos. Brasília: DF, 2006, p.41-63. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158944/1/migracao-rural-urbana.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 1, jan.-mar. 2001, p.155-165. e-ISSN 1806-9452. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v15n01/v15n01_16.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural**. [S. l.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 27 out. 2020.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Pronaf**: Programa Nacional da Agricultura Familiar. [S. l.]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/Pronaf>. Acesso em: 24 out. 2020.

BARROS, J. R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. *In*: VEIGA, A. **Ensaio sobre Política Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979.

BATISTA, L. M.; RIBEIRO, S. M.; SANTOS, R. H.; ARAÚJO, R. M.; *et al.* Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 2, abr.-jun. 2016, p. 494-504. e-ISSN 1984-0470. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ps6jVH94sKz9MT3BC37WjKs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BELIK, W. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 53, n. 1, jan.-mar. 2015. p. 9-30. ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/JDwvZQMwJMJGBL99hjyTW6F/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BELIK, W. Circuitos de comercialização e familiar no Brasil: notas para discussão. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas** Brasília. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.221-244. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

BIAGI, M. C. **Pesquisa Científica**. Curitiba: Juruá, 2015.

BRASIL, F. G.; CAPELLA A. C. Os Estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**. Recife, v. 25, n. 1, 2016, p. 71-90. ISSN 0104-7094. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3710> 3012. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 25 jul. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 18 set. 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Banco Central disponibiliza dados de crédito rural ao público pela internet**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/banco-central-disponibiliza-dados-credito-rural-publico-pela-internet-55720/>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**: manual operativo – modalidade de compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão. [S. l.], 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 56.835 de 03 de setembro de 1965**. Cria o "Fundo Geral para Agricultura e Indústria" - FUNAGRI - e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 06 set. 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56835-3-setembro-1965-397395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 04 jul. 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucion

al/DECRETO_N7775_4JULHO2012_atualizado_pelo_Decreto8293.pdf. Acesso em: 01 out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980**. Regulamento a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 07 maio 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D84685.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 76 de 06 de julho de 1993**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 07 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp76.htm. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4829 de 5 de novembro de 1965**. Diário Oficial da União, seção 1 Brasília, 9 nov. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRENNEISEN, E. “Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2005, p. 230-279. ISSN 2526-7752. Disponível em: <https://bit.ly/3iao5ml>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2004, p. 205-227. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://bit.ly/3m15GK8>. Acesso em: 01 out. 2020.

BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**. [S. l.], v. 31, dez. 1993. e-ISSN 1807-0175. Disponível em: <https://bit.ly/3oaTjht>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CAPOBIANGO, R. P.; BRAGA, M. J.; SILVEIRA, S. F.; COSTA, C. C. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 50, n. 4, out.-dez. 2012, p. 631-644. e-ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://bit.ly/3m3SdkU>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CARDOSO, E. S.; PEDRI, E. C.; YAMASHITA, O. M. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa: Pesquisas Agrárias e Ambientais**. Alta Floresta, MT, v. 6, n. 2, 2018, p. 124-133. ISSN 2318-7670. Disponível em: <https://bit.ly/3CQEOTS>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015b.

CARVALHO, J. G. **Economia Política e Desenvolvimento**: um debate teórico. rev. aum. São Carlos: UFSCar, 2015a. Disponível em: https://www.academia.edu/32446190/Economia_Pol%C3%ADtica_e_Developimeto_um_debate_te%C3%B3rico. Acesso em: 21 maio 2020.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo**: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Orientador: Wilson Cano. 2011, 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286050>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CARVALHO, R. F.; VIANA, B. S.; CODONHO, C. G. Caracterização da agricultura familiar na microrregião de Passos e sua atuação na alimentação escolar. *In: Jornada Científica e Tecnológica e Simpósio de Pós-Graduação do IFSULDEMINAS*, 9., 2017, Machado. **Anais** [...]. ISSN 2319-0124. Machado: Instituto Federal do Sul de Minas. Disponível em: <https://bit.ly/3kwQIMm>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CASTRO, C. N. de Desenvolvimento rural e o estado brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. [S. l.], v. 21, jul.-dez. 2019, p. 49-62. Disponível em: <https://bit.ly/3of70Mr>. Acesso em: 16 maio 2020.

CASTRO, M. S. **A política pública de assistência social e o estado brasileiro recurso eletrônico**: assistencialismo, universalização ou focalização?. Natal: EDUFRN, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3u3o8FL>. Acesso em: 21 jun. 2020.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para estudantes de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Agricultura Familiar. [S. l.], 08 set. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>. Acesso em: 02 jan. 2021.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In: Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto*, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002833837>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CRESCER o nível de escolaridade de jovens ligados ao campo em MS. **Canal Rural**. São Paulo. 04. maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/39ldIHq>. Acesso em: 19 jun. 2021

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 3, n. 59, 2021, p. 1-20. e-ISSN: 1806-9479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Vh4gyBhmFdqqMbMstWmBdGL/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CUNHA, S. F.; CARVALHO, J. G. Das políticas públicas para a agricultura à consolidação do agronegócio: uma análise a partir do sistema de crédito e financiamentos brasileiros. *In: Congresso Latino-americano de Sociologia Rural*, 9., 2014, Cidade do México. **Anais** [...]. Cidade do México. Disponível em: <https://www.trama.ufscar.br/ix-congresso-latino-americano-de-sociologia-rural-2014/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056815001.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

DYE, T. R. Understanding Public Police. Nova York: Chatlam House, 2001.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL. **Atendimento remoto ganha espaço na assistência técnica e extensão rural**. Belo Horizonte, 02 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3m15bje>. Acesso em: 30 abr. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Cultivares de arroz desenvolvidas pela Epamig são opções para produtores de Minas Gerais**. [S. l.] 17 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3obaEXt>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, supl. 1, 2014, p. 205-222. e-ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://bit.ly/3oflA6n>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FAGUNDES, F. N. O papel da Usina açucareira na dinâmica territorial do município de Passos (MG). *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos. 7., Vitória, 2014. **Anais [...]**. Vitória, 2014, 10 p. Disponível em: <https://bit.ly/3EU3kFs>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FARAH, M. F. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, nov.-dez. 2016, p. 959-969. ISSN 1982-3134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tYDC3xqzZK33gpY3vfZ7jpG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FARAH, M. F. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista Serviço Público**. Edição especial: Repensando o Estado Brasileiro. Brasília, v. 69, dez. 2018, p. 53-84. ISSN 2357-8017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3583/2049>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Brasil. Ministério da Educação. **O que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 27 set. 2020.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 2, abr.-jun. 2004, p. 95-103. e-ISSN 1806-9452. Disponível em: <https://bit.ly/3m4QkEm>. Acesso em: 31 maio 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, C; FLEXOR, G. KATO, K; ZIMMERMAN, S. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 20, n. 1, jan.-jun. 2017, p. 13-38. ISSN 1980-8194. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/50853/24867>. Acesso em: 25 jan. 2020.

GRISA, G.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, G.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento no Brasil**. Porto

Alegre: Editora UFRGS, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3m1uvpj>. Acesso em: 10 maio 2020.

GUANZIROLLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Rural**. [S. l.], v. 45, n. 2, jun. 2007. ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://bit.ly/39H9vOY>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GUANZIROLLI, C. E.; SABATTO, A. Di. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao "family farming" americano?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, supl. 1, 2014, p. S085-S104. ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RjtBQqxjNBtzqmMh7vKN5Cy/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2021.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. v. 16. Brasília: IICA, 2012. p. 121-154.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. E.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro, Elsevier: 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3umKZMv>. Acesso em: 24 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2006**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3iaENSQ>. Acesso em: 14 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. [S. l.], 2020. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/passos.html>. Acesso em: 02 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução Normativa nº 11. 04 de abril de 2003**. Estabelece diretrizes para fixação do Módulo Fiscal de cada Município de que trata o Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980, bem como os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra - GUT e de Eficiência na Exploração GEE, observadas as disposições constantes da Lei n. 8.629, de 25 fevereiro de 1993. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucaonormativa/in_11_2003.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

KUHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando?. **Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Maria, RS, v. 20, n. 2, maio-ago. 2015, p. 11-30. ISSN 2317 5443.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980.

MAES, J. **Microfinance and non-financial services for very poor people: digging deeper to find Keys to success**. [S. l.]: Poverty Outreach Working Group, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3IWGvsa>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MAIA, A. G.; EUSÉBIO, G. S.; SILVEIRA, R. L. Can credit help small family farming? Evidence from Brazil. **Agricultural Finance Review**. v. 80, n. 2, nov. 2019, p. 212-230. ISSN 2041-6326. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/emeafrrps/afr-10-2018-0087.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, fev. 2021, p. 94-112. ISSN 2526-7752. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_07_juventude/esa29-1_07_html. Acesso em: 27 jan. 2021.

MEYER, R. L.; ADAMS, D.; RASK, N.; ARAÚJO, P. F. Mercados de crédito no Brasil e os pequenos agricultores no Brasil. In: ARAÚJO, P. F.; SCHUH, E. **Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica**. São Paulo: Pioneira, 1977.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MIOR, L. C. A “Agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. **Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Canguaretama**. Natal, 2020, p. 1-23. Disponível em: <https://bit.ly/3ES6ZDQ>. Acesso em: 27 set. 2020.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 57 n.4. out./dez, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ud3suY>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MORONI, M. M. **Qualidade de vida e perfil sócio-econômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF D) na mesorregião Centro Sul Cearense**. 2006, 157 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, set.-dez. 2001, p. 86-100. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://bit.ly/3ia8qDQ>. Acesso em: 16 maio 2020.

NORDER, L. A. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, R. G. Reforma do Estado e Políticas Públicas: avanços e retrocessos ao alcance da sustentabilidade. **Interface**. Natal, v. 3, n. 2, jul.-dez, 2006, p. 13-29. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/arquivos/manual-bco-nbr-6023-2018.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL CRESCEM 19% NO ACUMULADO DA SAFRA, DIZ GOVERNO. **Notícias Agrícolas**. Belo Horizonte, 03 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ud677W>. Acesso em: 09 jan. 2021.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil uma abordagem histórica da legislação. **Consultoria Legislativa do Senado Federal**. Brasília, out. 2008, 50 p. ISSN 1983-0645. Disponível em: <https://bit.ly/2Wg7yWy>. Acesso em: 03 out. 2020.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. 10. ed. [S. l.]: CQ Press, 1986.

PETERS, B. G. **Review: understanding governance – policy networks, governance, reflexivity and accountability** by R. W. Rhodes. *Public Administration*, [S. l.], v. 76, p. 408- 509, 1998.

PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%ca7%ca3o_futuro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 ago. 2020.

PICOLOTTO, E. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. [S. l.], v. 52, supl. 1, 2014, p. 63-84. e-ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://bit.ly/2XMldFf>. Acesso em: 15 dez. 2020

PONTE, F. (Re) Pensando o conceito do rural. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 7, n. 4 jan.-jun, 2004. ISSN 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1477>. Acesso em: 06 jun. 2020.

PORTILHO, F. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; VELOSO, L. **Consumo: cosmologias e sociabilidades**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JUNIOR, G. B.; **Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Planaltina, DF, 2010. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

ROCHA, A. J. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf. Acesso em: 10. abr. 2021.

ROCHA, F. E.; ALBUQUERQUE, F. J.; COELHO, J. A.; DIAS, M. R. (*in memoriam*); MARCELINO, M. Q. **Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar: a intenção de pagamento de crédito**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/188/18815253007.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

SAKAMOTO, C. S. NASCIMENTO C. A. e MAIA A. G. **As Famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, v. 54, n. 16, jul.-set. 2016, p. 561-581. ISSN 1806-9479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/wQLcWDnHZtdhxp999W3DjKh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10. jan. 2020.

SALATI, P. De onde vem o que eu como: nova geração da agricultura familiar encara dificuldades para continuar missão dos pais. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3zJGg8R>. Acesso em: 09 maio 2021.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**. Brasília: Pioneira, 1980.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 30, n. 3, jul.-set. 2010, p. 511-531. ISSN 1809-4538. Disponível em: <https://bit.ly/2Y0XRMo>. Acesso em: 10. maio 2021.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage learning, 2016.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. 1. ed. rev. atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008. p. 23-47.

SILVA, A. M. **O Pronaf como meio de empoderamento econômico da mulher rural**: uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo. Orientador: Nivaldo José Ponciano. 2019, 347 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3of18Ta>. Acesso em: 5. jun. 2021.

SILVA, E. H.; BERNARDES, E. M. **Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas**: uma análise do Pronaf. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, maio-jun. 2014, p. 721-744. ISSN 1982-3134. Disponível em: <https://bit.ly/3AS8Y8C>. Acesso em: 16 set. 2020.

SILVA, J. G. Os desafios das agriculturas brasileiras. *In*: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, v. 1, 2010, p. 157-84. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997, p. 43-81, Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>. Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVA, P. L.; MELO, M. A. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Unicamp, 2000. Disponível em: http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

SILVEIRA, F. G.; ARRUDA, P.; VIEIRA, I.; BATTESTIN, S.; CAMPOS, A. E.; SILVA, W. **Políticas públicas para desenvolvimento rural e combate à pobreza no campo. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.** Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3umq8c1>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SOARES, L. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Orientador: Wilson Cano. 1995, 451 f. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285687>. Acesso em: 01 set. 2020.

SOUZA, C. "Estado do Campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira em Ciências Sociais.** São Paulo, v. 18. n. 51, fev. 2003, p. 15-20. ISSN 1806-9053. Disponível em: <https://bit.ly/3of6RZa>. Acesso em: 20 out. 2020

SOUZA, C. Apresentação: estado e políticas públicas: de que estamos falando? **Revista Eletrônica de Ciência Política.** [S. l.], v. 4, n. 1-2, 2013, p. 1-2. ISSN 2236-451X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/34817>. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, C. **Coordenação de políticas públicas.** Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/arquivos/manual-bco-nbr-6023-2018.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, C. **Políticas públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas.** Fundação Luís Eduardo Magalhães, dez. 2002. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2015/03/polc3adticaspc3bablicasconceitostipologiasesubc3a1reas.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul.-dez. 2006, p. 20-45. e-ISSN 1517-4522. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2020.

SOUZA, P. M.; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do Pronaf entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, jul.-set. 2011, p. 303-313. e-ISSN 1806-9134. Disponível em: <https://bit.ly/3COSlv6>. Acesso em: 29 out. 2020.

SPOLADOR, H. F. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura.** Orientador: Fernando Bento Homem de Melo. 2001, 102 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/pt-br.php>. Acesso em: 15 nov. 2020.

STROPASOLAS, V. L. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil?. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Ministério do Desenvolvimento Agrário,

Brasília, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 01 dez 2020.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 4, out.-dez. 2010, p. 933-945. ISSN 1984-0470. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019. Acesso em: 31 out. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. A dimensão rural no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2004, p. 71-94. ISSN 2526-7752. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/246>. Acesso em: 13 mar. 2020.

VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Revista do Departamento de Geografia da UERJ**. Rio de Janeiro, n. 12, ago.-dez. 2002, p. 125-126. ISSN 1415-7543. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49214/32896>. Acesso em: 17 maio 2020.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: novas perspectivas de análise. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/4VN7D7qrpMtJdrDxpb5tYph/?lang=pt>. Acesso: 20 maio 2021.

ZIGER, V. O Crédito rural e a agricultura familiar: desafios, estratégias e perspectivas. **Pequenos Negócios**: desafios e perspectivas. Brasília, v. 5, 2013, p. 375-392. Disponível em: <https://bit.ly/3F32KFx>. Acesso em: 26 jun. 2020.

APÊNDICE A – Questionário com Produtores Rurais beneficiários de Pronaf

1 – O(a) senhor(a) é responsável pela propriedade?

2 – Qual a condição da propriedade?

() própria

() arrendada

() posse

() sociedade/meeiro

() parceria familiar

() outro: _____

3 – Qual a área total da propriedade? _____

4 – Qual a área produtiva da propriedade? _____

5 – Qual a distância da propriedade da sede do município em km? _____

6 – Como seu núcleo familiar está organizado? (Resposta no quadro abaixo):

Pessoa	Relação de Parentesco	Idade	Escolaridade	Mora na propriedade	Trabalha na propriedade
1					
2					
3					
4					
5					

7 – Em sua opinião qual o principal motivo de seus familiares morarem na propriedade rural?

8 – Você possui trabalhadores contratados? Se sim, quantos? Permanentes ou temporários? Se temporários, por quantos meses ao ano?

9 – Atualmente você faz parte de alguma associação ou cooperativa?

10 – Quais as principais fontes de renda agrícola da família? Discrimine os principais produtos?

11 – Quais as principais fontes de renda não agrícola da família?

12 – Você ou alguém da sua família que reside na propriedade têm acesso a alguma política social, como o Bolsa Família, aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo? Se sim, qual o benefício recebido?

13 – Qual modalidade de Pronaf você possui?

14 – Já acessou o Pronaf em anos anteriores? Se sim, quais os valores dos créditos recebidos nos últimos anos? Os valores foram renovados? As dívidas foram quitadas? Preencha no quadro abaixo

Ano	Valor recebido	Quitado? Renovado?
2020		
2019		
2018		
2017		

15 – Como você ficou sabendo do Pronaf?

16 – Houve alguma dificuldade em acessar o programa (a exemplo da elaboração de projeto, apoio familiar, dúvidas de qual modalidade, necessidade de garantia, burocracias do agente financeiro, etc.)? Se sim, relate.

17– Você obteve apoio da assistência técnica depois da obtenção do Pronaf? Se sim, por meio de órgão público ou empresa privada?

18 – Como você avalia sua situação econômica após a obtenção do Pronaf? Melhorou? Piorou? Por quê?

19 – Houve mudanças produtivas na propriedade após receber o Pronaf?

20 – Para qual ou quais atividades produtivas os recursos do Pronaf foram destinados?

21 – O Pronaf contribuiu com a melhoria de sua condição de produtor? Por quê?

22 – Qual a sua percepção geral sobre o Pronaf? O que funciona? O que não funciona? O que precisa melhorar?

23 – Além do Pronaf você possui outros tipos de crédito?

24 – Sobre a comercialização dos produtos agrícolas da propriedade: Como é realizada a comercialização (venda direta, intermediários, indústrias, etc.)? Como se dá o pagamento dos produtos vendidos?

25 – Enfrenta dificuldades na comercialização? Quais e por quê?

26 – Que máquinas e equipamentos existem na sua propriedade? Quais deles foram

adquiridos com a ajuda direta ou indireta do Pronaf?

27 – Em qual município a família costuma adquirir bens e serviços? Qual o volume de gastos mensais nessas compras?

28 – Sobre sua qualidade de vida: o que é, na sua percepção, qualidade de vida? Você considera que sua qualidade de vida melhorou após a obtenção do Pronaf?

29 – Sobre o lazer familiar: quais opções de atividades ou programas de lazer a família pratica? Essas atividades ficaram:

() Menos frequentes nos últimos anos

() Mais frequentes nos últimos anos

() Mantem-se iguais nos últimos anos

30 – Quais alimentos consumidos pela família são produzidos na propriedade?

31– Quais alimentos são adquiridos no comércio?

32 – Qual o seu desejo em relação aos seus filhos? Continuar o trabalho na propriedade ou trabalhar em alguma atividade urbana? Qual? Por quê?

33 – O que o(a) senhor(a) planeja para sua propriedade no futuro?